

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 7 - Ano 2003

**James Petras:
uma análise do governo Lula**

A ofensiva de Bush e a situação revolucionária mundial

**EUA avançam
na militarização
da América Latina**

Dossiê:

**Trabalhadores recuperam fábricas na Argentina
Cooperativas e controle operário da produção**

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

Nº 7 - 2003



 **EXPEDIENTE**

Marxismo Vivo é uma revista do
Instituto José Luiz e Rosa Sunderman
publicada pelo Partido Socialista dos
Trabajadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino – São Paulo-SP
Telefone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN
Fotolito & Gráfica
Rua Cipriano Barata, 1645 Ipiranga
042505-001-São Paulo-SP
Telefone 272-5355

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editores

José Welmowicki
Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

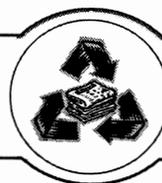
Mercedes Cezar

ENTRE EM CONTATO COM *Marxismo Vivo*:

 www.marxismalive.org

 marxismalive@marxismalive.org

Sumário



APRESENTAÇÃO

ANO 2003

-  JOSÉ WELMOWICKI
A nova crise do imperialismo e a revolução mundial 7
-  MARCELO GARCÍA
Os EUA militarizam a América Latina 19
-  JAMES PETRAS
Para onde vai o Brasil? 27
-  EDUARDO ALMEIDA
Brasil e Washington: incríveis coincidências 40
-  PSTU
No Brasil, um chamado à esquerda petista:
Vamos formar um novo partido 45
-  ALICIA SAGRA E A. ITURBE
O atual estado da revolução argentina 48

DOSSIÊ: FÁBRICAS RECUPERADAS

- Apresentação 59
-  ALEJANDRO ITURBE
A experiência das empresas recuperadas na Argentina 60
-  MARCELO GARCÍA
O caso da fábrica de farinha Confluência
e o controle operário 65

| | |
|--|-----------|
|  ANA GILARDINI | |
| A magia da IMPA | 69 |
|  MARTÍN COSSARINI | |
| A fábrica Cidade Cultural | 71 |
|  CECÍLIA TOLEDO | |
| Cooperativismo e controle operário da produção O que dizem os clássicos | 73 |

LUTA DE CLASSES

| | |
|--|-----------|
|  RAED EL ARABI | |
| "Mapa do Caminho" ou Caminho do Mapa: a nova proposta imperialista | 81 |
|  YOUNGSU WON | |
| A ofensiva imperialista na Coreia peninsular | 85 |
|  MARTIN RALPH | |
| Na Escócia, novos inícios | 91 |

PONTOS DE VISTA

| | |
|--|-----------|
|  MARTÍN HERNÁNDEZ | |
| A esquerda revolucionária e a Frente Popular | 99 |

CULTURA

| | |
|---|------------|
|  ANDRÉ BRETON E DIEGO RIVERA | |
| Por uma arte revolucionária independente | 108 |

Apresentação



O número anterior da revista *Marxismo Vivo* (o Nº 6) esteve dedicado a analisar o Brasil e o governo Lula no marco da situação mundial. Este novo número da revista tem a mesma temática que a anterior. Esta “repetição” temática, que não é normal no padrão da revista *Marxismo Vivo*, tem a ver com o fato de que o processo brasileiro se transformou em uma referência obrigatória, não só para a esquerda como também para a maioria das organizações políticas do mundo.

Há alguns meses, Lula encabeçou uma pesquisa sobre as preferências para presidente. Isto não teria nada de especial se não fosse o fato de que o país onde se realizou a pesquisa não era o Brasil e sim a Argentina. Por outro lado, nesse mesmo país, nas recentes eleições para presidente, houve uma acirrada disputa entre boa parte dos candidatos da burguesia para ver quem elogiava mais a Lula. Não é para menos já que o governo Lula está conseguindo fazer o que não conseguiu nenhum dos últimos governos burgueses: a reforma da Previdência, como início de um plano mais geral de reformas direcionadas a “modernizar” o Brasil. (leia-se integrar ainda mais o Brasil ao mundo “globalizado”, controlado pelos imperialismos americano e europeu).

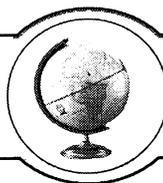
Entretanto, os trabalhadores brasileiros olham atônitos o curso de um governo que eles acreditavam ser de “mudanças”. Entre eles já existe uma parcela importante que deixou de olhar o governo e passou a enfrentá-lo.

No entanto, a maioria da esquerda, em todo mundo, que em um primeiro momento apoiou incondicionalmente o governo frente populista de Lula, agora começa a ver suas debilidades, porém não perde a esperança de mudar o governo por dentro. São os teóricos de que este seria um “governo em disputa”. Esta posição tem como seu máximo defensor o SU (Secretariado Unificado da IV Internacional), que integra o governo de Frente Popular brasileiro.

Ninguém estava tão iludido a ponto de pensar que Lula levaria o Brasil ao socialismo, porém, a maioria da esquerda esperava que, no que se refere às questões sociais, o governo de Lula fosse um pouco melhor que o de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, isto, que parecia algo óbvio, não está sendo assim. É que na atual situação da economia mundial e nas atuais relações internacionais, para que em uma semicolônia como o Brasil se consiga alguma melhora substancial no nível de vida da população é necessário adotar medidas revolucionárias de enfrentamento contra os amos imperialistas e isto o governo Lula não está disposto a fazer. Daí que não se pode entender a realidade brasileira separada do contexto internacional, e daí a importância que damos nesta revista a tudo o que se refere à situação mundial.

Entretanto, é necessário recordar que o marxismo não nasceu para contemplar a realidade e sim para tentar transformá-la. Nesse sentido, o grande dilema que se apresenta à esquerda revolucionária é: que fazer ante o governo de frente popular? E este é justamente o terceiro grande tema abordado neste Nº 7 da revista *Marxismo Vivo*.

Ano 2003



| | |
|---|----|
|  JOSÉ WELMOWICKI | |
| A nova crise do imperialismo e a revolução mundial | 7 |
|  MARCELO GARCÍA | |
| Os EUA militarizam a América Latina | 19 |
|  JAMES PETRAS | |
| Para onde vai o Brasil? | 27 |
|  EDUARDO ALMEIDA | |
| Brasil e Washington: incríveis coincidências | 40 |
|  PSTU | |
| No Brasil, um chamado à esquerda petista: Vamos formar um novo partido | 45 |
|  ALICIA SAGRA E A. ITURBE | |
| O atual estado da revolução argentina | 48 |



A NOVA CRISE DO IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO MUNDIAL

JOSÉ WELMOWICKI
Professor de Ciências Sociais (Brasil)

O novo quadro internacional pós 11 de setembro e a Guerra do Iraque inclui tantas modificações de peso que se torna sumamente necessário analisar as tendências gerais da situação mundial. De um lado, temos muitas mudanças de peso que necessitam ser sistematizadas. De outro, devido a uma tremenda confusão no interior das forças que se reclamam do marxismo revolucionário, nos obrigam a reafirmar questões teóricas e de princípio e ao mesmo tempo reelaborar nos marcos do marxismo, aclarando problemas e atualizando definições.

De entrada existe uma que queríamos destacar: mais do que nunca é atual a definição leninista de imperialismo. No século XXI, como no século XX, um punhado de potências reparte o domínio da humanidade. A decadência a que o imperialismo condena cada vez mais populações é uma cruel realidade. Os dados da própria ONU recentemente publicados são terríveis em relação à queda de índices de qualidade de vida. O mundo sofreu um retrocesso geral na década de 90 comparado às décadas anteriores.¹ Mais ainda, a questão da derrota do imperialismo passou a ser uma questão de sobrevivência para a humanidade. **A época de guerras e revoluções** está em seu pleno curso.

A violência da ofensiva recolonizadora e opressora do imperialismo encontra uma resposta de massas frente ao caráter parasitário e destruidor do imperialismo dominante. A grande contradição é que não há uma direção revolucionária de massas que a encabece; por isso, a outra definição básica do marxismo revolucionário a ser lembrada é a afirmação de Trotsky no Programa de Transição: “a crise da humanidade se reduz à crise de sua direção revolucionária”.

Por isso, nunca esteve tão presente e tão urgentemente colocada a questão da direção revolucionária do proletariado, da reconstrução de uma Quarta Internacional com influência de massas e dos partidos revolucionários em cada país. A situação mundial revolucionária faz surgir a cada dia os ativistas que podem solucionar essa crise. Em cada luta, em cada reunião internacional se vê esses milhares de lutadores que convergem em cima das questões políticas e programáticas colocadas pelas lutas concretas, como se viu na luta massiva contra a guerra de Bush ao Iraque e em cada grande batalha contra o neoliberalismo ou a ALCA.

O neoliberalismo e a globalização acirraram as características parasitárias e destrutivas do imperialismo

O novo momento que a luta de classes e as organizações da esquerda revolucionária vivem em cada país impõe uma discussão mais substancial para permitir uma melhor compreensão da situação mundial. É essencial começar por fazer uma retrospectiva das diversas avaliações que, em cada momento, foram surgindo no interior do marxismo revolucionário e do movimento operário.

Temos de remontar ao período conturbado da virada da década de 90 do século XX. A queda do Muro de Berlim, as revoluções do Leste e a contra-ofensiva imperialista tiveram conseqüências de longo alcance e abriram uma discussão profunda em todo o movimento operário mundial. Os anos 90 conheceram a generalização das reformas neoliberais que facilitaram a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e a proliferação das *áreas de livre comércio*. Em particular, a restauração do capitalismo nos antigos Estados operários burocráticos (ex-URSS, Alemanha Oriental, China, Vietnã etc) que embora iniciada antes, consolidou-se nesse período e foi uma arma na mão dos propagandistas do imperialismo para proclamar a “morte do socialismo” ou “o fim da história”.

A chamada “globalização”, nome dado a essa realidade do capital ainda mais internacionalizado e ainda mais ávido pela rapina dos povos de todo mundo, prometia uma evolução global dos povos em direção a um mundo mais justo e equitativo. Na verdade, era uma cobertura para o avanço do domínio do capital sobre um número maior de fontes de riqueza. Foi uma verdadeira **ofensiva recolonizadora** ao estilo dos velhos impérios. Uma rapina aberta das riquezas e a abertura das assim chamadas áreas de livre comércio, como o Nafta e proximamente a ALCA. A abertura de mercados e a queda da proteção em uma série de países com a invasão comercial e industrial das transnacionais. Uma **ofensiva exploradora** contra a classe trabalha-

dora, com a imposição de ritmos de trabalho furiosos e uma extração de mais-valia ainda mais brutal com a chamada reestruturação produtiva. O ataque à legislação trabalhista e conquistas sociais, levando à destruição de fontes de trabalho e um aumento do desemprego a uma escala impensável até então. Por fim e não menos grave, a destruição da natureza em função da necessidade do lucro capitalista fez dos protocolos assinados com toda a pompa e circunstância nada além de papel sem valor, como o de Kyoto.

A extrema concentração de capitais via fusões e aquisições gigantescas e a sua expressão acentuada enquanto capital financeiro, com a sua conseqüência predatória em todo o planeta, via o assim chamado “capital volátil” e a voragem privatizadora sobre todos os bens públicos foi a outra característica da chamada globalização. Ela mostrava assim seu verdadeiro pano de fundo: a busca do capital por aumentar a taxa de lucro às custas dos trabalhadores e povos de todo mundo. Nesses últimos anos, uma série de retrocessos foram impostos aos trabalhadores e aos países, com a colaboração de governos submissos e das direções traidoras.

A concentração extrema da renda, do comércio e da produção nos países “ricos” (20% dos países concentram 80% da renda mundial) é a expressão visível desse longo processo de espoliação que deixa a maioria restante da população sujeita a graves níveis de pobreza, chegando ao estado de indigência em muitas regiões do planeta.

Diante dessa realidade macabra, muitos setores começaram a achar que o imperialismo era invencível e eterno. Falava-se em “humanizar” a sociedade capitalista como uma política “realista”; esta é a lógica, por exemplo, da chamada Terceira Via. Mais recentemente, fala-se de superação do imperialismo por outro tipo de sociedade, o *Império* (e daí se chegava a uma conclusão parecida, mas relacionada aos movimentos sociais).

É preciso reafirmar que estamos em plena vigência da época imperialista, e mais ainda, que se exacerbaram todos os seus traços mais dis-

tintivos, como os havia caracterizado Lenin:

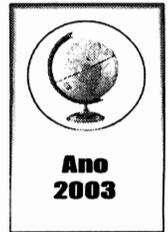
* o predomínio do *capital financeiro*, fruto da fusão do capital bancário e industrial em uma escala sem precedentes.

* a exportação de capitais e não somente de mercadorias.

* a divisão do mundo entre os oligopólios (transnacionais).

* a divisão do mundo entre as grandes potências imperialistas que garantem o controle dos mercados e matérias primas.

* a tendência a submeter os povos a condições de vida cada vez piores, ameaçando o planeta com guerras e uma decadência de todas as condições de vida do ser humano.



As épocas

Chamamos de *época* a determinados períodos marcados por uma relação mais estrutural entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estrutura de classes/relações de produção em determinada sociedade. No interior do modo de produção capitalista, pode-se vislumbrar três fases ou épocas distintas. Uma primeira, de afirmação (ou época das revoluções burguesas); uma segunda, em que o capitalismo de livre concorrência é sua marca característica e as forças produtivas se desenvolvem, sendo possível com lutas, conquistar reformas sem abalar as bases do modo de produção capitalista; e a terceira, na qual nos encontramos, a que Lenin chamou “estágio superior do capitalismo”, ou **época imperialista**. Nesta época, que se mostrou com força a partir da **I Guerra Mundial**, o mundo entra em uma fase de decadência das forças produtivas e em que vamos de crise em crise. Sua contradição central é que as forças produtivas entram em total contradição com as relações de produção capitalistas, com as fronteiras nacionais. As condições de vida dos trabalhadores e dos povos pioram a cada dia. Como as reformas já não são possíveis, a não ser por um período efêmero, pois o capital já não pode cedê-las em forma duradoura, não se trata mais de uma época reformista (como era a segunda, até 1914), mas de uma época revolucionária.

No entanto, a burguesia imperialista não vai aceitar simplesmente sua queda, como qualquer classe dominante, e responde com a contra-revolução e as guerras. A realidade exige uma revolução internacional sob pena de uma decadência cada vez maior da humanidade.

As etapas da época imperialista

Os conceitos de *etapa* e *situação* fazem parte do arsenal marxista para avaliar a correlação de forças entre as classes em luta. *Etapa* e *situação* são termos relativos e tanto Lenin como Trotsky os usavam dessa forma. Em geral, associados a países ou regiões. Mas podemos estendê-los em escala internacional. Trabalhamos com uma definição de *etapa* associada a mudanças mais estruturais, mais de fundo na luta de classes e *situação* associada a mudanças mais conjunturais. Uma *época* pode ter varias *etapas*. *Etapa*, nesse caso, mede a correlação de forças entre o imperialismo e o movimento de massas em escala internacional. Dentro da época imperialista podemos definir três etapas mundiais bem distintas entre 1917 e 1989.²

A primeira foi de 1917 a 1923, a segunda de 1923 a 1943 e a terceira se abre com a vitória de Stalingrado em 1943 e vai até 1989.

1989-91: as revoluções do Leste abrem a 4ª. etapa

Creemos que acertamos ao caracterizar que a partir das revoluções do Leste se abriria uma nova etapa, a quarta, em escala mundial. O caráter das modificações estruturais e na superestrutura foi de tal magnitude que fizeram toda a esquerda reformista ou revolucionária questionar e/ou entrar em crise frente ao grau de mudanças ocorridas. Com a queda dos regimes do Leste europeu, uma nova etapa e uma nova situação se abrem.

Por que era correta a caracterização de 4ª etapa? Primeiro porque quem detona o colapso final dos regimes stalinistas e da velha ordem são as massas do Leste europeu e da ex-URSS, o que lhes dava um caráter revolucionário anti-burocrático e inconscientemente anti-imperialista. Segundo porque finalmente se abria o colapso terminal do stalinismo, liberando o movimento de massas de sua principal camisa de força que desviara uma série de revoluções e chegara a ponto de colocar Estados operários burocráticos em guerra uns contra os outros (China x Vietnã, invasões de Hungria e Tchecoslováquia, golpe na Polônia contra a revolução política). Essa liberação histórica era fundamental porque removía os obstáculos mais fortes em todo o mundo (antes essa liberação estivera colocada somente em alguns processos) para a construção de alternativas revolucionárias de massas à medida que se dessem novos processos revolucionários. Por isso, definimos a 4ª etapa como tendo um sentido revolucionário; não era um giro reacionário como disseram as “viúvas do stalinismo” diante a queda de seu modelo.

Mas havia uma contradição grave: a crise de direção revolucionária permitiu que essas revoluções fossem dirigidas por direções pró-imperialistas desde a Polônia até a própria ex-URSS. Assim, o imperialismo pôde absorver o impacto causado por elas e utilizar essa força para restaurar o capitalismo nos antigos Esta-

dos operários e desatar a partir daí uma ofensiva econômica, política, ideológica e inclusive militar. Assim como antes o imperialismo tratava de utilizar a colaboração contra-revolucionária do stalinismo e de todos os aparatos para freiar a revolução, aproveitou sua queda para fortalecer-se perante o movimento de massas (lembramos o papel de Walesa e Yeltsin), aproveitar sua classe trabalhadora como fonte barata de trabalho e penetrar em seus mercados de forma agressiva, iniciando o que depois chamamos de ofensiva recolonizadora em escala mundial. Este elemento foi importante para estabelecer de vez uma nova agenda política mundial que ficou conhecida como “neoliberalismo” e estender a todos os continentes suas receitas pró-imperialistas.

Por fim, o curso de restauração do capitalismo em todos os ex-Estados operários burocráticos, sem que as revoluções nesses países conseguissem reverter esse rumo, levaram a que se encaminhassem, apesar das crises, à conformação de Estados capitalistas, o que serviu para dar base ao discurso da “morte do socialismo.”

O auge do neoliberalismo: os anos 90 e a nova ordem mundial

Há muita confusão em relação ao uso do conceito de *ordem mundial*. O que queremos dizer é que há uma determinada forma de articulação entre os Estados, ou seja, a forma como uma determinada estrutura de dominação se impõe em escala mundial a todos os Estados. Na época imperialista, tem a ver com a forma de dominação das potências imperialistas sobre o mundo. Podemos encarar a “ordem mundial” como se fosse um regime em escala internacional; utilizando essa analogia, podemos dizer que havia caído o antigo regime, e um outro montava sobre seus restos: a partir do fim da URSS e dos Estados operários burocráticos, deixava de ter vigência a coexistência do imperialismo com as burocracias, ganhavam força as instituições econômicas, políticas e militares diretamente imperialistas para dominar o conjunto do globo. Isso não significa paz ou tranquilidade, assim como a ordem anterior tampouco significava estabilidade.



Em escala mundial, a *ordem* seria o *regime*, ou seja, a forma de combinação das instituições por onde se exerce o poder. Podemos então dizer que saímos de um regime/ordem mundial de colaboração entre o imperialismo e a burocracia, algo como uma frente popular em um país e tão contra-revolucionário como esta, resultado da derrota do nazi-fascismo e do ascenso revolucionário do pós II Guerra, para um regime de *unidade imperialista*, algo como unidade nacional em um país, comandado claramente pelos EUA.

Na ordem dominante até 1989, a essência era a “coexistência pacífica” entre o imperialismo e a burocracia soviética. Tratavam de manter a dominação e colaboravam para prevenir, desviar e/ou reprimir os processos revolucionários. Mas a colaboração era ultra-necessária exatamente porque esse foi um período de grande ascenso e revoluções, além de crises sucessivas, como na Revolução Chinesa, na Guerra da Coreia, em Cuba, durante a revolução e no episódio dos mísseis, Vietnã, Alemanha Oriental/Muro de Berlim, Hungria, Polônia, Oriente Médio.

A primeira demonstração da emergência da “nova ordem” instalada pós-queda do Muro de Berlim foi a Guerra do Golfo, com a ampla coalizão sob comando dos EUA que incluiu até a Rússia e a Síria, a Arábia Saudita e outros países, contra o Iraque de Saddam Hussein. Esse novo ‘regime’, montado a partir daí, se refletiu no papel da ONU, OTAN e FMI, instituições que vinham da velha ordem e logo depois a fundação da OMC, o novo papel do G-7, dando uma predominância mais direta e clara ao imperialismo norte-americano, ainda que ele procurasse trabalhar em aliança com seus parceiros imperialistas no G-7. O esquema da Guerra do Golfo se repetiria nas guerras de Kosovo e na condução econômica mundial (FMI, OMC etc). As garras da OTAN, OMC e FMI foram se estendendo ao leste Europeu, Rússia, China, sob a hegemonia dos EUA.

O crescimento econômico nos EUA durante os anos 90 deu uma base de sustentação a esse processo e se traduziu na famosa “onda da globalização”. Na Europa, aceleraram-se os planos da União Européia, a partir de Maastricht. O começo dos anos 90 foi o auge do neoliberalismo, em que havia apoio popular aos planos de reformas neoliberais na América Latina e na Ásia. Os processos de resistência nunca arrefeceram, mas eram desviados pelas direções das massas que, em geral, giravam mais à direita ainda, para uma adesão aos novos padrões de dominação. Exemplo típico foi a Terceira Via de Tony Blair e a conversão de sandinistas e FMLN ao regime democrático burguês e ao neoliberalismo.

Nas guerras civis, foi o momento dos planos de paz: Palestina, Angola etc, que desarmaram os lutadores e mostravam a ONU como solução para todos os males, inclusive onde havia revoluções. Continuava o ascenso e processos revolucionários, como África do Sul e Albânia, as quedas de presidentes eleitos na América do Sul, mas as lutas, na maioria dos casos, se detinham no marco da democracia burguesa e do capitalismo “humanizado”. Expressão disso é o próprio desvio da revolução sul-africana. Com o fim do apartheid, deu origem a um



regime compartilhado entre a direção negra colaboracionista e a burguesia branca, sem tocar na propriedade capitalista e que começaria a aplicar o plano neoliberal.

1995-99: Crise do neoliberalismo e ascenso na periferia começam a mudar a situação

Em 1995 tem início um processo de crise do neoliberalismo. Após os primeiros anos de aplicação na periferia, os planos neoliberais começam a mostrar suas conseqüências. O primeiro sinal foi a crise do México em 1995, depois Ásia e Rússia em 1998. Caiu o regime Suharto da Indonésia, houve um ascenso na Coreia e Filipinas. Na França, uma primeira tentativa de aplicar as “reformas” é barrada por uma forte greve do setor público. Ascenso popular começa a explodir na América Latina. Neste período, entram em crise os regimes democráticos da Argentina, Equador, Brasil, Venezuela, o bonapartismo de Fujimori e o Consenso de Washington passa a ser questionado. É o começo da mudança, mas o **ascenso e a crise ainda estavam centrados na periferia** do sistema.

No Kosovo, a guerra veio para recolonizar e estabilizar uma área importante sob o controle imperialista, mas com a bandeira da —**intervenção humanitária**”, da democracia, com a aliança imperialista incluindo a União Européia sob a direção dos EUA; apesar de ter sido deflagrada pela OTAN, a ONU logo veio legalizar a ocupação e montar o novo governo títere, acabando por afastar Milosevic e levá-lo ao Tribunal Internacional por abusos contra direitos humanos, sob os aplausos dos social-democratas europeus.

A situação revolucionária se globaliza

A partir de 1999, a crise econômica se torna mundial e chega ao coração do sistema, em particular aos EUA. O movimento antiglobalização, a partir de Seattle, passa a ser um elemento novo no movimento de massas com repercussão internacional. Fatos como os cercos às cúpulas de Davos, Gênova e Barcelona, se

multiplicam. O ascenso se estende e aprofunda na periferia, em particular na América Latina, com a insurreição do Equador, em 2000, e logo em seguida na Argentina, Venezuela, Peru e Bolívia. Na Palestina, explode a segunda Intifada, enterrando os planos de paz de Oslo.

A guerra contra-revolucionária antes apresentada como reação a “lutas fratricidas” na África e na antiga Europa Oriental, como na ex-Iugoslávia, e enfrentada pela doutrina da “intervenção humanitária”, agora é colocada como **estratégia de guerra preventiva**. Revela toda a sua natureza de agressão imperialista descarada e é generalizada a partir de 11 de setembro de 2001. A invasão ao Afeganistão marca uma virada, que depois se aprofunda com a nova estratégia de guerra preventiva. A guerra contra-revolucionária dos EUA contra o Iraque leva à eclosão do maior movimento anti-imperialista coordenado mundialmente que se tem notícia, o que foi deflagrado contra Bush-Blair em 2002-2003. Em conseqüência, nesse período se abre uma nova situação na qual estamos hoje.

Uma situação mundial revolucionária

Em 1985, Nahuel Moreno caracterizou que havia uma *situação mundial revolucionária* devido a conjunção de uma crise econômica do capitalismo mundial, um ascenso e lutas revolucionárias dos trabalhadores do mundo inteiro e uma crise irreversível dos grandes aparatos contra-revolucionários.³

Hoje, vivemos uma situação semelhante. A partir de 2000, a crise econômica voltou a se manifestar no coração do imperialismo. O “mini-boom” dos anos 90 chegava ao fim, explodia a famosa “bolha financeira da nova economia e da tecnologia”. A partir daí, independente dos ritmos e das flutuações, se instala uma crise econômica nos EUA e no mundo inteiro, uma crise de superprodução de capitais, e a ela corresponde uma crise política na ordem mundial, um ascenso internacional, com picos revolucionários na América Latina, e um avanço na consciência anti-imperialista das massas. Junte-se a isso que a queda dos regimes do Leste europeu e a re-



conversão dos chineses já haviam causado o colapso do maior aparato contra-revolucionário de nossa época, o stalinismo. Esse fato tremendo – o fim da camisa de força stalinista – marca a abertura da nova etapa em 1989-91. A liberação de forças daí advinda ainda não mostrara todo o seu lado positivo, porque se dava simultaneamente à perda de conquistas importantes, em particular à restauração do capitalismo nos antigos Estados operários no Leste europeu, China e Cuba. Os efeitos dessa restauração e da ofensiva neoliberais também atuaram sobre a consciência e a organização da classe operária, e, junto com a ação de novos aparatos, abriram espaço para um novo reformismo e para ataques ao bolchevismo, à concepção de revolução, partido revolucionário e ao marxismo, no interior do movimento operário e da vanguarda.

Hoje, a situação se reaproxima das caracterizações do final dos anos 80. Mas com um dado novo: o ascenso ocorre também em um dos pontos centrais do sistema, a Europa Ocidental, com o peso direto de um proletariado de grande força estrutural e tradição de luta. As grandes mobilizações contra a guerra foram uma expressão de um processo de mobilização contra os ataques que dos governos imperialistas contra seus próprios proletariados para ajustar-se à situação de crise capitalista internacional. Ao mesmo tempo, a América Latina não cessa de enfrentar crises e revoluções, o Oriente Médio é um barril de pólvora e a vitória dos EUA com a ocupação do Iraque pôs mais lenha na fogueira e encontra uma resistência inesperadamente rápida no próprio Iraque. Por isso, para descrever esse momento, o conceito de **situação mundial revolucionária** é de grande utilidade.

A crise econômica mundial

A primeira definição da situação mundial revolucionária é que a economia imperialista mudou de signo. Apoiada no mini-boom dos EUA, que deu um esboço para a economia mundial por quase uma década, nos anos 90, vendendo a ilusão de um longo período de bonança, a bolha começou a estourar a partir de 2000.

O sistema capitalista já está mergulhado em uma crise de caráter mundial, que atinge o coração do sistema. Pela primeira vez em 30 anos, temos um quadro de crise simultânea nos três centros imperialistas: EUA, Europa e Japão.

A partir da recessão mundial de 1973-74, as semicolônias foram submetidas, década após década, a uma verdadeira contra-revolução econômica. Todos os mecanismos de transferência de riquezas foram abertos para permitir a recuperação do centro do sistema. Em nível planetário, a destruição de forças produtivas se expressa na desindustrialização de inúmeros países e no aumento brutal do exército industrial de reserva mundial, o que acarretou não somente a falência de empresas e um desemprego e subemprego alarmantes, mas a destruição de países e continentes inteiros pelas mãos do imperialismo, para permitir a manutenção da taxa de lucros nos centros imperialistas.

A década de 90 foi a expressão do auge desse parasitismo imperialista. A transferência de capitais para a economia norte-americana, seja como resultado da espoliação e destruição das semicolônias, seja do investimento na economia americana dos outros centros imperialistas (Europa e Japão), impulsionou a expansão da economia americana, ao mesmo tempo em que reforçou, sob ba-

ses ainda mais perversas, o caráter parasitário do sistema mundial.

A maior economia imperialista do planeta converteu-se também na economia mais endividada: necessita de 1,5 bilhão de dólares por dia para financiar seu déficit crônico. Nenhum outro Estado capitalista do mundo pode funcionar nessas condições, a não ser que ocupe o topo da hierarquia imperialista, fazendo girar toda a economia mundial para financiá-lo. Este é o lugar que ocupa os EUA hoje e essa é a essência de sua política imperialista no mundo.

Mas a crise atual é de tal gravidade que passou a se falar abertamente na possibilidade de uma fuga de capitais, devido ao agravamento da situação dos EUA.⁴ O dólar se enfraqueceu, levando a um deslocamento de capital para outros países, e a valorização do euro frente à moeda americana. O problema para o imperialismo é que isso a causa não é uma melhoria expressiva da economia européia, mas a piora da economia americana.

A tentativa de recuperação a partir das políticas do Federal Reserve e do G-7 esbarram tem um limite: como expressão da contradição última do sistema em sua fase imperialista, toda recuperação econômica eventual tem um caráter superficial e especulativo, sendo nada mais do que a parteira de uma crise superior.

A destruição na periferia do sistema não foi o suficiente para evitar que a crise chegue ao centro. EUA, Europa e Japão amargam uma queda na taxa de lucro de suas empresas proporcional à da crise dos anos 30.

A concorrência entre as grandes empresas converte cada um dos países imperialistas em um aríete na defesa de seus lucros. Para que a economia americana evite a depressão, deverá aprofundar a crise na Europa e no Japão. Os EUA estão operando uma política consciente de transferir sua crise para os outros dois pólos da economia mundial. Sua política de saída da crise aprofunda os antagonismos econômicos entre os blocos imperialistas. É o que está na base da desvalorização do dólar frente ao euro, já da ordem de 26,7% nos últimos doze meses.

Por isso, o FMI fez uma crítica ao Banco

Central Europeu, que parece que está usando suas taxas de juros como moeda de negociação com os EUA. A crise fez reduzir, de forma abrupta, o fluxo global de capitais, e os mais atingidos são os próprios Estados Unidos. Moreno já alertava para o fato de que o déficit comercial norte-americano não era um sinal de sua debilidade econômica, mas parte de um sistema mundial que entrelaçava a economia dos pólos imperialistas.

Esse processo se desenvolveu de tal forma que as economias alemã e japonesa dependem de suas exportações para os EUA. Em troca destas exportações, investem seu superávit comercial na economia americana: a entrada de capitais nos EUA durante os anos 90 foi a base dos investimentos em tecnologia da informação e manteve altos os índices da Bolsa americana.

A demora na retomada dos lucros das empresas americanas está na base da impressionante fuga de capitais dos EUA. **Em 2001, o fluxo (entrada menos saída) foi de US\$ 130 bilhões e em 2002 caiu para US\$ 30 bilhões, numa redução de nada menos do que 77%.** O grosso da saída foi de capitais europeus. Quem ainda manteve o fluxo foram os países asiáticos, que aumentaram em 1800% sua transferência para os EUA (de US\$ 5 bi para 96 bi); o problema é que a crise nos EUA diminuiu as importações da Ásia, impossibilitando a transferência de capitais para o mercado americano.

Essa fuga dos capitais explica o avanço da crise e o caminho da deflação, tão temida pelos Bancos Centrais. Os capitais europeus foram buscar melhor remuneração na taxa de juros européia, que vale o dobro da dos EUA. Quando o dólar começou a cair, em 11 de setembro, uma ação concertada entre os Bancos Centrais da Europa e Japão evitou essa tendência.

A favor da recuperação econômica perseguida por Bush viriam a vitória rápida na guerra do Iraque, e um consumo interno ainda razoável, que levou a um pequeno crescimento em 2002. Alguns dados dos últimos trimestres, como a queda dos estoques, o aumento da produtividade (ou seja, o aumento da exploração dos trabalhadores norte-americanos) e o reaque-



cimento de alguns setores com os gastos militares jogariam a **favor** da recuperação. Mas esse consumo foi mantido com juros baixíssimos e financiamento de casas e carros subsidiados indiretamente pelo governo, além de um endividamento ainda maior das famílias norte-americanas. Ou seja, os **fatores** estruturais da crise continuam pesando, e, apesar dos vaivéns conjunturais, continuam apontando para o “duplo mergulho”. Na verdade, é a **retomada de uma recessão que nunca foi realmente superada**. E não se pode descartar um agravamento maior e uma depressão.

Embora os EUA tenham imposto uma rápida vitória militar ao Iraque, não está claro que possam sair da crise e retomar a economia, apoiados nessa vitória. Trata-se de uma crise de **superprodução de capitais**. Há um excesso de capacidade instalada, que coincidiu com a bolha da economia do final dos anos 90 e a taxa de lucros ainda não é suficientemente alta para estimular novos investimentos. Estes caíram em 2001, em 2002 e ainda estão num patamar inferior a 2000. A capacidade ociosa da indústria norte-americana continua alta e não deu sinais de reverter essa tendência. Segundo Robert Brenner⁵, o setor industrial opera hoje em nível 27% inferior ao seu potencial, o menor nível desde 1983!

A dinâmica da crise será dada pela forma com que os antagonismos econômicos sejam resolvidos entre os países imperialistas. O fracasso ou o êxito da continuidade do processo de abertura das economias; o resultado das disputas comerciais em curso; a concretização das diversas “áreas de livre comércio”, podem aprofundar o curso de deflação mundial.

Uma possível superação dela dependerá do resultado da luta de classes na periferia do sistema, que estará submetida a uma brutal ofensiva recolonizadora. Em outro nível, da classe operária dos países imperialistas, em particular da europeia, que lutará para a defesa de suas conquistas.

Por isso, na Europa e, em particular, na Alemanha, a burguesia exige um forte ajuste neoliberal com flexibilização salarial e trabalhista, demissões em massa, corte de salários e pensões, ataques à educação e saúde, ao regime da previdência social, o que significa enfrentar o movimento operário, cuja resposta prevista já começou a se ver na Itália e Espanha em 2002 e 2003. A palavra final sobre qual será o resultado desse processo está no terreno da luta de classes. Mas a tarefa não será das mais fáceis, pois a resistência está mais viva que nunca.

A doutrina da guerra preventiva

A situação de crise econômica interna empurra os EUA a uma política ainda mais predadora e protecionista, e mais claramente agressora, como se viu na invasão ao Iraque. A estratégia imperial, batizada de “guerra contra o terror” depois dos atentados de 11 de setembro, consiste em avançar na recolonização, atacar mais duramente os trabalhadores, inclusive dos países imperialistas, e passar ao controle direto das fontes de riqueza e das regiões estratégicas, eliminando qualquer tentativa de



oposição a esses desígnios. Além disso, o imperialismo norte-americano se arroga o direito de proteger sua hegemonia econômica e militar contra qualquer adversário real ou potencial. Por isso, as ameaças não têm como alvo apenas os “estados párias”, mas qualquer outro país que possa chegar perto do poderio econômico e militar da potência hegemônica.

Essa meta se materializa em diversas partes do globo. Na América Latina, a ofensiva para impor a ALCA. Na Ásia, América e África, para impor tratados militares. No Oriente Médio, o interesse em submeter de uma vez por todas o Iraque para controlar essa região estratégica, e a disputa por suas riquezas petrolíferas. Bush quer terminar de “resolver” o problema pendente desde 1979 no Oriente Médio, eliminando a resistência ao seu controle total sobre a região. Por isso, faz as ameaças à Síria e ao Irã, e pressiona a Autoridade Palestina para que capitule a Sharon. As necessidades do imperialismo vão muito além de ocupar um país: elas objetivam um reordenamento global do mapa-mundi, da sua hegemonia sobre o planeta. Esse é o sentido da estratégia da “guerra preventiva”, numa postura **bonapartista** por parte dos EUA, o que se reflete na maior crise interimperialista desde o pós-guerra. O governo Bush se arroga o direito de decidir o quê e quando invadir, de tomar sozinho as riquezas e de impedir que qualquer outro país possa desafiar sua força econômica e militar. Por trás da discussão na ONU sobre a guerra e a ocupação do Iraque está a disputa pelas colônias e suas riquezas, e também quais serão os capitais queimados nesse processo.

Esse esforço de impor a ferro e fogo sua hegemonia implica em tremendos perigos para a humanidade. A guerra **contra-revolucionária** já em curso, com o codinome ‘guerra contra o terror’, inclui a ameaça nuclear. Bush havia preparado essa alternativa no caso do Iraque e acaba de aprovar no Congresso norte-americano a produção de armas nucleares “táticas” (que teriam o efeito de mais ou menos 1/3 das que foram lançadas em Hiroshima e Nagasaki) para conflitos de baixa intensidade, gerando protestos até mesmo do Partido De-

mocrata americano e do jornal conservador *The New York Times*.

Os limites da ofensiva imperialista

Tudo isso não significa uma visão de poderio incontável da superpotência, ou de um domínio incontestado e estável por um longo período. Ao contrário. Os limites da ofensiva ficam visíveis a cada passo. Frente a um ascenso internacional e a uma crise econômica e política sem precedentes, agravada pela própria política de Bush, a situação do imperialismo norte-americano não é nada confortável. É uma política colonialista e bonapartista, que vem causando grande repúdio em todo o mundo.

A ocupação do Iraque mostra os limites e a tendência a uma tremenda resistência e a enfrentamentos que não permitem ao imperialismo dominante ir até o fim para conseguir aquilo que necessita para resolver sua crise. Uma nova guerra trará ainda mais repúdio internacional que a invasão ao Iraque. Por outro lado, todas as áreas em que o imperialismo investe para impor sua estratégia enfrentarão uma oposição mais consciente que antes, como vem ocorrendo com a ALCA.

Para os EUA, a ocupação do Iraque significa o esforço de permanecer com grande quantidade de tropas (estima-se em 200 a 300 mil soldados) por muito tempo sob a hostilidade da imensa maioria da população iraquiana e mesmo americana, que tem ficado cada vez mais irritada com as constantes mortes de soldados americanos por lá. Como o projeto original era manter tropas por pouco tempo e rapidamente constituir um governo títere, o problema é duplo: político - estar submetidos à indignação popular e a possíveis ataques armados em um país muito mais importante que o Afeganistão; econômico - pois o custo de um tal tipo de ocupação é bem alto e seria um peso a mais para a crítica economia americana.

Os aliados de Bush estão pagando um preço dentro de seus países. Tony Blair enfrentou uma revolta no Labor Party e uma CPI na Câmara dos Comuns para apurar os dossiês mentirosos sobre as armas de destruição massiva.

Nos EUA, a situação não é tão favorável para Bush como uma primeira leitura superficial da guerra poderia refletir: mesmo tendo conquistado uma rápida vitória militar, Bush teve de fazer uma pausa antes de pensar em invadir a Síria ou o Irã. A população norte-americana, embora no início tenha apoiado a guerra, não parece propícia a apoiar outra aventura por parte do governo.

Essa postura tem a ver com as conseqüências da crise econômica interna. A preocupação com o desemprego e a queda na economia crescem a cada pesquisa. Se o 11 de setembro permitiu o apoio à doutrina da guerra preventiva, a continuidade das demissões e das fraudes das empresas está sendo um fator cada vez maior de pressão sobre o governo. Os cortes que o governo federal e os estaduais estão fazendo para acomodar os gastos de guerra e permitir os cortes de impostos que só beneficiam os mais ricos são uma bomba de tempo. A prefeitura de Nova York vem cortando até a verba para os bombeiros, os heróis do 11 de setembro. Praticamente todas as grandes prefeituras têm problemas financeiros graves. O mesmo ocorre em alguns estados-chave. O Texas cortou ainda mais as verbas para assistência médica infantil. Já houve uma mobilização de pais e professores contra os cortes na educação no estado de Nova York logo depois da guerra no Iraque.

Apesar de sua política belicista, que se assemelha ao governo Reagan, e bonapartista, semelhante ao período do macarthismo, Bush e sua coalizão de poder têm de respeitar as limitações da democracia burguesa norte-americana, que, em última análise, refletem ainda uma correlação de forças que não foi revertida; prova disso é a própria dependência do apoio popular da qual padecem os governos ianques e que foi um dos fatores para impedir uma extensão imediata da guerra ao Irã e Síria. O imperialismo age com uma estratégia agressiva, mas enfrenta os limites da situação revolucionária mundial.

O papel da ONU: a política de Bush coloca em risco a nova ordem

Se os anos 90 assistiram a uma nova ordem mundial, seus problemas se agravaram rapidamente por causa do ascenso e processos revolucionários, sem um aparato contra-revolucionário internacional com peso suficiente para desviá-los. Por outro lado, a crise econômica faz entrar em atrito os interesses dos principais Estados imperialistas. Por isso, podemos dizer que essa ordem vive uma grave crise e muito provavelmente vamos ter modificações profundas na sua constituição.

A violência da ofensiva recolonizadora e a necessidade de responder aos desafios do ascenso, no bojo de uma deterioração das perspectivas de crescimento, fez o governo norte-americano, aproveitando-se do 11 de setembro, partir para uma postura bonapartista em escala mundial. Isso significa colocar a ONU a reboque das decisões do Estado norte-americano. E a estrutura de funcionamento da ONU, bem como a correlação de forças no seu interior, ainda refletem a velha ordem de 1945-89. O Conselho de Segurança tem ainda a Rússia, a China e a França com direito de veto. A Administração Bush resolveu colocar em prática uma estratégia que expressa de forma clara quem manda, declarando “irrelevante” a ONU caso não siga as decisões da potência hegemônica. Assim, até mesmo em relação a seus velhos “parceiros”, os EUA neces-



sitam colocar sua hegemonia em outro patamar, acentuando os traços bonapartistas de dominação e utilizando a ONU somente quando interessar. O “debate” no interior da ONU sobre a guerra contra o Iraque ilustra bem essa postura. A crise econômica é o pano de fundo dos atritos nas relações dos EUA com a ‘velha’ Europa. Mas a postura covarde e defensiva dos imperialistas europeus, expressa na discussão sobre a “reconstrução do Iraque”, não garante a recomposição da ONU.

Um novo regime está em marcha, expressando a imposição global de Washington. **A atitude frente ao Iraque expressa a nova situação.** A aceitação, pelo Conselho de Segurança, da resolução de suspensão das sanções contra o Iraque, dando todo o poder aos EUA, e o envio de um encarregado da ONU com papel decorativo para auxiliar na “reconstrução do Iraque” mostram isso, bem como a adoção, por parte da UE, de uma política externa com os mesmos eixos que a política americana.

Mas isso leva a um desgaste profundo da ONU e das instituições da ordem mundial frente ao movimento de massas. Aqui vale também vale fazer uma comparação com os regimes internos em cada país. A ONU era, até pouco tempo, uma instituição quase sagrada (comparada a um “parlamento mundial” ou a uma instituição de um “governo mundial democrático”) para os movimentos do tipo Fórum Social Mundial. Agora, seu prestígio caiu bastante, e ainda que em meio a lamentos e propostas de “refundação”, já se expressam críticas duras ao seu papel ou a de seu secretário geral, Kofi Annan. As propostas de reforma parecem agora revestidas de uma irrealidade chamativa. O jornal francês *Le Monde Diplomatique*, de julho/03, por exemplo, traz uma proposta de formar um “Conselho de Segurança Econômico e Social” para uma “ordem jurídica mundial renovada, que constituiria um contrapeso à dominação exercida pelos grandes países”.⁶

Há uma tendência entre os principais assessores de Bush para que a ONU se torne um organismo de “ajuda humanitária”, para tratar das vítimas das inúmeras guerras e catástrofes,

como migrações massivas, fome e epidemias provocadas pelas aventuras imperialistas. O eixo de decisão e a resposta militar se deslocaria para outras instituições. Os EUA ensaiam, com a tímida oposição do imperialismo alemão e francês, um novo tipo de organização internacional militar em que as decisões não estariam mais na dependência do CS da ONU. Poderiam transformar a OTAN ou criar uma nova instituição que centralizasse as intervenções militares, uma espécie de força de polícia internacional diretamente dirigida pelas FFAA norte-americanas. Um ensaio já foi realizado na articulação para a divisão de tarefas no Iraque ocupado, onde os EUA recusaram tropas de países que não apoiaram antes a invasão e utilizaram tropas polonesas para premiar seu novo parceiro e aliado europeu oriental. 🌐

Notas

¹ Nas palavras do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD): “o que mais chama a atenção é a extensão da estagnação e dos reveses, que não haviam sido vistos nas décadas anteriores”, Folha de S. Paulo, 8/7/03, p.8.

² Aqui trabalhamos com as caracterizações de Nahuel Moreno.

³ Para Moreno, ela era a resultante da época e da etapa mais revolucionária que o mundo tinha conhecido até então. O ascenso havia produzido triunfos, como a expropriação de 1/3 da humanidade e arrancara uma vitória político-militar do imperialismo norte-americano no Vietnã, abrindo a situação mundial revolucionária. O ascenso era a característica mais desenvolvida da época e da etapa, com revoluções na Nicarágua, Irã e Portugal. A crise de direção revolucionária persistia como grande freio e responsável pela sobrevivência do imperialismo, mas a crise do stalinismo já assumia grandes proporções.

⁴ Em 2001, o influxo mensal de capital líquido foi de US\$ 44bi, em 2002, de US\$ 14,6 bi! Isso significa que os EUA precisam atrair US\$ 1,3 bi em fundos externos a cada dia para impedir a queda do dólar.

⁵ *Folha de S. Paulo*, 21/4/03

⁶ *Le Monde Diplomatique*, julho 2003, edição portuguesa, p.14

OS ESTADOS UNIDOS MILITARIZAM A AMÉRICA LATINA

MARCELO GARCÍA

Jornalista e militante da FOS - Frente Operária Socialista (Argentina)

Tradução: Raymundo Alves

Planos econômicos e de dominação marcial dos conflitos sociais, implantação de base militares e exercícios entre as forças armadas de diferentes países do continente americano. Estas são as três bases fundamentais com que o imperialismo americano avança sobre a América Latina para apropriar-se dos mercados econômicos e dos recursos naturais (particularmente a água e o petróleo). Para garantir para si o controle do mercado das nações latino-americanas, os EUA desenvolveram um esquema de opressão que está essencialmente garantido pela militarização da região. Nos últimos anos instalaram mais de uma dezena de bases militares com a presença de efetivos americanos. Entretanto, a absorção e intervenção das Forças Armadas latino-americanas concretiza-se através de operações aéreas, marítimas e terrestres, exercidas em todo o território latino-americano.

A América Latina está se convertendo em uma das pedras preciosas mais cobiçadas pelo império construído pelos Estados Unidos. Para conseguir instrumentalizar seu plano de colonização, começaram a militarizar os países da região, processo que marcha de maneira paralela aos propósitos econômicos e comerciais.

A luta entre os imperialismos ianque e europeu para obter a conquista de novos mercados na América Latina está modificando o mapa econômico e militar do continente. Os investimentos europeus foram preponderantes durante toda a década de 1990, enquanto, para contrapor-se a esses avanços das multinacionais do velho continente, os Estados Unidos estão idealizando uma série de planos militares e econômicos.

A metodologia utilizada pelo império americano pode resumir-se como um movimento de pinça em que suas duas tenazes são a militar e a econômica. Para concretizar esta última, desenharam uma série de programas de liberação dos mercados latino-americanos, apropriação de recursos naturais (fundamentalmente petróleo e água) e redução de custos trabalhistas com a expansão das maquiadoras – fábricas com operários de baixos salários e em condições de semi-escravidão – que foram implantadas no México a partir de 1994 sob o

Tratado de Livre Comércio da América do Norte (conhecido como NAFTA, na sigla em inglês).

Justamente o NAFTA, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o novo TLC, firmado entre os EUA e o Chile, a Iniciativa Andina e o Plano Puebla Panamá são as ferramentas com as quais o imperialismo americano se propõe a colonização definitiva do continente, ainda que não se deva descartar a anexação de algumas zonas ou regiões de vital importância estratégica para o império, tal como a Patagônia ou a Amazônia.

O NAFTA, que inclui o México e o Canadá; o TLC EUA-Chile, a Iniciativa Andina, que envolve o Equador, a Venezuela, a Bolívia, o Peru e a Colômbia; e o Plano Puebla Panamá, que engloba o México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, são os elementos-chaves com os quais o império busca garantir-se antes de 2005 quando será dado o passo decisivo até a ALCA, que vem a ser quase o plano totalizador para a América Latina.

Mas nem tudo termina aí. Um capítulo vital nos planos dos EUA é a dolarização da América Central e do Sul. A instauração de uma moeda única em um mercado de 34 países (excluindo Cuba, por enquanto) e um PIB regional, somando os Estados Unidos, da ordem de 11,5 bilhões de dólares, quase 30% maior que o da União Européia. Com isso, os EUA estariam no comando do maior mercado unificado do planeta, com um terço do PIB mundial e mais de um quinto do comércio planetário.

Vale salientar que, estrategicamente, a ALCA pretende estender o imperialismo americano e aprofundar ainda mais o domínio de seus monopólios sobre a América Latina. Por exemplo, entre 1990 e 1997 a América Latina foi o mercado mais dinâmico para os EUA, recebendo 20% das exportações americanas, enquanto o Japão e a Ásia Oriental receberam somente 25% entre ambas as partes. Um estudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) revela que “*Os Estados Unidos são o principal investidor na América Latina e no Caribe. Desta forma, os monopólios ianques asseguram-se uma posição*

dominante na região na maioria dos grandes ramos industriais. As empresas americanas concentram-se na indústria manufatureira e nos serviços (telecomunicações e energia). Assim, no setor manufatureiro, aproveitam certas vantagens (baixos salários, proximidade geográfica e acesso privilegiado ao mercado americano) para incrementar sua capacidade competitiva em seu próprio mercado e enfrentar as empresas asiáticas”.

Planos de ocupação, bases militares e exercícios conjuntos

Para poder garantir a concretização de todos esses objetivos econômicos expansionistas, os Estados Unidos necessitam “*domesticar*” e “*combater*” os povos das nações latino-americanas, essencialmente as FARC colombianas, os Sem-Terra brasileiros e os Zapatistas mexicanos, mas também nesta lista se inscrevem os povos rebeldes do Equador (insurreição em 2000), os cocaleros e os mineiros bolivianos, os piqueteiros, os operários e a classe média argentina (levantamento popular de 2001), os estudantes e os estatais paraguaios (mobilizações de 2001), os professores e camponeses peruanos (greves e protestos em 2003), os chavistas venezuelanos (1998-2003), e os já históricos cubanos bloqueados.

O certo é que na atual situação política da América Latina, os Estados Unidos estão longe de impor seus desígnios, não por resistência dos governos de cada um dos países do continente, mas pelas lutas sociais que vêm sendo cada vez mais fortes e aguerridas contra os planos neoliberais do imperialismo.

A tentativa de abrir caminho para o imperialismo americano está gerando uma série de intervenções na América Latina, o que ao longo da última década tomou diferentes formas. Por um lado se destacam as mais de dez bases militares instaladas e por instalar na região, como também os exercícios conjuntos com as forças armadas dos distintos países do continente, muitos dos quais têm características estritamente militares, mas outros aparecem disfarçados de missões humanitárias, de ajuda social ou de investigação médica e ecológica.

Assim é que se chega à complementação das bases militares instaladas na América Central e do Sul, as que estão estreitamente unidas ao Plano Colômbia, o Plano Dignidade e Iniciativa Andina, que tem seu correlato nos exercícios chamados Cabanas, Aguila, Unitas, Céu Central, Novos Horizontes, Fluvial etc. Todas estas peças são parte de uma mesma pinça que busca apoderar-se da América Latina.

A instalação de enclaves militares norte-americanos em zonas estratégicas teve sua origem com a apropriação do Canal do Panamá, lugar onde se estabeleceu o centro de operações americanas para toda a América Latina, denominado Comando Sul (USSOUTHCOM, segundo sua sigla em inglês) – tendo agora



| Planos militares e econômicos dos Estados Unidos para a América Latina | | |
|---|---|--|
| | Objetivos | Área de Influência |
| Plano Colômbia | Com o alibi de lutar contra o narcotráfico, busca combater os grupos guerrilheiros (FARC/ELN). O financiamento é provido, em sua maioria (1.300.000 de um total de 7.500.000 de dólares), pelos EUA e a União Européia. | Desenvolve-se em todo o território colombiano, especialmente na zona de Putumayo, e inclui a área do Amazonas. |
| Plano Dignidade | Este avanço colonialista foi disfarçado de luta contra o narcotráfico e se propõe à erradicação das plantações de coca na Bolívia. Começou em 1998. | Abrange a região cocalera do Chapare, na Bolívia. |
| Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) | Impor uma área econômica continental que garanta a expansão e os lucros, com baixos custos trabalhistas, às multinacionais ianques. Sua preparação foi secreta e pretende-se implantá-la em janeiro de 2005. | Incluirá 34 países (exceto Cuba) da América do Sul, América do Norte e América Central. |
| NAFTA | Acordo firmado no início de 1994. Facilitou a espoliação dos trabalhadores por meio das maquiadoras instaladas na fronteira ianque-mexicana. Permitiu que os EUA aprofundassem o controle migratório de latinos. | Participam EUA, México e Canadá. |
| Tratado de Livre ComércioEUA - Chile | Acordo firmado em junho de 2003 com objetivos similares ao NAFTA. Busca preparar o terreno, na América do Sul, para a implantação da ALCA. | Somente EUA e Chile. |
| Plano Puebla Panamá (PPP) | Projeto criado pelo presidente mexicano Fox e está dirigido aos estados do sudeste do México, (incluindo o estado de Chiapas) e os países da América Central. Busca facilitar os investimentos estrangeiros privados, privatizar empresas de serviços públicos e controlar os fluxos migratórios aos EUA. | Envolve o México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. |
| Plano Iniciativa Regional Andina | Extensão do Plano Colômbia que inclui aspectos militares e comerciais direcionados aos países da região andina que circundam a Colômbia. Foi criado em 2001 com um forte financiamento dos EUA. | Abarca Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia e Peru. |
| Elaboração própria com base em diferentes documentos | | |

se trasladado para Miami. Logo suas ramificações se estenderam a quase todos os pontos-chave do continente. A Colômbia e os países que circundam a nação dividida em duas metades entre a guerrilha insurgente e as instituições burguesas são o epicentro dos assentamentos do império, mas os braços americanos estendem-se até os confins da Patagônia.

Na Colômbia, e no marco do Plano Colômbia, instalaram-se as bases de Três Esquinas, Larándia e Porto Leguízamo. Esses três pontos de interesse na luta contra a guerrilha converteram-se em receptores permanentes de armamentos, logística e estrategistas militares americanos, mas também de tropas de combate (ver quadro sobre o financiamento e a distribuição dos fundos do Plano Colômbia).

Dentro do território colombiano, os marines e instrutores ianques já se deslocam com absoluta naturalidade e o presidente colombiano, Alvaro Uribe Vélez, solicitou dois novos e absolutamente perigosos elementos: por um lado, durante a reunião de Davos, em janeiro de 2003, pediu aos Estados Unidos que invadam a Zona do Amazonas para poder, assim, concluir a luta contra as guerrilhas que operam nessa região; por outro, parece haver sido o impulsor de que se crie uma “*força de paz americana*” para intervir militarmente na Colômbia, o que, por enquanto, foi desmentido.

Nas vizinhanças da Colômbia, os Estados Unidos conseguiram instrumentalizar um complexo militar-econômico muito importante, que está centrado no Plano Iniciativa Regional Andina e ao qual se relacionam as operações militares denominadas Unitas (com forças navais) e Novos Horizontes (sob o disfarce de assistência humanitária).

No Equador, depois de reorganizar minimamente as instituições burguesas, os americanos dolarizaram a economia e instalaram a base de Manta, a poucos quilômetros da fronteira com a Colômbia. No Peru, estabeleceram as bases de Iquitos e Nanay, esta última na Amazônia, ambas com intervenção do pessoal militar dos Estados Unidos.

Não muito longe dali, na região Nordeste

clave do Panamá persiste apesar da mudança do Comando Sul.

Outra das peças chaves para compreender o plano colonizador dos Estados Unidos está dirigida aos países centro-americanos. Trata-se do Plano Puebla Panamá (PPP), um projeto gerado pelo presidente mexicano Vicente Fox e obviamente impulsionado e auspiciado pelo governo americano. Envolve o México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

A partir do PPP pretende-se conseguir uma liberação da América Central para as empresas multinacionais; além disso, busca-se gerar um corredor de recursos naturais – entre os quais

| Bases militares instaladas na América Latina com a participação dos EUA | |
|--|---|
| Países | Bases |
| Colômbia | Três Esquinas, Larandia e Porto Leguízamo |
| Equador | Manta |
| Peru | Iquitos e Nanay (Zona Amazônica) |
| Argentina | Terra do Fogo |
| Bolívia | Rio Itonamas |
| Aruba | Rainha Beatriz |
| Curaçau | Hato |
| Honduras | Soto Cano (Palmerora) |
| Costa Rica | Libéria |
| El Salvador | Comalapa |
| Cuba | Guantánamo |
| Porto Rico | Vieques |
| Elaboração própria com base em diferentes documentos | |

do Brasil, próximo à Amazônia, os EUA pretendem apoderar-se da base de Alcântara, mas, por enquanto, os governos verde-amarelos resistem em cedê-la e continuam controlando-a.

Em fevereiro de 2003 pôde-se conhecer as intenções ianques em levar um pouco mais para o sul a zona de conflito colombiana. Um telegrama da agência Bolpress deu conta da possibilidade de que o braço armado americano chegue até a Bolívia e instale uma base militar às margens do rio Itonamas. Essas tentativas estão estreitamente ligadas ao Plano Dignidade, que foi apresentado em 1998 como uma luta contra as plantações de coca na região boliviana do Chapiro. Esse plano, na realidade, converteu-se num inferno para os camponeses da área, que têm sua saúde seriamente prejudicada pela fumaça dos herbicidas, além de serem vítimas de assassinatos, da pobreza e do desemprego, o que tem levado muitos deles a migrar para outras regiões.

E tratando das intenções, os olhares americanos chegam muito mais longe. No ano de 2001, mencionou-se a possibilidade de construir uma base militar e nuclear na Patagônia argentina, que poderia estabelecer-se na província da Terra do Fogo, a poucos quilômetros do estreito de Magalhães que une o Atlântico com o Pacífico, ou na de Chubut.

Neste último caso, poderia tratar-se de uma ampliação da famosa torre Omega (entre as cidades de Trelew e Porto Madri) que foi posta em marcha já há vários anos e que durante a guerra das Malvinas, especula-se, facilitou o envio de informações estratégicas às tropas britânicas.

No que diz respeito à ilha Grande, no extremo mais austral do continente, o governador Carlos Manfredotti sancionou, no ano de 2001, o decreto 1.369 que habilitou a instalação de uma base do Sistema Internacional de Vigilância para a Prevenção e Proibição de Ensaio e Explosões Nucleares, que possibilita aos integrantes da base o livre trânsito por toda a província, se assim o requererem, para seus estudos.

No mar do Caribe, os EUA exercem o controle a partir das bases militares estabelecidas em Vieques (Porto Rico), Rainha Beatriz na ilha de Aruba, e Hato na ilha de Curaçau. Assim as forças de elite americanas encontram-se a poucos quilômetros da zona de maior conflito bélico latino-americano, além de controlar a única escapatória marítima possível para quem pretenda sair pelo mar do Caribe. A todas essas bases, temos que incluir a pérola caribenha que os ianques conquistaram na própria ilha de Cuba, ao apoderar-se de parte do território e montar a base de Guantánamo.

Na parte continental da América Central a presença de bases americanas é muito notória e concentrada. Em Honduras os militares dos EUA estabeleceram-se em Soto Cano; na Costa Rica na Libéria e em El Salvador o fizeram em Comalapa. Tal como já ficou expresso anteriormente, o en-



| Financiamento americano do Plano Colômbia e seu destino | |
|---|----------------|
| Distribuição dos recursos totais investidos pelos EUA no Plano Colômbia (em milhões de dólares) | |
| Apoio às tarefas de erradicação no sul da Colômbia - "Golpe ao Sul da Colômbia" | 416,9 |
| Apoio aos programas de interdição | 378,6 |
| Apoio à Polícia Nacional da Colômbia | 115,6 |
| Apoio ao desenvolvimento econômico e alternativo (incluindo programas nacionais e no sul da Colômbia) | 106,0 |
| Apoio a programas de promoção de direitos humanos e de reforma do sistema judicial | 119,0 |
| Apoio a outros programas regionais e ao processo de paz | 183,0 |
| Total do apoio dos EUA ao Plano Colômbia | 1.319,1 |

se destacam a água, o petróleo e os bosques – impulsionando ao mesmo tempo a intensificação dos mecanismos de privatização das empresas estatais.

Um dos poucos países que se mantinha à margem desse tipo de plano e incursões militares era a Nicarágua, fundamentalmente por sua história recente de luta guerrilheira do sandinismo, mas, após a chegada ao poder central de Alemán y Bolaños, os militares americanos começaram a transitar pelo solo nicaraguense com a desculpa de dar ajuda humanitária, o que inclui o compromisso de que os mais de 4.000 militares americanos que ingressaram no país se encarregarão de construir escolas, centros de saúde e dar assistência médica às comunidades camponesas.

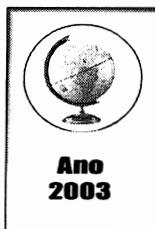
A Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai é outra das preocupações de George Bush e seus sequazes. Com a nova marca que os Estados Unidos imprimiram à luta contra o terrorismo, o cobiçado vértice sul-americano transformou-se em uma pedra preciosa da qual prontamente querem apropriar-se. Nessa região está outro dos centros aquíferos, de reservas subterrâneas de água e de biodiversidade mais importantes do continente e por isso os olhos imperiais fixaram-se nela.

Com a desculpa de controlar e combater as “células adormecidas” do terrorismo islâmico internacional, os Estados Unidos vêm pregando com insistência a instalação de uma base militar nesse território, ainda que, na realidade, o que buscam é apoderar-se de uma das maiores reservas de água do mundo, já que para o ano 2050 está prevista que a demanda de água se aproxime dos 100% das reservas.

Um capítulo à parte merecem os exercícios militares conjuntos entre forças americanas e latino-americanas, o que possibilita aos americanos “desnacionalizar” ideologicamente os militares dos países do continente, além de treiná-los dentro das doutrinas geradas por Washington. Talvez as mais emblemáticas sejam as operações militares chamadas Cabanas, que se deram no Panamá, Porto Rico e em duas províncias argentinas (Córdoba e Salta).

Os exercícios militares denominados Cabanas são apenas um dos tantos que se realizam constantemente nas nações latino-americanas, mas são justamente um dos casos mais paradigmáticos. A Cabanas 2001 realizou-se em Salta, no norte argentino. Justamente ali, se desenvolvia já há cinco anos um dos movimentos de trabalhadores desempregados mais importantes da Argentina.

| Recursos investidos pelo Departamento de Defesa (em milhões de dólares) | |
|--|--------------|
| Apoio aos Batalhões Antinarcóticos | 21,2 |
| Treinamento e equipamento dos batalhões | 1,0 |
| Estabelecimento da sede da Brigada Antinarcóticos | 13,2 |
| Infra-estrutura de apoio à aviação do Exército colombiano | 5,0 |
| Informação de apoio aéreo antinarcóticos | 6,0 |
| Reforma militar | 5,0 |
| Treinamento e equipamento dos Batalhões Antinarcóticos | 7,0 |
| Equipamento aéreo do Batalhão Antinarcóticos, Blackhawks (UH-60) | 208,0 |
| Equipamento aéreo do Batalhão Antinarcóticos, Huey (UH-1N) | 60,0 |
| Programa Huey II | 60,0 |
| Apoio de operações antinarcóticos | 6,0 |
| Infra-estrutura dos Batalhões Antinarcóticos | 3,0 |
| Aumento de proteção das forças | 4,0 |
| Melhor apoio logístico | 4,4 |
| Informação de apoio aéreo antinarcóticos | 9,0 |
| Operações de treinamento conjunto para altos comandos | 1,1 |
| Comunicações seguras para sedes e operativos | 3,0 |
| Total de recursos do Departamento de Estado | 365,5 |
| Fonte: Embaixada dos Estados Unidos em Bogotá, Colômbia. | |



Exercícios militares entre exércitos dos EUA e países latino-americanos

Cabañas - Forças militares participantes - Tropas dos exércitos dos EUA e diversos países da América Latina. Duas vezes no Panamá, uma vez em Porto Rico e as últimas duas nas províncias argentinas de Córdoba e Salta. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 1996-97-98-2000-2001

Aguila I e II - Forças militares participantes - Força Aérea dos EUA e países da América Latina. Em julho de 2003 se realizaria nas províncias argentinas de Mendoza e San Luís o Aguila III, com um custo de quase 2 milhões de dólares. Objetivos - Militar e de segurança. Anos 2001-2002

UNITAS - Forças militares participantes - Efetivos da Força Naval dos EUA e de países latino-americanos. Trata-se dos maiores exercícios navais multinacionais do Ocidente. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Até 2002 realizaram-se um total de 43 edições destas operações navais

Cielos Centrales - Forças militares participantes - Programa de treinamento de Combate ao narcotráfico desenvolvido pelos EUA para tropas de países da América Central. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 2000-2001-2002

Novos Horizontes - Forças militares participantes - Com a fachada de assistência humanitária, as FFAA dos países anfitriões e dos EUA desenvolvem ações na América Central e do Sul. Objetivos - Militar, de segurança e 'humanitário'. Anos 1996-97-98-99-2000-2001.

Operações Tapuru e Timbó - Forças militares participantes - Mais de 20 mil militares e policiais brasileiros rastream 400.000 km² da região amazônica limítrofe com a Colômbia em busca de integrantes das FARC e do ELN. Sem intervenção ianque visível. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 2002-2003

Fluvial - Forças militares participantes - Exercícios militares em rios argentinos. Primeiro na província de Misiones, depois na zona do Delta bonaerense (Zárate) e em 2001 em Entre Ríos. Objetivos - Militar e de segurança. Anos 1991-1997-2001

Plano Vigia - Enfermidades Infeciosas - Forças militares participantes - Incursão das FFAA dos EUA na província de Misiones (Argentina) para estudar o mosquito transmissor do vírus da dengue, mas o objetivo é instalar-se definitivamente na conflituosa região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Objetivos - Militar, de segurança e 'Epidemiológico'. Data de realização - Ano 2002

Aspectos ecológicos - Forças militares participantes - No início da década de 1990 um grupo de engenheiros do Exército americano perfurou uma série de zonas de aquíferos no Uruguai e levou as amostras para os EUA. Os resultados nunca foram divulgados. Objetivos - Militar e 'ecológico'. Data de realização - Ano 1990

Trade Winds - (Ventos Alíseos) - Forças militares participantes - Exercícios de tropas terrestres e marítimas dos EUA na América Central. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 2000

Millenium - Forças militares participantes - Movimento das Forças Aéreas e das Marinhas da Argentina e da Inglaterra em algum lugar remoto do Atlântico Sul. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 1999

Cruzex - Forças militares participantes - Exercício militar de supostas forças de paz que, na localidade brasileira de Canoas, reuniu membros das Forças Áreas do Brasil, Argentina, Chile e França. Objetivos - Militar, de segurança e 'humanitário'. Ano 2002

Atlasur IV - Forças militares participantes - Deslocamentos combinados de defesa, em uma zona próxima ao Rio de Janeiro, no Brasil, das rotas marítimas com a participação de efetivos militares do Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 1999

Operações várias - Forças militares participantes - Aqui se inscrevem as realizadas nas zonas de montanha de Bariloche (Argentina) entre tropas especiais da Argentina e dos EUA. Também se destacam os movimentos aéreos efetuados na localidade argentina de Vila Reynolds entre ambas as nações. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 1999-2000

Formação e Treinamento Militar Internacional - Forças militares participantes - Programa elaborado pelos EUA do qual participaram, pelo Comando Sul, 2.684 militares latino-americanos durante o ano 2000, com uma verba de 10 milhões de dólares. Objetivo - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 2000

Elaboração própria com base em diferentes documentos.

Nunca se deram a conhecer formalmente os verdadeiros objetivos dos exércitos dos governos interventores, mas a verdade é que ali ocorreu um protesto social muito forte e com traços de organização que, por momentos, chegou a colocar a questão da dualidade de poder – entre piqueteiros, sindicatos e os governos municipais – na administração das localidades saltenhas de Tartagel e General Mosconi. O que se diz é que “*o propósito seria o treinamento das Forças Armadas da região em um campo de batalha composto por civis, organizações não-governamentais e agressores potenciais*”.

O Operativo Cabanas 2001 reuniu, durante o mês de setembro de 2001, 1.500 efetivos militares de 9 países do continente e se informou que o mesmo foi dirigido pessoalmente pelo subchefe do Comando Sul dos Estados Unidos, o General Gary Speer – ex-diretor de operações antiterroristas do Departamento de Estado dos EUA.

As Forças Armadas que participaram da operação estavam assim constituídas: 574 efetivos dos Estados Unidos; 464 da Argentina; 47 do Chile; enquanto o Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai enviaram 42 efetivos cada um. O ingresso na Argentina destas tropas não foi autorizado pelo Congresso argentino – tal como estabelece o artigo 75, inciso 28 da Constituição Nacional – e somente contou com um projeto de lei elaborado pelo ex-presidente Fernando De la Rúa.

A partir do conflito social protagonizado pelos piqueteiros saltenhos, a zona foi totalmente militarizada pela polícia argentina e especula-se que, após o Operativo Cabanas 2001,

militares americanos permaneceram na província do norte argentino. 🌐

NOTAS

1 Para saber mais sobre esses planos e estratégias americanas visite a página de informação alternativa www.rebellion.org

2 Clarín, 25 de janeiro de 2003. A jornalista Eleonora Grosman, que cobriu o encontro dos presidentes na Suíça, revelou as informações que recebeu em torno do pedido aos Estados Unidos do presidente Uribe Vélez.

3 Em 1 de maio de 2003, as forças militares dos Estados Unidos deveriam retirar-se da base Roosevelt Roads, localizada em Vieques (Porto Rico), que estava sendo construída em 70% do território da ilha desde 1941. Os múltiplos protestos da população levaram ao afastamento dos marines.

4 Ilha em frente a costa venezuelana; faz parte das Antilhas Holandesas, em cujo território fica uma das refinarias de petróleo mais importantes do mundo.

5 Ver o trabalho de Robinson Salazar publicado em www.argenpress.info denominado “A remilitarização da América Latina”.

6 Ver o informe especial publicado pelo jornal mensal *Enfoques Alternativos* em sua edição de junho de 2003. As notas relacionadas intitulam-se “O segredo da Tríplice Fronteira”, e “A guerra da água”.

7 Ver a mesma edição de *Enfoques Alternativos*.

8 Para encontrar mais dados sobre os exercícios militares programados pelas Forças Armadas Argentinas e outras, visitar a página www.acromilitaria.com.ar.

9 Ver “O eixo do mal na Tríplice Fronteira”, Buenos Aires, Argentina – Claudia Karol, para Adipal. Ver, também, “Diálogo 2000 expressa sua forte preocupação pela realização em Salta do Operativo Cabanas 2001”. Informação da Equipe Nizkor. Buenos Aires, 22 de agosto de 2001. Também este tema foi citado pelo jornalista Horacio Verbitsky em sua coluna do diário *Página 12* da Argentina.

10 Ver “EUA financiam treinamentos militares para reprimir protestos internos na América Latina”. Granma (Cuba), publicado em Quito (Equador) em 14 de setembro de 2001.

PARA ONDE VAI O BRASIL?

JAMES PETRAS
E HENRY VELTMEYER

“Precisamos da liderança norte-americana para as muitas coisas que temos que fazer neste mundo.” *Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 16 de março de 2003.*

“Vamos declarar a guerra.” *George W. Bush, 17 de março de 2003.*

Tradução: Helena Alegre

Introdução

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva despertou grandes expectativas no setor de centro-esquerda. Para a maioria dos analistas de esquerda, sua eleição anunciava uma nova época de mudanças progressistas que, embora não sendo revolucionárias, significariam “o fim do neoliberalismo”. Notáveis figuras religiosas progressistas, como Leonardo Boff, anunciaram a “mudança” iminente, que ia desafiar a hegemonia norte-americana e conduzir a uma grande participação popular. Frei Betto, um colaborador próximo a Lula, lançou um virulento ataque contra os críticos que punham em questão algumas nomeações feitas pelo presidente, no qual lembrou as raízes populares do presidente como antigo trabalhador metalúrgico e sindicalista durante os últimos vinte e cinco anos. Olívio Dutra e Tarso Genro, dois membros da ala esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) designados para postos ministeriais pouco relevantes, exigiram medidas “disciplinares” (que se expulsasse ou fizesse calar a senadora petista Heloísa Helena, que se opôs à indicação do senador de direita José Sarney como Presidente do Senado). Os progressistas europeus, norte-americanos e latino-americanos, assim como a esquerda e seus movimentos, as ONGs e os jornais, uniram-se na comemoração da vitória de Lula, de sua “agenda progressista” e de sua “liderança na luta contra o neoliberalismo e a globalização”. Enquanto mais de 100.000 participantes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, realizado em janeiro de 2003, aclamavam Lula como herói da esquerda e precursor de uma nova onda de governos de esquerda (junto com os presidentes Lucio Gutiérrez, do Equador, e Hugo Chávez, da Venezuela), alguns dos intelectuais partidários de Lula (Emir Sader, entre outros) pediram que ele não fosse a Davos defender sua agenda de investimentos estrangeiros diante dos especuladores mais rapinantes e dos investidores mais ricos do mundo.

Embora a grande maioria dos intelectuais de esquerda, as ONGs e os políticos, de maneira agressiva e inquestionável, apóiem Lula como uma nova força progressista, os meios financeiros brasileiros e estrangeiros, as instituições financeiras internacionais (o FMI, o Banco Mundial, a Wall Street, a City de

Londres e preeminentes líderes da direita, como o primeiro-ministro britânico Tony Blair e o presidente Bush) elogiaram Lula como “homem de Estado” e “líder pragmático”. Em outras palavras, os grandes capitais, os banqueiros e os líderes políticos da direita consideram Lula um aliado na defesa de seus interesses contra a esquerda e os movimentos populares.

Este ensaio analisará e avaliará as expectativas da esquerda e dos capitalistas à luz da realidade política e econômica. A rigorosa avaliação do governo Lula e de sua trajetória futura se baseia em diversos procedimentos metodológicos:

(A) Um exame da dinâmica histórica do Partido dos Trabalhadores (PT). Não é possível entender o PT, estudando-se simplesmente o que ele era em suas origens, há quase vinte e cinco anos. Os partidos políticos evoluem ao longo do tempo, assim como suas relações com a base social original que os apoiou, suas fontes de financiamento, sua composição social, a caracterização de seus delegados aos congressos e suas estruturas internas, tal como já indicaram há muito tempo os sociólogos clássicos Michels, Pareto e Weber. No caso do PT, a transformação em relação aos movimentos sociais, aos processos eleitorais e ao aparato estatal é crucial.

(B) A relação entre o PT e os governos estaduais e municipais nos quais exerceu o poder. Antes da eleição de Lula como presidente, os líderes petistas ocuparam os cargos de governadores ou participaram dos governos de estados importantes, como Rio Grande do Sul e Distrito Federal, e como prefeitos em muitas cidades grandes e médias, como Porto Alegre, São Paulo, Belém e outras). Os governos do PT evoluíram em todos esses níveis, durante os últimos 25 anos, da social-democracia ao neoliberalismo, e representam um importante papel na provisão de ministros, funcionários e formulações políticas para o governo Lula.

(C) O programa político-econômico do PT mudou significativamente ao longo da década passada e, em particular, durante a campanha eleitoral presidencial de outubro de 2002. Os pouco informados entusiastas do governo de Lula, em particular os observadores estrangeiros, adotam

como referência os programas anteriores do PT, que não têm relevância alguma em relação à política atual e às suas prioridades imediatas. O julgamento *a priori*, as projeções de desejos e a exuberância excessiva e irracional anuviaram o juízo de muitos dos defensores nacionais e estrangeiros de Lula em relação às suas práticas e prioridades socioeconômicas atuais.

(D) A campanha eleitoral e, o que é mais importante, as alianças políticas e os pactos econômicos que a acompanham são importantes pontos de referência para uma análise séria e para a avaliação do governo. No terreno das campanhas eleitorais, o mais importante não é a freqüente “retórica populista”, o “misturar-se com o povo”, as promessas socioeconômicas de empregos e de melhoria do nível de vida ou inclusive as denúncias do neoliberalismo (que é o que costumam fazer os políticos de todas as tendências e cores desde os fins dos anos oitenta), mas as alianças sócio-políticas, as visitas a Washington e Bruxelas e os pactos econômicos com o Fundo Monetário Internacional e outros “centros de poder”. Igualmente importante é a relação das campanhas eleitorais com as lutas das massas em curso: durante a campanha eleitoral, os políticos exigem que os movimentos parem e que as massas desistam da ação direta para não assustar o mercado e os banqueiros ou, ao contrário, impulsionam o ascenso das massas e combinam com ele sua estratégia eleitoral. A relação entre os partidos que concorrem a uma eleição e os movimentos de massas e suas lutas é um indicador importante da trajetória futura de um partido que chega ao poder.

(E) A “imagem” e a “realidade” de um candidato é um importante indicador da direção do partido e de seu futuro curso político no governo. O grosso da propaganda eleitoral se centra no perfil anterior do candidato, em suas origens humildes, em seus vínculos passados com as lutas populares e em seus gestos “plebeus”. Embora esta retrospectiva seja importante, é ainda mais importante observar que o passado não impede que, no presente, o candidato se alie com a elite do poder e compactue com banqueiros e grandes capitais. O fundamental é entender em



que lugar se encontram hoje os políticos e para onde vão. Uma análise medíocre de classe se centrará nas origens sociais, enquanto uma análise rigorosa examinará a mobilidade de classe, as novas referências e a ressocialização política atual do personagem. Existem numerosos exemplos, passados e atuais, de presidentes eleitos que começaram pobres e progressistas e terminaram ricos e reacionários, para que se desconsidere esta hipótese no caso de Lula. O mais recente é o do presidente Toledo, do Peru, que se apresentou vestido de camponês e como antigo engraxate. Mais tarde, recebeu um título de doutor *honoris causa* nos Estados Unidos, colaborou com o Banco Mundial e, depois de sua eleição, implementou um programa neoliberal profundamente reacionário, apoiado pelo Fundo Monetário Internacional e hostilizado pela grande maioria dos peruanos, incluindo boa parte dos eleitores pobres que se deixaram seduzir por sua folclórica propaganda eleitoral.

(F) A identidade, o histórico e as políticas econômicas dos funcionários dos ministérios e dos setores econômicos estratégicos. As indicações do gabinete são fundamentais na configuração da política e na definição da classe e do caráter nacional de um governo. De maneira mais específica, os ministérios da Fazenda, do Planejamento, das Relações Exteriores e da Agricultura, bem como a direção do Banco Central, determinam os parâmetros e as prioridades da política social e econômica do governo. Estes ministérios definem os orçamentos e as possibilidades dos demais. Por isso, o importante não é o número de ministros que representam uma ou outra tendência política, mas a perspectiva política e econômica dos ministérios-chave e do Banco Central.

(G) As decisões políticas e econômicas tomadas durante as primeiras semanas do governo Lula e as políticas estruturais que ele propôs, os orçamentos, os “pactos” e as alianças nos proporcionam a base empírica para avaliar a direção que ele toma. As prioridades públicas fixadas pelo presidente e sua equipe econômica em relação à dívida externa, ao orçamento, à ALCA, às taxas de juros, ao Fundo Monetário Internacional, à reforma agrária, à Previdência e à legislação industrial têm um enorme impacto sobre as classes sociais e definem o caráter presente e futuro do governo.

Analisaremos o governo de Lula de acordo com esse método, seguindo os sete critérios mencionados acima, com vistas a avaliar de maneira realista e objetiva sua natureza e suas perspectivas.

Dinâmica histórica do Partido dos Trabalhadores (PT)

Os analistas políticos contemporâneos referem-se ao PT como um partido de trabalhadores, baseados em seus supostos laços com os movimentos sociais e sua profunda participação na luta de classes e em outras lutas sociais. Isto era verdade no momento de sua fundação, que foi há mais de duas décadas.

O fato mais significativo do PT é sua mudança qualitativa durante os últimos vinte e cinco anos, que se deu através de várias etapas essenciais: (1) relação com os movimentos sociais e suas lutas; (2) estrutura interna do partido e composição dos delegados a seus congressos; (3) programa e alianças políticas e (4) tipo de liderança.

O PT, no momento de sua fundação, era um partido com um forte componente de movimentos sociais: trabalhadores sem-terra, favelados, ecologistas,

feministas, grupos culturais e artísticos, ativistas progressistas religiosos e de direitos humanos e as principais novas lideranças de trabalhadores metalúrgicos, assim como de professores, bancários e funcionários públicos. O partido aumentou rapidamente o número de filiados e a influência de sua participação direta nas lutas sociais. No início, as campanhas eleitorais foram em grande parte um complemento das lutas extra-parlamentares. Com o tempo e com as vitórias eleitorais que foi colhendo, o setor “eleitoral” tomou o controle do partido e este, pouco a pouco, redefiniu suas funções como aparato basicamente eleitoral, mantendo a retórica da luta social, mas concentrando seus esforços dentro das instituições do Estado, assim como formando alianças *de facto* com partidos burgueses. Uma minoria do “partido eleitoral”, a ala esquerda, continuou apoiando os movimentos – a partir das instituições –, oferecendo-lhes assistência jurídica, denunciando a repressão do Estado e estimulando, com sua oratória, as concentrações de massas. Entretanto, era evidente que todas as tendências do partido eleitoral, a esquerda, o centro e a direita, já não estavam implicadas na organização cotidiana das massas, exceto no momento das campanhas eleitorais.

A segunda transformação básica ocorreu na composição do partido e de seus Congressos. Em meados dos anos noventa, a grande maioria do aparato do partido já era composta por profissionais do partido, advogados, professores universitários e outros empregados de classe média e de classes inferiores. Os ativistas “voluntários” desapareceram ou foram marginalizados à medida que o partido substituiu as lutas de massas pela busca de postos oficiais e pelos conchavos com grupos empresariais e financeiros e com uma série de partidos de centro-esquerda e centro-direita.

O último Congresso do PT, antes da eleição de Lula, foi esmagadoramente de classe média (75%), composto sobretudo por funcionários de gabinetes e ocupantes de cargos nos governos, com uns poucos sindicalistas, representantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e líderes de direitos humanos.

Decididamente, o PT havia deixado de ser um “partido de trabalhadores”, fosse em sua composição, nos seus delegados ao congresso ou em sua relação com os movimentos sociais antes das eleições. Além disso, muitos dos membros eleitos do PT, nos âmbitos municipal e estadual, provêm de alianças com outras classes sociais, grupos empresariais e partidos burgueses, alianças que o PT repetiria na campanha presidencial de 2002. Em outras palavras, o giro à direita do PT no âmbito nacional havia sido precedido por um modelo similar nos âmbitos estadual e municipal durante a década de noventa. Mais ainda, muitos líderes importantes do partido, que depois seriam conselheiros de Lula, já praticavam políticas neoliberais a partir de suas respectivas posições, inclusive, se o programa nacional do partido ainda falava de socialismo, de anti-imperialismo e de não-pagamento da dívida externa, à medida que se aproximavam as eleições de 2002, os líderes nacionais do PT, com Lula mostrando-lhes o caminho, eliminavam todas as referências ao socialismo e ao anti-imperialismo, seguindo as práticas neoliberais dos membros eleitos do partido e com o apoio majoritário dos delegados de classe média.

A terceira alteração significativa do PT é a evolução de seu programa. As mudanças programáticas se deram essencialmente em quatro etapas:

(1) Durante os anos 80, o PT defendia uma sociedade socialista baseada na democracia parlamentar, vinculada aos movimentos sociais. Defendia o não-pagamento da dívida externa, uma ampla redistribuição da terra com o apoio financeiro, técnico e publicitário do Estado, a estatização dos bancos, do comércio exterior e da indústria nacional (alguns setores exigiam a expropriação de grandes indústrias e outros, a co-gestão dos trabalhadores). Estas posições radicais eram discutidas aberta e livremente entre todas as tendências (desde os marxistas até os social-democratas), que inclusive tinham seus próprios jornais e tornavam pública sua dissidência.

(2) Desde o início dos anos 80 até final dos 90, o PT passou para a direita e o eixo do po-



der mudou para uma posição “social-democrata” (em defesa do Estado do Bem-Estar Social) enquanto a esquerda marxista continuou sendo uma forte tendência minoritária. Os social-democratas controlavam cada vez mais o aparato do partido de classe média, enquanto os marxistas organizavam sua oposição dentro do próprio aparato e uns poucos, se é que houve algum, concentraram-se na organização das massas para neutralizar sua cada vez maior debilidade na estrutura do partido. Enquanto o programa formal ainda conservava as demandas radicais iniciais, na prática, a maior parte dos governadores e dos prefeitos recém-eleitos não questionaram as relações de propriedades existentes. A ala radical dos militantes que ocuparam cargos, depois da eleição para a Prefeitura de Porto Alegre introduziu a noção de um “orçamento participativo”, que envolvesse as associações de moradores, mas não conseguiu municipalizar nenhum serviço essencial – nem mesmo o transporte – ou estimular ocupações de terras e satisfazer as exigências dos trabalhadores sem-terra. Além disso, o orçamento participativo se baseou nos fundos destinados por governos estaduais e municipais, que estabeleceram as prioridades orçamentárias totais. Politicamente, isto significou que inclusive o PT radical aprendeu a coexistir e a cooperar com os banqueiros e com as elites industriais e imobiliárias.

Na prática, a minoria marxista e as alas social-democratas dominantes do PT debatiam unicamente sobre a linguagem programática, enquanto as diferenças reais entre eles eram, de fato, bastante tênues.

Na terceira fase do PT, aproximadamente entre os fins dos anos 90 e as últimas eleições, ocorreu um giro ainda maior à direita em termos programáticos. Até mesmo as referências retóricas ao marxismo, ao socialismo e ao não-pagamento da dívida externa desapareceram. A liderança do partido estava em plena transição para o liberalismo social e combinava a retórica populista contra a pobreza com a busca de alianças com o mundo neoliberal do mercado, dos banqueiros e das elites da agro-exportação. Durante a campanha eleitoral, Lula recusou o plebiscito sobre a ALCA organizado pelo MST, pelos setores da Igreja progressista e outros grupos de esquerda. Em troca, o PT pediu “negociações para melhorar a ALCA”. Em junho de 2002, o partido assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional e concordou com suas exigências de austeridade fiscal, de um superávit do orçamento para pagar os acionistas, de reduções dos gastos públicos e assumiu o compromisso da manutenção de todas as empresas privatizadas. Os aspectos sociais deste programa liberal eram a declaração a favor de uma reforma agrária gradual (de dimensões não-especificadas), um programa político de “pobreza zero”, cestas básicas e títulos de propriedade para as ocupações urbanas.

A fase final da evolução do programa do PT teve início em 2003, como partido no poder. O governo do PT abraçou então um ortodoxo programa neoliberal. Apesar das promessas de um aumento dos gastos sociais, o governo Lula reduziu orçamentos, impôs a austeridade fiscal, aumentou a taxa de juros para atrair capital especulativo e negocia com os EUA a redução de suas barreiras comerciais. Em outras palavras, para o governo de



Lula, suas diferenças com os norte-americanos se reduzem a conseguir que Washington pratique uma economia de mercado conseqüente. A maior parte da esquerda mundial que considera a vitória do PT e de Lula como a chegada de grandes mudanças sociais, ou ao menos importantes, em benefício dos pobres e de uma redistribuição da riqueza e da terra baseia sua opinião em imagens ultrapassadas da realidade. Durante os últimos anos, os militantes que construíram o partido sobre a base de movimentos populares foram substituídos por “neolulistas”, por funcionários carreiristas, por profissionais sem história de política de classes, que chegaram ao partido com o objetivo de garantir os benefícios de um cargo e fazer contatos de negócios. O restante dos antigos democratas reformistas sociais foram desviados para ministérios marginais e, se se atrevem a pôr em xeque a hegemonia neolulista, são submetidos a medidas punitivas por “violação da disciplina do partido”.

Assim como no Reino Unido, onde o “New Labour” neoliberal pró-imperialista de Tony Blair substituiu o tradicional social-democrata Labour Party, os estrategistas ortodoxos neoliberais de Lula criaram um “Novo Partido dos Trabalhadores”, sem conteúdo social, sem democracia.

Liderança e democracia interna

Desde a sua fundação até finais da década de 80, o PT teve uma vida interna vibrante, aberta e libertária. Os militantes iam às assembleias gerais e discutiam com os líderes, chamando-os à responsabilidade por sua política, seus discursos e sua presença ou ausência em manifestações populares. A liderança era coletiva e as tendências políticas diferentes expunham suas posições sem medo de que ninguém fosse expulso ou submetido a sanções. Para os observadores externos, em particular os convencionais cientistas sociais norte-americanos, a vida interna do partido era “caótica”. No entanto, o número de militantes crescia, eles se ofereciam para atividades políticas e campanhas eleitorais e o partido avançava, apesar da hostilidade universal dos meios de comunicação.

No entanto, no final dos anos 80, a ala social-democrata eleitoral ganhou hegemonia e se dedicou a castigar e a expulsar alguns setores da esquerda radical. As assembleias foram substituídas por reuniões dos profissionais do partido, que primeiro punham em prática as decisões políticas e, depois, discutiam com seus colegas radicais do aparato do partido. Milhares de militantes começaram a se afastar, em parte pelo crescimento do clientelismo, em parte pelas estruturas verticais que haviam surgido e, em grande parte, porque o partido se dedicou quase que exclusivamente à política eleitoral. A maioria dos observadores externos continuou escrevendo sobre o PT como se ele ainda fosse a organização “horizontal” dos primeiros anos, confundindo os debates entre as diferentes tendências do aparato de partido (esquerda, direita e centro) com as assembleias populares iniciais.

Na eleição de 1994, e com maior intensidade a partir de então, o PT se transformou num partido personalista, organizado em torno a Lula, como se este fosse a encarnação da Vontade Popular, e dos barões do partido em seus feudos de poder nos governos estaduais e municipais. Cada vez mais, os militantes voluntários do partido foram sendo substituídos por funcionários de gabinete, políticos profissionais e especialistas em relações públicas encarregados das eleições, criadores de imagem e marketeiros. Foram violadas regras estritas sobre o financiamento da campanha eleitoral, já que a cúpula buscou e aceitou ajuda financeira de empresas que prestam serviço ao Estado para pagar o novo e caro estilo das campanhas eleitorais nos meios de comunicação.

Já no novo milênio, o partido já estava controlado por um pequeno núcleo de conselheiros e por uma pequena elite de chefes, liderados por José Dirceu, que se uniam em torno de Lula e alentavam sua personalista direção centralizada, cada vez mais autoritária. Os programas já não estavam abertos a um debate sério. O programa do partido, foi dito a todo o mundo, era o que Lula queria para ser candidato ou, mais tarde, para ganhar a eleição. Lula decidiu, com seu círculo de conselheiros, estabelecer uma ali-

ança com o Partido Liberal sem consultar ninguém, muito menos a base do partido, acerca dessa mudança estratégica. O mesmo grupo impôs um novo programa social-liberal através do controle sobre os profissionais no Congresso do Partido, exatamente antes das eleições de 2002. A verticalidade pessoal tornou-se a marca do PT, em grande contraste com sua estrutura horizontal inicial.

O giro a estruturas políticas autoritárias facilitou o abandono do que ainda existia de exigências reformistas sociais no PT. Lula e sua turma decidiram não apoiar o plebiscito sobre a ALCA, apesar da participação de onze milhões de brasileiros, dos quais mais de 95% votaram contra. Os neolulistas consideraram o plebiscito uma ameaça às suas alianças com a direita e, o que é mais importante, à sua aproximação com a Casa Branca de Bush. À medida que o tradicional programa do PT ia sendo desprezado e a abertura de Lula à direita se tornava mais profunda, seus conselheiros projetavam cada vez mais a imagem de Lula como o “homem do povo”, o “nordestino compassivo”, o “presidente metalúrgico”. Lula representou com perfeição o duplo papel de neoliberal e “presidente trabalhador”: aos favelados dava abraços, lágrimas, apertos de mãos e promessas. Ao Fundo Monetário Internacional garantia um superávit orçamentário para pagar aos acionistas, a Reforma da Previdência e a promoção das elites da agro-exportação.

O PT, ao contrário da maior parte dos neolulistas, é um partido que aspira a representar uma aliança entre os grandes industriais e os interesses agrários nacionais e os banqueiros de ultramar: espera conservar a lealdade do mundo do trabalho mediante “pactos sociais” baseados em acordos entre os sindicatos e a patronal, que permitam a esta reorganizar os postos de trabalho, despedir operários para diminuir os custos e aumentar o número de trabalhadores temporários e com contratos precários. Em troca, os líderes sindicais receberão uma remuneração monetária simbólica. A nomeação de membros da esquerda do PT como ministros da Reforma Agrária e do Trabalho está destinada a pacificar os sindicatos e o MST com uma representação simbólica, não substancial.

O trabalho dos ministros esquerdistas do PT consiste em pedir “paciência” e proferir discursos radicais inconseqüentes nas reuniões de trabalhadores da cidade e do campo. Todos os ministros esquerdistas têm pela frente orçamentos limitados e uma estratégia econômica favorável aos negócios, que minará qualquer programa substancial de reforma. Se vêem obrigados a suplicar aos ministros da área econômica neoliberais dominantes qualquer aumento orçamentário residual, esforço com poucas perspectivas de êxito. Alguns ministros esquerdistas se demitirão, porém a maior parte deles se adaptará à ortodoxia liberal e optará por aquilo que denominarão “novo realismo” ou o “possibilismo”.

O PT, como movimento dinâmico baseado no partido dos trabalhadores da



cidade e do campo, está morto. Longa vida aos neolulistas e a seu líder paternalista!

A campanha eleitoral e a política do governo Lula

O passado teve enorme importância no voto das massas a favor de Lula e do PT; o presente e o futuro, entretanto, abrem novas esperanças para os banqueiros de ultramar e para as elites nacionais. Estas duas percepções e interesses, distintos e polarizados, devem ser levados em conta na hora de analisar o apelo eleitoral de Lula entre as massas de deserdados e a política favorável ao mercado que promoveu depois de sua eleição. Seus acordos e seus pactos sociais durante a campanha eleitoral refletiam a evolução do PT ao longo da década anterior e pressagiaram a política ortodoxa neoliberal que adotou imediatamente depois de assumir o cargo.

Vários fatores decisivos durante a campanha prefiguraram as nomeações para os ministérios neoliberais e a política seguida por Lula depois de sua eleição: (1) os conselheiros econômicos e eleitorais; (2) a escolha dos aliados políticos; (3) a natureza do programa socioeconômico; (4) o acordo com o Fundo Monetário Internacional e (5) os compromissos com os dignitários norte-americanos, com os banqueiros e investidores estrangeiros e com as elites industriais e agro-exportadoras nacionais.

Um pequeno núcleo de assessores eleitorais, que conheciam há muito tempo as credenciais neoliberais de Lula, representou o papel principal na configuração de sua campanha presidencial. Com efeito, Lula evitou todas as normas democráticas e o estatuto do partido na organização de sua campanha, inclusive no processo de escolha do candidato à vice-presidência e no delineamento do futuro programa. Três assessores se destacam: Antonio Palocci, o antigo prefeito de Ribeirão Preto, uma cidade do estado de São Paulo, que coordenou a plataforma da campanha do PT e estabeleceu sólidos vínculos com as elites empresariais. Foi o principal porta-voz da política econômica durante a campanha eleitoral e liderou a equipe de transição

que se formou depois das eleições. Palocci também estabeleceu o acordo do PT com o Fundo Monetário Internacional e foi o arquiteto da ortodoxa austeridade monetarista e fiscal da política econômica. Mais tarde, Lula o nomeou ministro da Fazenda. Como prefeito de Ribeirão Preto, Palocci se aliou às elites financeiras e industriais e aos barões do açúcar (*FT*, 15 de novembro de 2002, p.3). Privatizou integralmente as empresas municipais telefônicas e a companhia de águas e, parcialmente, o serviço municipal de transportes. Com exceção de alguns planos de habitação para a população de baixa renda, sua política neoliberal foi uniformemente negativa para os pobres. Os índices de criminalidade aumentaram, assim como as listas de espera nos hospitais locais. Ao fim de sete anos à frente da prefeitura, apenas 17% da cidade é servida por esgoto sanitário. As tarifas municipais de água e os impostos regressivos aumentaram e o Ministério Público está investigando 30 casos de corrupção em contratos públicos no município. Como consequência da política reacionária de Palocci, Lula obteve poucos votos populares em Ribeirão Preto, o que contrasta com seus 24 pontos de vantagem no âmbito nacional, resultado que provavelmente se repetirá na próxima eleição presidencial.

José Dirceu, o ex-presidente do PT, foi o assessor mais influente de Lula durante quase uma década. Foi o principal instigador da transição da social-democracia para o neoliberalismo. Foi nomeado Ministro da Casa Civil e preside os assuntos diários da agenda presidencial, assim como tem o poder disciplinar sobre os deputados e senadores do PT, com vistas a assegurar que eles votem a favor da linha neoliberal em relação às indicações, à legislação e às prioridades. Dirceu já demonstrou sua mão de ferro quando ameaçou expulsar a senadora Heloísa Helena por ela ter-se negado a votar a favor de Henrique Meirelles, o antigo presidente do Banco de Boston, para diretor do Banco Central, e do senador de direita José Sarney, para presidente do Senado.

O terceiro assessor próximo a Lula durante a campanha foi Marcos Lisboa, um ortodoxo

professor liberal e leal monetarista. Segundo o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* (22 de dezembro de 2002), foi escolhido por Palocci para formular a estratégia econômica de Lula. Faz parte de um amplo grupo de neolulistas que subiram ao palanque nas últimas semanas da campanha presidencial, quando já era certo que Lula ganharia. Este círculo interior está apoiado por outro círculo mais amplo de senadores neoliberais, governadores e prefeitos, que estão profundamente aliados com os interesses do mercado e que promoveram a política de privatização.

Esses assessores-chave, junto com Lula, decidiram as alianças políticas para promover a eleição. A estratégia consistiu primeiro em consolidar o controle do PT para assegurar o apoio das grandes cidades, concentrar o poder na cúpula e depois dar um giro neoliberal à direita para ganhar o apoio das pequenas cidades e áreas rurais atrasadas e, o que é mais importante, o financiamento dos grandes capitais. Lula escolheu Alencar, do Partido Liberal, para candidato à vice-presidência, que lhe somou o apoio de uma minoria substancial de grupos empresariais brasileiros e de grupos evangélicos da direita que apoiam esse empresário, um dos mais ricos capitalistas têxteis do país e pouco amigo dos sindicalistas, sobretudo dos de suas próprias fábricas.

Embora a esquerda do PT tenha se colocado verbalmente contra, acabou engolindo as decisões de Lula, já que não lhe restava mais remédio, nem tinha a possibilidade de mudar a escolha, uma vez que estas questões nunca foram debatidas fora do círculo de Lula. Dirceu, Palocci e seus aliados regionais do partido passaram depois a estabelecer pactos políticos com partidos de centro-direita e de direita, nos diferentes estados do país. Em alguns casos, os pactos da direção nacional com a direita debilitaram alguns candidatos locais do PT, com a conseqüente perda de vários cargos de governador. O que está claro nessas alianças eleitorais com partidos da direita é o fato de que elas não foram manobras “oportunistas” ou simplesmente táticas eleitorais. Pelo contrário, essas alianças seguiram a ideologia neoliberal do círculo de Lula e dos setores estratégicos dos representantes no Congresso do PT. Os novos aliados da direita, mais os neolulistas recentemente recrutados no PT, serviram como contrapeso ante a esquerda do partido, reduzindo ainda mais sua influência neste e no governo. Isto se tornou evidente com respeito a dois acontecimentos importantes durante a campanha: o programa do PT e seu pacto com o Fundo Monetário Internacional.

Lula e sua equipe neoliberal fizeram um esforço constante e coerente para demonstrar suas credenciais neoliberais a vários grupos-chave, incluindo Wall Street, a Administração Bush, o Fundo Monetário Internacional e os principais bancos brasileiros e elites industriais. Palocci foi uma ponte decisiva em todas essas negociações.

O programa eleitoral do PT respondeu a todas as principais preocupações das elites financeiras e industriais. As empresas pri-



vatizadas seriam respeitadas. O pagamento da dívida externa não seria interrompido. Seria estabelecida uma rígida política fiscal. As “reformas” trabalhista e da Previdência seriam prioritárias (reformas = flexibilização dos direitos trabalhistas e da legislação industrial, assim como reduções das aposentadorias do setor público). Não haveria nenhuma indexação salarial, mas sim dos títulos e dos pagamentos da dívida.

O programa do PT foi uma clara continuação da desastrosa política neoliberal de seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso e, em alguns casos, inclusive uma radicalização de sua agenda liberal.

Para melhor demonstrar sua ortodoxia liberal aos banqueiros e à equipe dos industriais, Lula estabeleceu um pacto com o Fundo Monetário Internacional algumas semanas antes de sua vitória eleitoral. Em troca de garantir um empréstimo de trinta bilhões de dólares ao longo de um período de quatro anos, aceitou aderir estritamente a todas as condições tipicamente retrógradas do FMI. Uma vez no poder, Lula foi, inclusive, além dessas ásperas medidas. O acordo com o Fundo Monetário Internacional incluía as típicas medidas recessivas para controlar a inflação mediante a renúncia à estimulação do crescimento com injeções de capital, a aceitação do desastroso programa de privatizações iniciado pelo presidente Fernando Henrique e um objetivo de superávit orçamentário (sem levar em conta o pagamento dos juros) de 3,75% do Produto Interno Bruto, o que garantia antecipadamente que pouca ou nenhuma verba estaria disponível para qualquer das promessas de “fome zero” que havia feito Lula, para não falar do financiamento de uma reforma agrária geral.

Lula designou Henrique Meirelles, um ex-presidente de um banco de investimento multinacional norte-americano (Fleet Boston Global Bank), como diretor do Banco Central. Meirelles havia apoiado a ortodoxa agenda neoliberal de Cardoso e admitiu ter votado em José Serra, o adversário de Lula na eleição presidencial. O Ministério da Fazenda está nas mãos de Antonio Palocci, ortodoxo neoliberal e membro da

extrema-direita do PT. Luiz Fernando Furlan, o milionário presidente da empresa Sadia, foi designado chefe do Ministério do Desenvolvimento e Comércio. Roberto Rodrigues, presidente da Associação da Agro-Indústria Brasileira e grande partidário dos produtos agrícolas transgênicos, foi indicado para o Ministério da Agricultura (*FT*, 17 de dezembro de 2002, p. 3). Como porta-voz dos gigantes multinacionais de produtos de consumo, Rodrigues mantém laços com a Monsanto, o grupo internacional agrícola e de biotecnologia comprometido numa longa batalha para permitir as vendas de sementes de soja geneticamente modificadas.

A equipe econômica lulista de ideólogos neoliberais e milionários traçou essa agenda favorável aos grandes capitais inclusive antes da posse. Desde o princípio, ficou claro que as expectativas populares dos 52 milhões de cidadãos que votaram em Lula e dos 200 mil que aclamaram sua posse seriam fraudadas assim que a equipe econômica começou a aplicar os planos do Fundo Monetário Internacional.

Lula ampliou a influência da direita ao designar Gilberto Gil, partidário de Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de ministro da Cultura, e Cristovão Buarque, o antigo governador do Distrito Federal pelo PT e partidário das privatizações, como ministro da Educação, Celso Amorim, o ex-embaixador de Fernando Henrique nos EUA, passou a ser ministro das Relações Exteriores. Para pacificar o setor de centro-esquerda, Lula colocou um certo número de funcionários em ministérios que serão em grande parte impotentes, por causa das rígidas políticas monetárias e fiscais impostas pela equipe econômica. Ao reservar à esquerda os ministérios secundários, Lula espera neutralizar as tensas relações populares e manter a ilusão entre os líderes dos movimentos sociais de que o seu governo é “equilibrado”. A nomeação dos sete sindicalistas, quatro mulheres e dois negros para ocupar cargos no governo não é mais do que uma tentativa de neutralizar os efeitos de seu compromisso com a política neoliberal. Para garantir que essa política seja implementada, Lula está propondo uma emenda constitucional para

dar autonomia ao Banco Central, isto é, torná-lo mais sensível aos investimentos estrangeiros e aos banqueiros, retirando-o do controle da Constituição Federal e do presidente.

Paralelamente à indicação de grandes capitalistas para os cargos do governo, a equipe interna formada por Palocci, Dirceu e seus conselheiros econômicos apressou-se em demonstrar sua lealdade ao imperialismo norte-americano, às grandes companhias de investimentos e à elite brasileira industrial. Entre a eleição de Lula e sua posse, seus conselheiros neoliberais garantiram aos EUA que a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) era negociável. Três semanas depois da eleição de Lula, Peter Allgeier, representante comercial dos Estados Unidos, declarou que “vamos negociar as questões comerciais com a nova administração (de Lula) na Organização Mundial do Comércio, na ALCA e de maneira bilateral. Tive muito boa impressão depois de falar com os assessores do novo presidente” (FT, 22 de novembro de 2002, p.4).

Imediatamente depois da eleição, a equipe começou a estabelecer estreitos laços econômicos com o imperialismo norte-americano, algo que passou despercebido a muitos intelectuais brasileiros de esquerda, como Emir Sader, que continuou elogiando a política externa de Lula (*Punto Final*, dezembro de 2002, p.2). Algumas semanas antes de seu discurso de posse, Lula se reuniu com Bush em Washington, onde agendaram uma reunião comercial durante a primavera de 2003. Além disso, Lula também se reuniu com o representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, para discutir a forma como co-diretores das negociações sobre a ALCA poderiam apressar sua implementação (FT, 22 de janeiro de 2003, p.12).

A posição do governo favorável à ALCA e aos EUA ficou evidente quando Lula se recusou a apoiar os plebiscitos sobre a ALCA e sobre a base norte-americana em Alcântara, no Estado do Maranhão, apesar dos mais de dez milhões de participantes. A decisão de Lula de ignorar os 95% dos votantes que se opuseram à ALCA e à base norte-americana e de estabelecer uma maior subordinação imediatamente depois das eleições é indicativa da enorme fraude praticada por sua campanha eleitoral. À medida que se aproximava a posse de Lula, o núcleo neoliberal que controla o governo deixava bem claro que a austeridade orçamentária e as elevadas taxas de juros teriam prioridade sobre a redução da pobreza e as iniciativas de desenvolvimento.

Grande parte da esquerda do PT tinha dúvidas em relação à aliança de Lula com a direita dura neoliberal e os pactos eleitorais com o ex-presidente José Sarney, com o antigo governador de São Paulo, o corrupto Orestes Quércia, e com Paulo Maluf. Mesmo assim, continuou encarando o governo Lula como um governo “em permanente disputa e tensas relações”, sem rumo fixo. Iludidos com a presença de antigos esquerdistas em postos ministeriais secundários, ignoraram os profundos laços estruturais e políticos dos



responsáveis pela política econômica e externa.

Lula fez todo o possível para agradar a Bush, criticou publicamente os presidentes Chávez da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba, antes de seu discurso de posse. Esse discurso foi uma obra-prima de duplicidade, destinada a fazer com que seus partidários das classes inferiores dançassem nas ruas e a assegurar aos banqueiros estrangeiros que seu regime lhes era favorável. No discurso, Lula falou de “mudanças”, de “novos caminhos”, de “esgotamento de um modelo (neoliberal)”, que depois matizou ao falar de “um processo gradual e contínuo”, baseado “na paciência e na perseverança”. Mais tarde, falou do projeto “fome zero” como prioridade de seu governo. Falou de reforma agrária e de desenvolvimento do mercado interno, mas também saiu em defesa das elites da agro-exportação e do livre-comércio e contra o protecionismo e as subvenções. Depois de ter designado os neoliberais mais rígidos para os postos econômicos estratégicos, não será possível para ele tomar um “novo caminho”. Depois de prometer a austeridade orçamentária ao Fundo Monetário Internacional, não será possível financiar novos postos de trabalho nem implementar o “fome zero”. Ao estabelecer como prioridade as medidas anti-inflacionárias ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, Lula não poderá, de modo algum, baixar a taxa dos juros para poder promover o mercado interno.

O duplo discurso se baseou numa única prática, a de continuar e aprofundar esse mesmo modelo que denunciou como produtor de estagnação e fome. Uma vez empossado, Lula não tardou em demonstrar o vazio de suas promessas de ajuda social.

O presidente Lula no poder: o neoliberalismo levado às últimas conseqüências

Os membros neoliberais nomeados por Lula para postos econômicos decisivos estabeleceram o marco estratégico para a formulação de uma política macroeconômica, microeconômica e social. Para entender o que aconteceu depois

que Lula tomou posse, é essencial que se entenda a filosofia subjacente que dirige seu governo e que se deixem de lado suas teatrais palhaçadas ante as massas e seus gestos populistas, destinados à pacificação dos pobres, dos movimentos sociais e dos membros dissidentes do PT.

A filosofia operacional do governo do PT tem vários postulados-chave: (1) O Brasil vive uma crise que só pode ser remediada mediante uma política de austeridade promovida pelas instituições financeiras internacionais para assegurar novos fluxos de empréstimos e investimentos estrangeiros, identificados como os principais veículos para o desenvolvimento (*FT*, 16 de janeiro de 2003, p.2); (2) O Brasil só poderá crescer se proporcionar incentivos aos grandes capitais nacionais, ao capitalismo agrário e às multinacionais estrangeiras (veja-se *Lula em Davos*, *FT*, 27 de janeiro de 2003, p.2). Esses incentivos incluem a redução de impostos, a redução das conquistas sociais trabalhistas e o fortalecimento das posições da patronal em suas negociações com o mundo do trabalho; (3) O livre mercado, com mínima intervenção estatal, regulação e controle, é essencial para solucionar os problemas da estagnação e das desigualdades e promover o crescimento. A principal tarefa da equipe econômica de Lula consiste em promover as exportações brasileiras para o mercado externo em prejuízo do mercado interno, assim como pressionar os EUA e a Europa para que liberem seus mercados (*FT*, 16 de janeiro de 2003, p.2); (4) O crescimento resultará da estabilidade dos preços, dos fluxos de capital estrangeiro, de uma rígida política fiscal e, acima de tudo, do pagamento estrito da dívida pública e externa, daí a necessidade de reduzir os orçamentos de governo, em particular os sociais, de acumular o excedente para pagar a dívida e de controlar a inflação. Uma vez alcançada a estabilidade (o “remédio amargo”), a economia melhorará num mercado em crescimento conduzido pela exportação, que financiará os programas para aliviar a fome dos pobres. Os gastos sociais “prematurados”, o aumento do salário mínimo, os programas para aliviar a pobreza e a reforma agrária “desestabilizariam” a economia,

debilitariam a “confiança do mercado” e aprofundariam a crise, piorando as coisas. (*Tiempos del Mundo*, República Dominicana, 20 de fevereiro de 2003, p.7).

Esses postulados filosófico-doutrinários neoliberais da política econômica de Lula proporcionam a base para a análise e a crítica. Em primeiro lugar, consideraremos a recente experiência histórica do Brasil, para avaliar criticamente estas assunções teóricas e, depois, regressaremos à particular política proposta ou implementada pelo governo de Lula e avaliaremos seu provável impacto sobre o desenvolvimento econômico, sobre as desigualdades de classe e a ajuda social.

Lula, tanto segundo a filosofia neoliberal que dirige sua equipe econômica como segundo as práticas econômicas reais, representa a continuidade, a extensão e o aprofundamento da desastrosa política neoliberal seguida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. No tocante às principais questões políticas e econômicas, ao pagamento da dívida, ao mercado livre, às privatizações e ao monetarismo, o governo Lula continua a fracassada política do governo de Cardoso (*FT*, 20 de dezembro de 2002, p.2). Essa política levou a oito anos de estagnação econômica, ao aprofundamento das desigualdades sociais, a um aumento da dívida e a um colapso quase completo do sistema financeiro, dependente quase que completamente dos voláteis fluxos externos do capital especulativo. A política econômica de Lula amplia o programa neoliberal com sua pretensão de reduzir as aposentadorias dos servidores públicos, de aumentar as partidas orçamentárias destinadas ao pagamento da dívida. Além disso, supera Fernando Henrique em relação aos cortes nos gastos sociais. Se considerarmos que este último foi um governo neoliberal ortodoxo, o de Lula seria neoliberal taliban. 🌐



Notas

Publicamos aqui a primeira parte deste artigo de James Petras. A segunda será publicada na edição de número 8 de *Marxismo Vivo*.

A primeira metade deste longo texto teórico surgiu em *Rebelión* em duas partes: *¿Para onde vai o Brasil? (I)* (www.rebellion.org/petras/brasil260303.htm) e *Para onde vai o Brasil? (II)* (www.rebellion.org/petras/petrasbrasil080403.htm).

BRASIL E WASHINGTON: INCRÍVEIS COINCIDÊNCIAS

EDUARDO ALMEIDA

Direção Nacional do PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (Brasil)

Todos os ativistas que queiram discutir seriamente o futuro do governo Lula devem ler o documento “Política Econômica e Reformas Estruturais”, lançado no mês de junho passado pelo atual ministro da Economia, Antonio Palocci. Ali estão definidos um diagnóstico e uma estratégia para a economia brasileira para, no mínimo, até o final do governo Lula.

Não se trata simplesmente do documento de um ministro, mas do governo Lula. É público que Palocci não dá um passo sem o completo respaldo de Lula. E é por isso que tudo o que está escrito no documento vem sendo implementado pelo governo.

Maria da Conceição Tavares, uma economista de grande prestígio no Brasil, que apoia incondicionalmente o governo, reagiu violentamente contra partes do documento de Palocci. Afirmou que Marcos Lisboa - um dos assessores do ministro que escreveu o texto - é da direção de um instituto (IETS) que recebeu U\$ 250 mil do Banco Mundial para escrever propostas que “o Consenso de Washington quer que a gente aplique”. Segundo ela, a proposta de “focalização” dos serviços sociais, contida no texto, seria apenas a maneira de arrebentar os setores da saúde, da educação e previdência pública.

Este documento de Palocci, escrito por funcionários pagos pelo Banco Mundial, é uma aplicação direta do que está sendo chamado de Consenso de Washington II. O primeiro Consenso de Washington foi escrito em 1990, quando foi sistematizada uma série de refor-

mas a ser impostas nos países submetidos ao imperialismo: privatizações, abertura dos mercados, flexibilização dos direitos trabalhistas, rigor fiscal e outras medidas. Sua aplicação gerou um enorme retrocesso em todos os países, levando a crises gigantescas como na Argentina, assim como ataques brutais ao nível de vida, como no Brasil. Os Planos Collor e Real, dos governos anteriores, foram apenas aplicações deste “consenso”.

Após tantos desastres, John Williamson, autor do primeiro Consenso, e outros economistas (sempre financiados pelo FMI e Banco Mundial) voltam a propor uma nova receita. Para eles, as reformas não foram as responsáveis pelo desastre que se abateu. O problema é que “as reformas não foram aplicadas até o fim”. Propõem agora uma “segunda geração de reformas”, que está sendo chamada de Consenso de Washington II (*).

O diagnóstico

Segundo Antonio Palocci, os problemas da economia brasileira não têm origem na dominação imposta pelo capital estrangeiro, com o estrangulamento da dívida externa e interna, o que até então sempre foi dito pela esquerda e inclusive por todos os economistas do PT. O problema central da economia seria o déficit fiscal e a ausência de uma política clara dos governos para atingir os superávits primários necessários, ou seja, para que sobre dinheiro depois de contabi-

lizadas as receitas e os gastos do governo, sem contar gastos com o pagamento dos juros e parcelas das dívidas.

O FMI exige (e os governos brasileiros cumprem) que o governo dê lucro (superávit), arrecadando mais do que gasta, para poder pagar mais aos banqueiros credores. Para isso, é preciso cortar gastos de saúde, educação e outras áreas. Fernando Henrique Cardoso garantiu altos superávits em seu governo, chegando a 3,9% em 2002, e Lula está aplicando um acordo com o FMI que assegura um superávit ainda maior, de 4,25 % em 2003. O que Palocci diz em seu documento, como no trecho a seguir, é que FHC errou ao não aplicar com mais força ainda as recomendações do FMI.

“A política de estabilização no período que se seguiu ao Plano Real, ancorada em políticas monetária e cambial, e com pouca atenção a metas fiscais, foi em parte responsável pela crise de 1999. Entre 1994 e 1998, a taxa média de crescimento dos gastos primários reais do governo foi de aproximadamente 5%, bem superior à taxa média de crescimento real do PIB observada no mesmo período, de 3,2%.

As medidas adotadas a partir de 1999 permitiram ao país evitar uma crise mais profunda, mas não resolveram o problema criado entre 1994 e 1998. O ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação foram insuficientes para reverter a herança deixada pela dívida acumulada anteriormente”.

Ou seja, o grande problema do governo FHC não foi o plano neoliberal e sua submissão ao FMI, mas não ter conseguido um superávit fiscal maior. Palocci não deixa dúvidas quanto a isso:

“A importância do ajuste fiscal de longo prazo não pode ser subestimada. Caso o governo brasileiro tivesse realizado um superávit primário de 3,5% do PIB ao ano durante os últimos oito anos, a relação dívida/PIB hoje seria a metade da observada, mantidas todas as demais condições, inclusive as políticas cambial e monetária adotadas durante o período 1995-1998”.

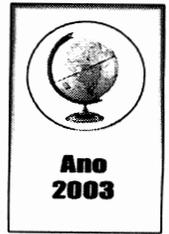
Seguindo à risca o figurino do novo Consenso de Washington, o problema da economia, segundo Palocci, é que não se implementaram as reformas até o fim, não se impôs um superávit primário maior.

A estratégia do governo

Coerente com este diagnóstico, o documento define o eixo do plano econômico do governo Lula:

“Nesse sentido, o novo governo tem como *primeiro compromisso* da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas... Essa mudança exige o ajuste sustentável das contas públicas, com gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, assim como reformas estruturais que assegurem o equilíbrio de longo prazo do orçamento público e permitam a retomada do investimento do governo em infra-estrutura e expansão dos gastos sociais”.

O “primeiro compromisso” do governo é, coincidentemente, a primeira medida recomendada pelo novo Consenso de Washington. Para “prevenir crises”, a idéia é conseguir superávits altíssimos, maiores que na “primeira geração de reformas”, para garantir o pagamento da dívida aos bancos.



Coerente com este plano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 prevê o mesmo superávit fiscal de 4,25%. Para 2005 e 2006 o superávit previsto é o mesmo. Aqui se fala claro: não existe “transição” ou “Plano B”. Esta é a proposta para todo o governo Lula.

Alguns inocentes podem ter ficado animados com o discurso do governo sobre a possibilidade de reduzir a meta de superávit, caso o PIB seja menor. No entanto esta é uma proposta do Consenso de Washington. No texto de Williamson lê-se: “conseguir superávits no orçamento nas épocas da prosperidade para reduzir a dívida a níveis prudentes e abrir espaço para déficits estabilizadores... em épocas más”. (Uma agenda para restabelecer o crescimento e as reformas, pg. 7). Guido Mantega, ministro do Planejamento do governo Lula, fez questão de deixar claro que, caso isso ocorra, este superávit não seria menor do que 3,75%, maior que em praticamente o de todo o governo FHC.

Uma ideologia a serviço dos banqueiros

Segundo o governo Lula, a longo prazo, com o problema fiscal resolvido, seria possível voltar ao crescimento econômico e investir mais nas questões sociais. Esta não é realmente uma novidade do governo Lula. Não só este governo assume as propostas de FHC como também sua ideologia.

Toda esta história é conhecida: “primeiro pôr em ordem o problema fiscal para depois poder crescer”. Isso justifica a reforma da Previdência, o corte dos gastos em educação e saúde, o arrocho do funcionalismo, a paralisia nos investimentos que vem sendo implementados pelo governo. Ou seja, coloca todo o país girando ao redor de pagar a dívida aos banqueiros externos e internos.

Os fatos desmontam esta ideologia. O aumento do déficit público não tem a ver com “gastos excessivos”, ou com o “rombo da Previdência” mas com o pagamento da própria dívida. Descontado o absurdo montante destinado ao pagamento das dívidas, sobrou dinheiro nas contas do governo FHC em praticamente

todos os anos. A dívida interna foi feita para atrair capitais para seguir pagando a dívida externa. Tanto a interna quanto a externa são dívidas essencialmente com grandes bancos nacionais e internacionais. A dívida cresce para seguir pagando a dívida.

A solução proposta também não é nova. FHC afirmou o mesmo há anos: “vamos aumentar o superávit primário para equilibrar as contas”. Os fatos demonstraram o contrário: mesmo cortando os gastos sociais para dar mais dinheiro aos bancos, a dívida seguiu crescendo. Durante todo o governo FHC, a dívida interna pulou de R\$ 118 bilhões para R\$ 687 bilhões.

Mas, argumenta Palocci, o governo FHC errou ao não manter um superávit primário de 3,5%. Vejamos então o ano de 2002, em que FHC aumentou a taxa de superávit para 3,9%. Neste ano, a dívida interna passou de R\$ 624,1 bilhões para R\$ 687,3 bilhões.

Ou seja, o “momento” de “voltar a crescer”, “investir no social”, nunca chegará. Aliás, o objetivo real não é este, mas o de criar uma ideologia para que ano após ano se justifique o aumento da miséria do povo brasileiro para enriquecer mais ainda os banqueiros. Sempre existe a possibilidade de, como agora, chegar um novo governo e dizer que “o problema é que o corte foi menor do que o necessário. Agora vamos chegar ao paraíso, bastando afundar mais ainda no inferno pelos próximos anos”.

Incríveis “coincidências”

A coincidência do restante do documento de Palocci com o do Consenso de Washington II é impressionante. O texto do Consenso afirma: “Isto envolverá um fortalecimento maior da estrutura fiscal, e isso pode ser promovido ao completar o processo de reforma da Previdência, que já se iniciou em vários países” (pg. 8). O documento do governo Lula faz uma defesa apaixonada da reforma da Previdência com o mesmo conteúdo. Junto com isto, o governo faz uma campanha nacional em defesa da reforma, recorrendo a mentiras como o déficit da Previdência. Como a própria Maria da Conceição Tavares, importante economista brasileira, que apoiou a eleição de Lula,

afirmou: “As estatísticas (da Previdência) apresentadas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foram falsificadas”.

O novo Consenso exige novas reformas, a partir de um “desenvolvimento institucional”, com a autonomia dos Bancos Centrais. O texto do governo defende: “Os instrumentos para estimular a produtividade e a participação do Brasil no comércio exterior compreendem as reformas institucionais – principalmente aquelas voltadas para a redução do custo do capital e a eliminação da cumulatividade dos tributos...” (pg. 10). Depois propõe explicitamente a autonomia do Banco Central. Esta “autonomia” se completa com a entrega da direção dos bancos a funcionários de grandes bancos norte-americanos, como o atual presidente do BC, Henrique Meirelles, funcionário do BankBoston.

No mesmo sentido, os documentos defendem uma reforma no sistema bancário. Segundo Palocci, esta é necessária para facilitar a exigência de pagamento dos que se endividam com os bancos, e isto seria a principal medida para baixar os juros: “A principal questão reside na dificuldade em executar as garantias concedidas em caso de não pagamento dos empréstimos... Por essa razão, justificam-se medidas que desestimulem a inadimplência e permitam a rápida execução das garantias, em caso de não pagamento”. (p.13)

O texto do novo Consenso relaciona a flexibilização das leis trabalhistas como uma reforma da “primeira geração”, em que se avançou muito menos do que o necessário. O governo Lula já anunciou este como o próximo passo, depois das reformas da Previdência e da tributária.

A nova perspectiva “social”

Existe uma polêmica bastante conhecida em outros países da América Latina e que agora chega ao Brasil com o documento de Palocci. De um lado estão aqueles que defendem o serviço público, como a saúde, educação e Previdência como um direito de todos. Do outro lado estão o Banco Mundial, o FMI e seus defensores. Segundo Maria da Conceição Tavares, alguns deles pagos a preço de ouro, como Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica.

O novo Consenso de Washington e o documento do governo Lula dizem em uníssono que as políticas sociais devem estar “focalizadas” sobre os setores mais pobres. Aqui o que está em discussão é a sobrevivência ou não da educação e saúde públicas. Cortam as verbas para a educação e saúde, depois dizem “como faltam verbas, vamos acabar com o serviço público para todos, e como compensação, fazemos uns programas sociais compensatórios para os mais miseráveis.”

Na verdade, por trás disso está o interesse das empresas em completar a privatização da saúde e educação, com um golpe mortal no serviço público. Segundo Maria da Conceição Tavares: “O Chile e a Argentina tinham historicamente os melhores programas de Saúde e Educação e cobertura geral de políticas universais. Desmantelaram e obrigaram a fazer a focalização”.



A preparação para a ALCA

Na verdade, a “segunda geração das reformas” defendida no novo Consenso e no documento do governo Lula, é a preparação para a ALCA. Trata-se de iniciar já, como uma “iniciativa brasileira”, o que será discutido como parte das negociações da ALCA.

O texto do Consenso de Washington sugere que a ALCA pode ser a instituição que controle diretamente os governos nacionais, para assegurar que eles sigam esta cartilha. O documento de Palocci faz a defesa estratégica de “uma maior abertura da economia brasileira”. Em viagem a Washington, o ministro foi bem mais claro, declarando ao jornal O Estado de São Paulo que a ALCA, que significará a completa subordinação do Brasil aos EUA, “será produtiva no longo prazo”.

A abertura completa de nossa economia as empresas norte-americanas vai levar milhares de empresas a falência, e duplicar ou triplicar o desemprego. As empresas estrangeiras de assistência médica e Educação terão os mesmos direitos de financiamento que um hospital ou uma universidade públicas, o que levará a falência em pouco tempo da Saúde e da Educação.

O que foi definido na última reunião dos governos que negociam a ALCA é que os dois presidentes que conduzirão todo o processo serão Bush e Lula. A ironia da história é que cabe a um presidente vindo da esquerda o papel mais entreguista de toda a nossa história.

Adeus às ilusões

O documento de Palocci deveria ser estudado em particular por aqueles que ainda tem ilusões ou esperanças no governo Lula.

Aqueles que acreditam que “as medidas duras atuais são necessárias pela herança de FHC”, e que “estamos em uma transição para um outro plano, não neoliberal”, podem ver que as medidas atuais são só o início. Vem aí a reforma trabalhista, o ataque geral a educação e saúde públicas. Poderão ver também que existe realmente uma transição, mas por dentro do neoliberalismo: a segunda geração de reformas é

uma transição sim, mas para a ALCA.

Os que acreditam que pode existir um “Plano B” do governo, estão sendo obrigados a ver um plano a longo prazo, que abarca o conjunto do governo de Lula, com um superávit primário já definido até 2006. Hoje mesmo podem comprovar isso com o peso das reformas em discussão. Ninguém que se dispusesse a um “plano B” completamente diferente, se lançaria a fazer uma reforma da Previdência que ataca direitos históricos. Tampouco defenderia a autonomia do Banco Central, que depois impediria completamente o “plano B”.

A social-democracia europeia conseguiu o que o PT está se dispondo a fazer aqui. As reformas neoliberais foram impostas em boa parte da Europa na década de 80 por governos social-democratas. Os governos de direita não conseguiriam por não terem base suficiente entre os trabalhadores, como tinha, por exemplo, o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol). O PT está impondo medidas muito duras, que nem FHC conseguiu fazer.

As organizações majoritárias da esquerda petista dizem que “apesar de tudo é preciso apoiar este governo, porque a sua derrota será a derrota de toda a esquerda”. Se aceitamos isso, temos de aceitar as piores derrotas que os trabalhadores já sofreram no país desde a ditadura militar. Na verdade, é preciso fazer o contrário: o movimento de massas precisa derrotar o governo Lula, começando pelo seu projeto de reforma da Previdência. E a esquerda petista precisa exigir que Lula e o PT expulsem imediatamente do governo os ministros da burguesia e rompam as negociações da ALCA e os acordos com o FMI. 🌐

(*) Pode ser lido na íntegra no site <http://www.iet.com/homepage.htm>

NO BRASIL, UM CHAMADO À ESQUERDA PETISTA: VAMOS FORMAR UM NOVO PARTIDO

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PSTU - Direção Nacional

No Brasil, os militantes honestos da esquerda socialista do PT estão neste momento em uma encruzilhada: ou rompem com o PT e o governo, ou vão seguir legitimando um governo que se enfrenta com uma greve nacional como a do funcionalismo.

De um lado estarão, junto com o governo, todos os partidos burgueses mais importantes, a Rede Globo, os banqueiros, e o FMI. Do outro, estarão os funcionários em greve, os sindicatos, entidades estudantis e populares mais conscientes. Depois desta greve, independente de seu resultado imediato, os que seguirem no PT terão em suas biografias uma ação comum com tudo o que há de pior no país contra uma greve justa de trabalhadores.

A traição da esperança de uma geração

Toda uma geração de ativistas do movimento ajudou a construir o PT. Centenas de milhares de militantes dedicaram boa parte de suas vidas para que Lula um dia pudesse governar o país. Hoje, já com seis meses de experiência, é possível afirmar com clareza que o governo do PT não apenas continua, como aprofunda os planos neoliberais de FHC.

Isto ainda não está na consciência da maioria das massas, mas já pode ser constatado pelos ativistas de esquerda.

Quem está em disputa?

Parte da militância que construiu o PT está hoje nos aparatos dos parlamentos, prefeituras ou governo federal. Uma das lições básicas do marxismo é que a existência determina a consciência. Por isso, não devemos esperar que essa parte rompa com o governo pelo balanço destes seis meses, pois sempre será possível construir uma ideologia para seguir no PT. A mais difundida delas é a de que este governo está em disputa: “Tem elementos negativos, mas vários positivos”.

Segundo esta ideologia, o governo não tem uma definição de classe. Uma mobilização de massas e uma proposta consistente pode convencê-lo a ir para a esquerda. Já, se não houver mobilização, nem projeto claro, a pressão da burguesia pode levá-lo para a direita.

Nessa visão, Lula e os quadros existentes no governo seriam um vaso oco, à espera de ser preenchido por um ou outro lado.

Esta ideologia não resiste à realidade. A última prova virá com a greve do funcionalismo federal. Os funcionários têm uma proposta clara: a retirada da PEC-40 para debater outro projeto, que beneficia os trabalhadores e ataca banqueiros e sonegadores.

Pela teoria do “governo em disputa”, isto deveria bastar para levar o governo a adotar a proposta dos servidores. Mas, o que vai ocorrer é uma dura luta de classes: a burguesia e o governo de um lado contra um setor dos trabalhadores do outro.

O governo não está em disputa. Quem está em disputa são as massas que ainda acreditam no governo e começaram a desconfiar que algo está errado. Estão em disputa centenas de milhares de ativistas honestos, que um dia construíram o PT e que agora estão perplexos.

Por quê e até quando?

Não sobram muitas ideologias para seguir no PT, ao se deixar de lado a do “governo em disputa”. Antes existiam os que diziam ser necessário apoiar Lula para que ele chegasse ao poder. Já chegou. Existiam os que diziam ser necessário esperar por uma grande traição do governo Lula para poder romper. Lula está querendo impor a reforma da previdência e traindo os mais de dez milhões que votaram contra a ALCA no ano passado. Existiam os que diziam que era necessário que um setor das massas fizesse a experiência e rompesse com o governo. Isto está acontecendo com a reforma da previdência e a greve do funcionalismo: milhões que votaram em Lula estão rompendo com o PT.

Falta o quê então para romper com o PT? Falta que o partido dê um exemplo de funcionamento stalinista, ao punir e expulsar aqueles que

seguem defendendo resoluções de Congressos petistas? Isto está em curso com o processo aberto para expulsão dos parlamentares da esquerda petista, como Luciana Genro, João Batista Babá, João Fontes e a senadora Heloísa Helena.

Se as correntes da esquerda petista seguirem no PT depois das expulsões, teremos que chegar à uma triste constatação. Não ficaram por acreditar que o PT possa ser um instrumento de transformação social. E sim, por cálculo eleitoral, para eleger parlamentares ou, mais triste ainda, para manter cargos nas prefeituras e governos. A esquerda estará demonstrando assim, sofrer da mesma adaptação eleitoral da Articulação.

Hoje esta discussão tem enorme importância porque definirá os votos dos parlamentares da esquerda petista na reforma da previdência. Luciana Genro, Babá, João Fontes e Heloísa Helena já declararam inúmeras vezes que vão votar contra a “reforma”, mesmo com a clara ameaça de serem expulsos do PT.

O restante da esquerda petista (também o PC do B) apontou para o sentido oposto: o de votar a favor da reforma. Estão dispostos a votar junto com o governo um ataque brutal contra os trabalhadores para seguir no PT. Seguir para quê e até quando? Não existe nenhuma resposta real a esta pergunta, que não passe por cargos no aparato e cálculos eleitorais.

Existe a possibilidade de que Heloísa Helena, mesmo votando contra a reforma, não seja expulsa pela direção do PT (ao contrário dos outros radicais), por sua importância. Mas aí valerá também para ela a pergunta: para quê seguir no PT e até quando? Como disse a própria Heloísa no ato em defesa dos radicais, realizado em São Paulo dia 28 de junho: “até quando vamos legitimar um partido que tem esta prática?”

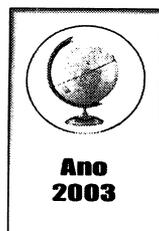
O problema não se resume a ser ou não ser expulso. Mas sim, em romper ou não com este partido. Ao seguir no PT depois da votação da previdência, os parlamentares da esquerda petista estarão, como dizia a própria Heloísa, legitimando este partido para atacar os trabalhadores com outras reformas do FMI.

Nós, do PSTU, fazemos um chamado a toda esquerda petista: -Façam como Luciana Genro,

Babá, João Fontes e Heloísa Helena: votem contra a “reforma”. Rompam com o PT, e venham junto conosco construir um novo partido de esquerda, democrático em seu funcionamento interno, claramente contra a ALCA e as reformas do FMI. Um partido voltado para a ação direta, para as lutas dos trabalhadores e não somente para eleições.

A nossa proposta é deflagrar um movimento amplo por um novo partido com todos aqueles que rompam com o PT pela esquerda. Juntos, vamos discutir neste movimento pelo tempo que for necessário (provavelmente alguns anos) o programa e a forma de funcionamento deste novo partido. Este movimento por um novo partido seguiria aberto a novas rupturas que venham a ocorrer no PT e a todo o ativismo, se fortalecendo como uma alternativa política ao governo Lula.

Esta é uma encruzilhada histórica. Que não se enganem os que buscam saídas apenas táticas para problemas políticos desta envergadura. Todas as correntes da esquerda petista viverão crises de grande envergadura, caso não rompam com este partido com a reforma da Previdência. 🌐



O ESTÁGIO ATUAL DA REVOLUÇÃO ARGENTINA

ALICIA SAGRA E ALEJANDRO ITURBE

Membros da Direção Nacional da FOS Frente Operária Socialista (Argentina)

Tradução: Raymundo Alves

Há pouco mais de um ano, nenhum político, com exceção dos da esquerda, podia caminhar pelas ruas de Buenos Aires. Os deputados se camuflavam com jeans e camisetas para poder entrar no Congresso. É que o —*se vayan todos*” ressoava em todo o país.

É evidente que algo mudou, já que as eleições de 27 de abril tiveram um alto grau de participação e hoje todos os meios de comunicação falam do “fenômeno K” para referir-se ao novo presidente Kirchner, que aparece nas pesquisas com mais de 80% de aprovação.

O que está em discussão é a grandeza dessas mudanças. A primeira pergunta que surge é se ainda continua aberto o processo revolucionário ou se, pelo contrário, a burguesia e o imperialismo conseguiram fechá-lo ou estão a ponto de conseguir. Há alguns que se perguntam, inclusive, se houve uma revolução.

Por que Kirchner não atua como Lula?

Lula quer aproveitar seu momento de maior prestígio para garantir as mudanças exigidas pelo FMI e, de entrada, tenta impor a autonomia do Banco Central e a reforma da Previdência. Kirchner, pelo contrário, está tendo que dar várias voltas.

Trouxe Fidel para falar com os jovens, por duas horas e meia, sobre as enormes conquistas da Revolução Cubana para, ao final, felicitá-los pelo resultado eleitoral e lembrar que em

países mais ricos pode ser que se consiga o que se conquistou em Cuba sem ter de fazer uma revolução.

Mudou a cúpula militar, ainda vinculada à ditadura, e saiu atacando a desprestigiada Suprema Corte de Justiça, duas medidas para recompor o regime e que são simpáticas à população.

Está intervindo diretamente nos conflitos, tanto dos trabalhadores, como dos provocados pelos familiares das vítimas da violência, ou pelos empresários do transporte, que exigem a manutenção da subvenção aos combustíveis. Inclusive viu-se obrigado a dizer que, para evitar casos como os assassinatos ocorridos na Ponte Pueyrredón, a polícia teria de ir às mobilizações sem armas de fogo.

A que se deve estas diferenças? Acaso Kirchner é mais anti-imperialista que Lula? Nada disso. Kirchner esteve, durante muito tempo, intimamente ligado às multinacionais petroleiras e agora encabeça um governo pró-imperialista até a medula. A diferença com o Brasil não está no governo, mas na situação do movimento de massas e na relação de forças entre as classes sociais. Essas diferenças são a prova da existência e continuidade da revolução argentina.

Kirchner tem que enfrentar um movimento de massas que protagonizou uma revolução e derrubou cinco presidentes, deixou em ruínas o regime político, paralisou o sistema financeiro e, nesse processo, avançou enormemente em sua consciência anti-imperialista e anti-regime e conseguiu grandes conquistas econômicas e políticas.



Pela existência da revolução, só se pagou um terço dos compromissos da dívida externa e conseguiu-se que uma grande massa de mais-valia fosse destinada aos planos sociais. A Argentina é o único país latino-americano onde se recebe um salário por ser desempregado. Trabalhadores dos países vizinhos que moravam na Argentina, mas que voltaram aos seus países quando estourou a crise, agora estão retornando porque, como têm declarado à imprensa: “*Na Argentina, se você tem o DNI (*), te pagam 150 pesos por mês*”.

Também é fruto da revolução o fato de que, depois de 12 anos de salários congelados, se decreta um aumento de 200 pesos para os trabalhadores das empresas privados, que na maioria dos casos representa um aumento de 60%. E a mesma explicação tem o fato de que, apesar da lei de patentes imposta pela pressão dos laboratórios imperialistas, estão fabricando medicamentos genéricos em várias províncias do país; e também o fato de que até agora se tenha adiado a execução das hipotecas de casas e terras diante do não-pagamento das prestações ou que não conseguiram aumentar as tarifas das empresas de serviços privatizadas.

Também é fruto da revolução o fato de que o governo Duhalde viu-se obrigado a votar contra as sanções a Cuba, mudando, assim, o voto dos três governos que o precederam.

(*) DNI – Carteira de Identidade

Os fluxos e refluxos das revoluções

Nenhum processo revolucionário se dá de forma linear até seu triunfo ou derrota. Se olharmos a Revolução Espanhola, que tem em comum com a Argentina a ausência de uma alternativa revolucionária, encontramos com o retrocesso do “biênio negro” (1934-35), depois do qual a revolução voltou com tudo e só foi derrotada após uma cruenta guerra civil.

O mesmo ocorreu na Revolução Russa quando, pela existência de uma direção revolucionária, o processo foi muito mais concentrado. Entre julho e setembro teve seu momento negativo, quando Trotsky foi preso, Lenin passou à clandestinidade e os bolcheviques foram perseguidos. A burguesia tentou aproveitar esse momento para dar um golpe contra-revolucionário, com cuja derrota se abre as portas ao triunfo da Revolução de Outubro.

Outra experiência interessante é a da Revolução Portuguesa de 1975. Como na Argentina, lá não havia uma direção revolucionária e surgiram embriões de poder dual que não conseguiram desenvolver-se. Essa revolução passa por diferentes fases até que a burguesia, aproveitando-se das grandes expectativas democráticas, consegue desmontá-la por meio de processos eleitorais sucessivos que a levam a uma via morta.



A revolução argentina também passou por diferentes momentos de fluxos e refluxos:

Uma primeira onda revolucionária inicia-se em 19 e 20 de dezembro e entende-se até fins de março de 2002. Caracteriza-se pelo auge das grandes mobilizações centralizadas (caçarolaços). Neste período surgem e têm muito peso as assembleias populares, e a classe média, quase de conjunto, cumpre um papel muito importante na mobilização. Esta é a fase em que se cunha o “*se vayan todos!*”.

Entre maio e junho dá-se um refluxo relativo. O enfrentamento entre os principais partidos de esquerda (PO e MST)¹ impede a realização de um ato unificado do 1º de maio e fratura o movimento das assembleias, que tem como consequência um refluxo nas mobilizações de rua. O governo tenta aproveitar esse momento para dar um golpe repressivo e o dirige ao setor dos piqueteiros duros que vinham se fortalecendo. Esse é o significado da repressão em Ponte Pueyrredon de 26 de junho, que custou a vida de dois jovens piqueteiros, Darío Santillán e Máximo Kosteki. Esta intentona repressiva é derrotada por uma mobilização de massas. Os responsáveis pelos assassinatos são afastados da polícia e presos, e Duhalde adianta a convocatória às eleições. Esta resposta das massas frente a repressão, convocada pelas organizações dos chamados piqueteiros duros (Bloco Piqueteiro, Coordenadora Aníbal Verón, o movimento de Castells...) impacta as organizações de trabalhadores empregados, como a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos), que se divide frente ao fato: um setor majoritário de sua direção se nega a convocar a mobilização, provocando a sublevação de algumas seccionais que participam. Isto catalisa o descontentamento que se vinha gestando pela não-participação da Central nos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro, e incentiva o surgimento da oposição, que nascerá meses depois.

Com a derrota do projeto repressivo, inicia-se uma segunda onda de mobilizações, em agosto-setembro, pelo repúdio às eleições, convocadas por Luís Zamora², Elisa Carrió³ e De Gennaro⁴. Ocorre uma mudança na política do governo. Ao não poder decapitar o movimento

piqueteiro, lança um plano de cooptação a partir de um incremento enorme dos planos sociais e da distribuições de alimentos.

Em outubro-novembro passa-se por um momento de transição. Surgem os primeiros sintomas de que a economia parou de cair. Há muitas lutas, mas dispersas. Vai-se gerando uma grande tensão com vistas à grande mobilização que se prepara para o 20 de dezembro, aniversário da revolução. Ocorre uma marcha multitudinária. Mas aí o governo consegue uma primeira vitória: o acordo com os “piqueteiros duros” garante uma “mobilização pacífica”. A imprensa começa a falar das conquistas de Duhalde: “está se restaurando a democracia”, “estamos saindo do caos”, “agora se pode manifestar em paz.”

A partir daí, abre-se uma conjuntura eleitoral, ao final da qual, o governo, a burguesia e o imperialismo, depois de muito trabalho, conseguem sua segunda vitória.

O resultado eleitoral: uma vitória do governo e do imperialismo

O governo tem o objetivo central de envolver o movimento de massas no processo eleitoral. Elisa Carrió abandona o carro anti-eleitoral e se apresenta como candidata. O mesmo faz os três principais partidos de esquerda: PO, MST e PC. Pelo contrário, Zamora, De Gennaro, diferentes partidos de esquerda (PCR-CCC, MAS, PTS, FOS) e a maioria das organizações piqueteiras, manifestam-se contra as eleições, mas não conseguem impulsionar um movimento unificado de repúdio.

Apesar dessa debilidade do campo operário e popular, a crise política continuava. Não conseguem unificar o Partido Justicialista (Peronista) que, ao final, apresenta-se com três candidatos. O outro “grande partido”, a UCR, praticamente se pulveriza e obtém apenas 2% dos votos nas eleições. O governo não consegue impor um candidato. Tenta lançar Carlos Reuterman, governador de Santa Fé, mas este se recusa a sair candidato. Faz uma nova tentativa com De la Sota, governador de Córdoba, mas não consegue impor sua imagem. Até que, no final, fe-

cha um acordo com o governador de Santa Cruz, Nestor Kirchner, político de pouco peso nacional, que faz uma campanha bastante anódina.

Durante todo esse período, segundo as pesquisas, predominava uma grande indiferença na população e 35% manifestava não ter preferência eleitoral. Enquanto isso, o centro da cena política era cada vez mais ocupado pela guerra do Iraque, pelas marchas e as múltiplas ações de repúdio, demonstrando um crescente ódio antiimperialista que adquiria caráter de massas.

Poucos dias antes das eleições, depois da derrota iraquiana e com a brutal campanha a favor do voto pela positiva realizada pelo governo, pelos candidatos burgueses, pelos jornalistas “progressistas” e pelos candidatos da esquerda, as eleições começam a entrar no movimento de massas. Pouco a pouco, começa a impor-se o critério do “voto útil” para derrotar Menem, ou “para impedir que o segundo turno se dê entre dois peronistas”, e o governo acaba ganhando a batalha, ao conseguir uma alta participação eleitoral.

O resultado, tanto pela quantidade de votos válidos, como pelos candidatos que foram mais votados, refletiu um retrocesso da revolução e significou uma vitória da burguesia e do imperialismo. Sem uma alternativa, conseguiram fazer retroceder a consciência de amplos setores do movimento de massas que voltaram, ainda que sem grande entusiasmo nem crença, a tentar mudar algo através das eleições. O “voto útil” substituiu o “se vayan todos”, num passo adiante na tentativa burguesa de recompor o regime que havia sido praticamente destruído em 19 e 20 de dezembro de 2001. Este fortalecimento do regime foi percebido pela burguesia um pouco antes das eleições e o utilizou para atacar os símbolos da revolução. Esse é o significado da desocupação da fábrica Brukman e a prisão de Pepino Fernández e outros dirigentes de General Mosconi, pequena cidade do norte argentino que deu o exemplo mais avançado de duplo poder.

A situação econômica

A ofensiva colonizadora sobre a economia argentina vem atuando há várias décadas mas, dentro desse marco, ocorreram períodos de crescimento e expansão. O ponto mais alto foi em 1998, quando o PIB quase chegou a 300 bilhões de dólares. A partir daí começa a queda. Entre 1999-2001, o PIB caiu 10% e uma cifra similar de queda se dá em 2002. O PIB de 2002 oscila, segunda a forma de cálculo, entre 120 e 160 bilhões de dólares. No melhor dos casos, representa apenas um pouco mais da metade de quatro anos atrás. Para se ter uma idéia do que esta queda significa, recordemos que durante a grande crise de 1929 nos EUA, a maior queda do PIB (1932) foi da ordem de 13%.

Este desastre econômico tem diversas conseqüências. Uma redução na expectativa de vida: o censo de 2001 apontou uma população de 36 milhões, quando a prevista estava entre 37.200.000 e 37.800.000. O total de desempregados e subempregados se aproxima de 50%, a maior parte da antiga e poderosa classe média está praticamente em ruínas. A desnutrição converteu-se num problema endêmico. Já não se trata somente de crise, mas de uma débacle econômica e social só comparável aos efeitos de uma guerra. Em outras palavras, a **Argentina caiu vários**



andares até o segundo subsolo. Converteu-se em um país diferente, muito mais pobre, e essa situação é irreversível.

Mas, é importante destacar que, dentro desse marco, hoje há uma dinâmica diferente. Se bem que é impossível a volta ao patamar do qual começou a queda, agora teve início uma lenta subida, tentando chegar ao primeiro subsolo. Estima-se que o PIB crescerá 4% este ano e inclusive, partindo de níveis muito baixos, começou uma lenta recuperação dos investimentos na construção. A explicação é sensível: a desvalorização significou uma grande baixa em dólares dos salários e outros custos de produção. Isso permitiu **manter o valor em dólares das exportações** (quase 28 bilhões), o que, pela desvalorização, duplica seu peso relativo na economia, enquanto que as importações reduziram-se à metade (13 bilhões). Esse saldo positivo da balança comercial, somando ao fato de **que só se pagou um terço da dívida externa**, permitiu recompor as reservas do Banco Central, tranquilizar a cotação do dólar e melhorar a arrecadação de impostos. A isso se soma um **pequeno processo de substituição de importações** em têxteis, vestuário, setores metalúrgicos e de vidro. O acordo com o FMI trouxe tranquilidade aos setores financeiros ao evitar a entrada em default com os organismos internacionais e postergar o pagamento da dívida.

A partir desta nova situação da economia, setores burgueses nacionais e imperialistas (aos quais estaria refletindo o governo de Kirchner) começaram a colocar um novo modelo de acumulação capitalista, baseado na alta competitividade da indústria agro-alimentícia. É um projeto que deixaria em um segundo plano outros setores industriais, como a metal-mecânica, e não beneficia os setores financeiros nem as empresas de serviços privatizadas. Em relação a isto estão se dando as divisões na burguesia nacional e imperialista, que atravessa os partidos, as organizações sindicais e inclusive a Igreja.

Esta recuperação não é qualitativa e não há possibilidade de voltar ao ponto inicial, mas já tem sua importância política. A burguesia pode utilizá-la para desbloquear os setores que vinham interagindo o campo da revolução, como a pe-

quena burguesia agrária e comercial. Também serviu para desmontar a bomba de tempo do “corralito” e o “corralón”, evitando, assim, a explosão do sistema financeiro. Permitiu, ainda, ter uma maior capacidade para fazer concessões aos trabalhadores: planos sociais, subsídios, alimentos, aumento de salário para os trabalhadores do setor privado.

Fruto da profundidade do processo revolucionário, grande parte desta recuperação econômica teve de ser investida para desmontar o pico revolucionário e aplainar o caminho até as eleições.

Direção: a chave de todos os problemas

Mas a situação econômica não basta, por si só, para explicar o resultado eleitoral ou o retrocesso da revolução. A explicação está no problema da direção.

Em outubro de 2001 houve um repúdio generalizado aos políticos tradicionais e às eleições, e a busca por uma saída de esquerda. Aí estava se prenunciando a explosão de dezembro. A partir desse momento, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas com panelas e bloqueando as estradas. Dezenas de milhares participaram das Assembléias Populares, da Coordenadora do Parque Centenário, da Assembléia Nacional Piqueteira. Crescia o fenômeno das fábricas recuperadas. Em todos os lados aprovavam-se programas que antes só eram defendidos pelas correntes revolucionárias. Diante da traição evidente dos dirigentes da CGT, CTA e a CCC, que não haviam participado das jornadas revolucionárias, a esquerda aparecia como alternativa e os novos organismos, aos quais se somavam os poucos sindicatos combativos que haviam estado do lado da revolução, perfilavam-se como embriões de poder dual. Zamora convertia-se em uma grande referência política. Nas assembléias populares, o MST ganhava peso dirigente e algo parecido acontecia com o PO nos setores de piqueteiros combativos.

Assim, crescia, em importantes setores de massas, uma grande expectativa na esquerda

como aglutinadora de uma nova direção. Isso se dava inclusive em setores não mobilizados, como as fábricas, onde aparecia o “aguenta Zamora!” pintado nas paredes dos banheiros.

A revolução ofereceu a estes partidos e dirigentes uma oportunidade histórica e eles a rifaram. É necessário refletir sobre isto. Na Argentina esteve colocada a possibilidade de avançar até uma nova direção e novos organismos que abrissem a possibilidade de buscar a mudança por fora do sistema eleitoral. E essa possibilidade frustrou-se porque não se teve a política de avançar até a unidade do novo que surgia (assembléias populares, assembléias de piqueteiros, fábricas recuperadas, sindicatos combativos). E não se golpeou, desde aí, sobre os sindicatos e centrais, para disputar a direção à burocracia que ainda mantinha o controle sobre a maioria dos trabalhadores. Não prevaleceu a lógica da luta que impõe a unidade, mas sim a lógica eleitoral que leva à autopromoção, o aparatismo e a divisão. Com essa lógica foram burocratizando e esvaziando os organismos de massas que cada um dirigia. E como correlato final, o PO e o MST montaram o carrossel eleitoral e o chamado pelo “voto positivo”.

Assim, frustraram as expectativas de amplos setores que os viam como alternativa de direção. Essa frustração está por trás da sensação de desânimo, de falta de alternativa, que surgiu em amplos setores de massas e que permitiu que o governo e o imperialismo lograssem esse triunfo eleitoral.

Um governo pró-imperialista que teme o movimento de massas

Apesar de as eleições terem significado um avanço na recuperação do regime, é necessário esclarecer que se trata de uma recuperação muito frágil. Recuperaram, e não sabemos por quanto tempo, o mecanismo eleitoral, mas não conseguiram recuperar aos partidos. Os tradicionais (Radical e Justicialista) estão fraturados a tal ponto que no segundo turno, que acabou não acontecendo, deviam se enfrentar Kirchner e Menem, dois representantes do Justicialismo, e que o Radicalismo obteve apenas 2% dos votos. Os novos partidos têm um alto grau de inconsistência, o que levou seus dirigentes (López Murphy e Elisa Carrió), referindo-se ao segundo turno, a dizer que eles não tinham o voto cativo de seus eleitores. Por outro lado, este é um regime que tem cada vez mais um caráter abertamente colonial. Agora já existe um escritório do FMI no país e toda a imprensa fala do “quarto poder”. E isso, cada vez mais, o isola e o faz enfrentar-se com um movimento de massas que dia a dia avança em sua consciência anti-imperialista. Nesse marco deve atuar o novo governo.

Kirchner, que só obteve 22% dos votos, depois de assumir começou a vender a imagem de um “homem comum, com passado de ativista antiditatorial, que é muito mais simpática que a de Menem, De la Rúa



ou Duhalde. Na posse, assumiu um ar de certa independência em relação ao imperialismo ao convidar Chávez e Fidel para a cerimônia. Uma de suas primeiras ações foi ir a Entre Rios solucionar o conflito dos professores, e se encarregou de receber pessoalmente a todos os dirigentes sindicais e sociais, desde os dirigentes da CGT e CTA, até Hebe de Bonafini, das Madres de Plaza de Mayo, passando pelos dirigentes dos piqueteiros duros. Tudo isso, somado a seu enfrentamento com a cúpula militar e a Suprema Corte, serviu-lhe para angariar popularidade e o apoio mais ou menos explícito dos dirigentes da CGT, da CTA, da CCC, da imprensa "progressista" e inclusive de figuras emblemáticas como Hebe de Bonafini (que se autocritiou por haver chamado o repúdio eleitoral e por não ter visto em Kirchner um político "diferente").

Mas, apesar de sua atual popularidade, Kirchner é um governo débil, subproduto da revolução, sem um sólido respaldo partidário e que terá de aplicar a política do FMI contra um movimento de massas que não está derrotado e tem expectativas naquele que é "diferente" e vai fazer algo "bom".

O provável acordo por três anos com o FMI, em relação aos cronogramas de pagamento da dívida, dará ao governo um respiro. Mas este acordo está condicionado ao cumprimento da política indicada: aumento do preço dos serviços públicos, reforma tributária, privatização dos bancos Nação e Província de Buenos Aires...

O tempo de vida das expectativas de hoje depende de quanto tempo se demora em aplicar essas medidas. Kirchner é consciente de sua debilidade. Sabe que o apoio da burguesia e do imperialismo está condicionado a que cumpra os objetivos encomendados e sente o temor ante a resposta do movimento de massas. Sabe que a expectativa nele não é um cheque em branco e que carrega uma enorme desconfiança. Por isso, avança lentamente. Já teve seu primeiro tropeção quanto tentou aumentar o monotributo (imposto que incide sobre as categorias que menos pagam: profissionais, autônomos e pequenas empresas) e teve que retroceder rapidamente ante os protestos generalizados que a medida provocou.

A revolução está presente

As bases materiais da revolução não se modificaram. A fome, a desnutrição, o desemprego, a corrupção, a violência social e a submissão ao imperialismo permanecem.

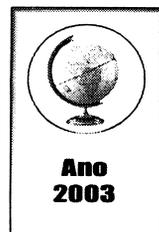
Os mecanismos de dominação e controle político da burguesia e do imperialismo, isto é o regime e suas instituições, apesar de terem conseguido um leve fortalecimento, continuam em uma situação de profunda crise e debilidade. O movimento de massas, apesar de estar passando por momento de refluxo, conserva todas as suas forças e potencialidades intactas.

Trotsky, em 1930, escrevia: "*Em tempos normais, o Estado, seja monárquico ou democrático, está por cima da nação; a história corre a cargo dos especialistas deste ofício: os monarcas, os ministros, os parlamentares, os jornalistas. Mas em momentos decisivos, quando a ordem estabelecida se torna insuportável para as massas, elas rompem as barreiras que as separam da arena política, derrubam seus representantes tradicionais e, com sua intervenção, criam um ponto de partido para o novo regime*" (...) "*a história das revoluções é, acima de tudo, a história da irrupção violenta das massas no comando de seu próprio destino*".

Essa disposição das massas em tomar a história em suas mãos se mantém na Argentina. Vê-se nos 20 mil piqueteiros que durante horas e horas ocuparam a Ponte Pueyrredón no aniversário do assassinato de Kosteki e Santillán. Faz-se presente nas revoltas que ocorreram em junho em Arequito e Arrecifes⁵, exigindo a remoção de autoridades policiais e judiciais, por eles responsabilizadas, de dois assassinatos ocorridos nessas cidades agrárias. Não por acaso, todos os meios de comunicação saíram falando do perigo que pode ser ações desse tipo caso se generalizem pelo país, se não se encontra uma solução institucional ao problema da violência.

Todos esses elementos indicam que o processo revolucionário continua aberto. É neste marco que devemos entender o momento atual como uma parte contraditória desse processo. A ausência de uma alternativa de direção revolucionária gerou um impasse no curso da revolução e um retrocesso na mobilização das massas. A burguesia e o imperialismo aproveitaram

esse fato para avançar em sua tentativa de fortalecer o regime e desviar a revolução por meio das eleições. Conseguiram um primeiro êxito com o resultado eleitoral e as expectativas que o governo Kirchner gerou nas massas. Seguramente tratarão de avançar nesse caminho nas eleições parlamentares de setembro e assim ganhar mais tempo e fortalecer o governo. Mas esse fortalecimento é muito relativo. Entre outras coisas porque, como já vimos, as expectativas das massas têm curto alcance. Mais cedo que tarde, o governo Kirchner deverá aplicar as duras medidas que o imperialismo e a grande burguesia exigem e se chocará frontalmente com o movimento de massas.



As mudanças na dinâmica de classe da revolução

A explosão revolucionária em 2001 combinou as lutas de um amplo espectro social, que abarcou desde os setores marginalizados de desempregados até uma franja muito importante da pequena burguesia (e inclusive da baixa burguesia) empobrecida e indignada. Essa combinação expressou o caráter mais complexo da estrutura social argentina como resultado das mudanças produzidas pela colonização imperialista nos últimos 20 anos. Surgem, assim, fenômenos sociais relativamente novos, como o altíssimo desemprego estrutural e uma classe média empobrecida (pequenos comerciantes, oficinas e uma franja de profissionais), que também se refletiram na luta.

A presença dos trabalhadores empregados expressou-se nas manifestações e enfrentamentos com a polícia dos professores e servidores estatais em La Plata, Córdoba, e Neuquén, no dia 19/12, e as colunas dos sindicatos “combativos”, dia 20.

Seguramente, milhares também participaram individualmente na luta. Mas junto com isto, temos de assinalar claramente que **os trabalhadores empregados e suas organizações não estiveram no centro do processo e nem foram a direção do mesmo durante a primeira parte da revolução**. É evidente que este foi um fator negativo, uma profunda debilidade do processo revolucionário. Em primeiro lugar porque privou a revolução de contar com a poderosíssima arma da greve geral e sua capacidade para paralisar o país. Em segundo lugar porque impediu o desenvolvimento e a solidificação dos organismos da revolução.

Hoje estamos vendo mudanças nesta dinâmica de classes. Por um lado, em relação ao papel da classe média, que dá a impressão de estar se “normalizando”. Historicamente, a pequena burguesia, por sua heterogeneidade, divide-se frente aos processos revolucionários. Um setor, horrorizado pela “desordem revolucionária” e com medo das massas, gira para a direita, pede “ordem” e apóia a burguesia. Os setores mais empobrecidos tendem a integrar-se na luta. Entretanto, a maioria oscila segundo a dinâmica da revolução. O ocorrido na explosão de dezembro e no primeiro momento do processo, quando quase toda a classe média participou da revolução, possivelmente não se repita. Atualmente, parece que a atitude da pequena burguesia argentina tende a seguir os parâmetros históricos, isto é, a fracionar-se. De maneira distorcida, as eleições expressaram essa divisão: alguns setores médios votaram nas propostas de Menem e Lopes Murphy de reprimir os piqueteiros e as lutas; outros, no “progressivo” ARI e muitos, seguramente, em Kirchner, “para que não ganhe Menem”.

Independente disso, é muito provável que muitas das medidas que o governo venha a adotar proximamente (tarifaço, aumento de impostos, execuções hipotecárias etc.) empurrem setores médios à luta. E, como também mostra a experiência histórica, esses setores serão maiores quanto mais clara seja a perspectiva revolucionária da classe operária.

Um fato muito importante é que nos últimos meses está se perfilando uma tendência de maiores lutas do movimento dos trabalhadores empregados. Tem ocorrido lutas vitoriosas por salários e contra as demissões em caminhoneiros, motoristas de ônibus, ferroviários, telefônicos e na pesca. Todas essas lutas ocorrem por reivindicações mínimas e seu desenvolvimento é menos espetacular e explosivo que outras manifestações da revolução. Apesar de não colocarem os trabalhadores empregados no centro da cena política, essa tendência, se se confirma, será um fato muito importante e positivo porque dará muito mais profundidade ao processo revolucionário. De modo imediato, está colocada a tarefa do aumento salarial para os trabalhadores estatais e docentes nacionais, provinciais e municipais, cuja ponta de lança é, por agora, os auxiliares de educação de Buenos Aires. Caso se generalize ao conjunto seria uma luta chave, não só pelo número de trabalhadores envolvidos (cerca de 2.000.000) mas porque aponta para o coração dos planos de ajuste orçamentário do imperialismo e do governo.

Por outro lado, o desemprego estrutural (que afeta, em diferentes níveis, a 5.000.000 de pessoas) continua sendo um dos problemas mais graves do nosso país porque é insolúvel sob o capitalismo. Por isso, ainda que esteja de certa forma amortecido pelos planos sociais, este setor (com sua vanguarda piqueteira) continuará sendo um dos fatores mais explosivos da revolução.

A revolução antiburocrática

Esta é uma nova via que começa a se manifestar nesta fase da revolução e se combina com as outras duas vias já existentes, a anti-regime e a anti-imperialista. Este é um processo de suma importância porque a burocracia, apesar de de-

bilitada, continua atuando sobre a maior parte dos trabalhadores argentinos e é uma trava objetiva para o avanço da revolução. Sua existência é uma das razões que explicam, por exemplo, a demora da entrada em cena dos trabalhadores empregados. Onde há mais avanço nesse processo é na CTA. Ali se desenvolveu uma oposição classista, antiburocrática e anti-imperialista, que tem sua máxima expressão no sindicato dos professores. Esse fenômeno antiburocrático, que, além do mais, já começa a se manifestar na base, nas fábricas, em ferroviários e setores de serviços, e que também se expressa nas novas organizações piqueteiras, pode cumprir um papel central na luta pela nova direção que o processo argentino exige.

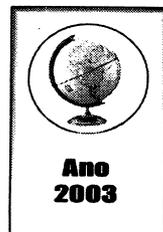
A perspectiva mais provável

Existem duas hipóteses em relação às perspectivas imediatas. Uma delas é que o governo de Kirchner, apesar de sua debilidade inicial, vá derrotando o movimento operário e de massas e assim consiga fortalecer-se e ir fechando o processo revolucionário.

A outra é que as lutas do movimento de massas, ainda que inicialmente dispersas, acentuem a debilidade do governo e o coloquem em cheque, reabrindo plenamente o ascenso revolucionário. Esta última parece ser a hipótese mais provável, não só pelos elementos já dados da situação argentina, mas pelo contexto do ascenso revolucionário e crise econômica e política latino-americana e internacional. Dentro desse contexto, sem nenhuma dúvida, o ritmo que adquira o processo de desestabilização do governo de Frente Popular no Brasil influirá especialmente nos ritmos do processo argentino. Da mesma maneira, a dinâmica da economia mundial, em especial a dos EUA, terá uma incidência direta na realidade argentina. Atualmente, os EUA têm índices de crescimento baixos, com uma possível tendência à recessão, e isto afeta todo o comércio mundial. Se essa dinâmica se confirma, será muito mais difícil para a burguesia argentina concretizar o projeto de aumentar as exportações como locomotiva do conjunto da economia de nosso país.

Mas, em última instância, o futuro mais profundo da revolução argentina depende diretamente de se conseguir ou não construir uma alternativa de direção revolucionária, que a oriente até a luta pelo poder operário e pelo desenvolvimento da revolução latino-americana contra o imperialismo. Essa é a grande tarefa pendente para as massas argentinas.

Se, diante dos enfrentamentos que se avizinham, queremos cumprir com esse objetivo, os revolucionários argentinos têm alguns deveres inadiáveis. Por um lado, impulsionar ao máximo a unidade para a luta e a democracia operária no funcionamento dos organismos, recusando todo tipo de autoprocamação e atitudes burocráticas. Por outro, fazer os máximos esforços para avançar em acordos revolucionários que permitam potencializar a intervenção nas lutas e avançar até a construção de uma direção revolucionária capaz de postular-se a encabeçar o processo e fazer avançar a revolução na Argentina. 🌐



Algumas das siglas mais importantes na política argentina

- CCC** – Corrente Classista Combativa, organização dirigida pelo PCR, de muito peso no movimento de trabalhadores desempregados.
- CTA** – Central dos Trabalhadores Argentinos, central sindical que agrupa sobretudo servidores públicos estatais e docentes. Seu principal dirigente é Victor De Gennaro.
- CGT** – Confederação Geral dos Trabalhadores
- PO** – Partido Operário, organização trotskista.
- MST** – Movimento Socialista dos Trabalhadores, organização trotskista que integra, junto com o PC, a Frente Esquerda Unida.
- FOS** – Frente Operária Socialista, seção argentina da Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional).
- MAS** – Movimento ao Socialismo, organização trotskista.
- PJ** – Partido Justicialista (Peronista).
- UCR** - União Cívica Radical (Radicalismo).
- PCR** – Partido Comunista Revolucionário, organização de origem maoísta.
- PTS** – Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo, organização trotskista.
- PC** – Partido Comunista.
- ARI** - Ação por uma República de Iguais, organização dirigida por Eliza Carrió, deputada que rompeu com a UCR.

Dossiê



FÁBRICAS RECUPERADAS

Apresentação 59

ALEJANDRO ITURBE

A experiência das empresas recuperadas na Argentina 60

MARCELO GARCÍA

O caso da fábrica de farinha Confluência
e o controle operário 65

ANA GILARDINI

A magia da IMPA 69

MARTÍN COSSARINI

A fábrica Cidade Cultural 71

CECÍLIA TOLEDO

Cooperativismo e controle operário da produção.
O que dizem os clássicos 73



DOSSIÊ: FÁBRICAS RECUPERADAS

O processo revolucionário argentino deu origem a novos organismos e métodos de luta, como os famosos piqueteiros, e ao mesmo tempo retomou uma velha experiência revolucionária: a de ocupar as fábricas e outras empresas, fechadas pela patronal, para fazer com que voltem a funcionar.

Essa experiência conquistou a simpatia de amplos setores da população e já tem, inclusive, repercussão internacional. Por outro lado, está provocando um importante debate na vanguarda argentina sobre a forma de conduzir esses processos.

Alguns setores defendem a transformação das fábricas em cooperativas; outros propõem, como saída, a exigência de que o governo exproprie a fábrica e que ela passe a funcionar sob controle dos trabalhadores. Surgem também propostas intermediárias.

No marco do atual processo revolucionário, todas essas variantes significam posições conquistadas na luta contra o governo, o imperialismo e o capital. Mas é preciso estar conscientes de que, se se considera a recuperação das empresas como um fim em si mesmo e não como um meio na luta para que a classe operária tome o poder do país, se cairá inevitavelmente na velha utopia de tentar mudar o capitalismo por dentro.

Os trabalhadores que recuperam as empresas estão demonstrando que nelas os patrões não são necessários. Agora se trata de demonstrar que tampouco são necessários para dirigir o Estado e a economia em seu conjunto. Este Dossiê sobre as fábricas recuperadas na Argentina tem o modesto objetivo de ajudar nessa tarefa. ●



A EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS RECUPERADAS NA ARGENTINA

ALEJANDRO ITURBE

Membro da Direção Nacional da FOS Frente Operária Socialista (Argentina)

Tradução: Raymundo Alves

Na mesma semana em que escrevia este artigo, apareceu na imprensa Argentina duas notícias relacionadas a este tema. Na primeira, em pleno centro de Buenos Aires, a três quadras do Congresso Nacional, cerca de 100 empregados do Buenos Aires Bauen Hotel, inaugurado no Mundial de futebol de 1978 e fechado no final de 2001, tomavam o edifício para reclamar sua expropriação e a autorização para explorá-lo como cooperativa de trabalhadores. Na Segunda, informava-se que, também sob a forma de cooperativa, 100 operários reabriam, em Avellaneda, a fábrica Cristalux, fechada em 2000, e que foi uma das mais importantes indústrias de vidro do país, com 1500 trabalhadores.

São os últimos fatos dos processos conhecidos como “empresas recuperadas”, cada vez mais estendido e dilatado na Argentina. Isto é, empresas quebradas ou fechadas por seus donos que os trabalhadores recuperaram, com diferentes formas legais, para pô-las em funcionamento sob seu controle. Se bem o fenômeno começou anteriormente, deu um salto a partir do estouro do processo revolucionário aberto em 20 de dezembro de 2001.

Atualmente, estima-se que existam no país umas 150 “empresas recuperadas”, com aproximadamente 10.000 trabalhadores. O espectro abarca desde pequenas unidades com menos de 10 trabalhadores, até outras com 200 ou 300 operários. Por outro lado, ainda que a maioria é

de empresas industriais, também inclui setores de serviços, como supermercados, clínicas médias, escolas e, como vimos, hotelaria. Finalmente, muitas empresas já se encontram em pleno processo de produção, outras apenas reiniciam seu funcionamento e algumas ainda estão em meio da luta por conseguir estas condições.

O estouro da revolução em dezembro de 2001 fez com que os trabalhadores, militantes e analistas de todo o mundo dirigissem seus olhares para a Argentina e se dedicassem ao estudo dos fenômenos próprios, como as assembléias populares e as organizações de desempregados, conhecidas como “piqueteiros”. A experiência das “empresas recuperadas”, em grande medida inédita hoje no mundo, também é seguida com muita atenção e reconhecem-se nomes como Zanón, Brukman e IMPA.

As causas de fundo

A experiência das “empresas recuperadas” é o resultado combinado de vários fatores da situação argentina nos últimos anos:

a) A prolongada crise econômica, iniciada em 1998 e agudizada durante o ano de 2002. Neste período, as empresas deixaram de investir uma parte importante de seus lucros. Estima-se em 50 bilhões de dólares o que se deixou de investir. Junto à sangria pelo pagamento da dívida externa, estes fatos provocaram uma queda acumulada do PIB em 20%, que se expressou em milhares de despedidos e suspensos e no fechamento de numerosas empre-

sas: apenas entre o final de 2001 e meados de 2002, perderam-se 750.000 postos de trabalho.

b) A este processo somou-se a destruição de postos de trabalho já ocorrida durante os governos de Menem, na década de 90. Por um lado, o câmbio um peso = um dólar favorecia as importações e prejudicava as empresas que produziam no país: muitas deixaram de fabricar e outras, diretamente fecharam. Por outro lado, a privatização das empresas estatais também havia eliminado centenas de milhares de empregos.

c) O desemprego deu um salto impressionante em 2002. O desemprego aberto superou 20% e, junto com o subemprego, chegou a 40%. Cifra “normal” para outros países latino-americanos, mas intolerante na Argentina, um país com larga tradição de altos níveis de emprego.

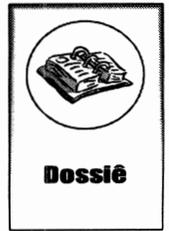
d) Para piorar a situação, os patrões de muitas empresas esvaziavam seu patrimônio antes de fechar: os trabalhadores não só não recebiam a indenização legal pela demissão, mas inclusive, também não recebiam os últimos salários. Pior ainda quando recebiam o dinheiro correspondente, a experiência negativa de pequenos empreendimentos comerciais ou de transporte de milhares de empregados das empresas privatizadas, mostrava que isto não era uma saída para o futuro. A burocracia dos sindicatos envolvidos limitou-se, na maioria dos casos, a propor a luta pela cobrança da indenização.

e) Neste marco, aceitar passivamente o fechamento das empresas e a perda do posto de trabalho, significava aceitar um futuro de desemprego, de pobreza e de miséria. Pior ainda, quando muito destes trabalhadores tinham mais de 40 anos, idade em que, para o capitalismo, passaram a ser descartáveis.

Uma luta difícil

Por tudo isto, são cada vez mais os trabalhadores que lutam para evitar o fechamento de suas empresas ou por recuperá-las. E lutam em todo o sentido da palavra. O primeiro passo tem sido sempre a tomada das instalações que, geralmente, tem de ser defendidas da repressão e das brutais tentativas policiais de desalojá-los, inclusive nos casos em que as empresas já estavam produzindo. Assim ocorreu com a metalúrgica IMPA há vários anos, e também ocorreu mais recentemente com a cerâmica Zanón, em Neuquén, a têxtil Brukman, na cidade de Buenos Aires, a lavanderia de lã Lavalán, em Avellaneda, e muitas outras. Em sua defesa, tem se desenvolvido verdadeiras batalhas nas quais os trabalhadores recebem o apoio dos vizinhos, grupos de direitos humanos, assembléias populares, organizações de desempregados e sindicatos combativos que formam verdadeiros “escudos humanos” para impedir a desocupação ou para recuperar o edifício.

Mas também há lutas em outros terrenos: no campo legal, para obter a documentação que lhes permita funcionar, na tarefa de recuperar e reparar as instalações e maquinarias para poder produzir, e aprender funções que antes estavam nas mãos dos patrões, como as vendas e a administração.



Três variantes

A empresa recuperada tem adotado distintas formas quanto à propriedade e o controle da produção. A forma mais difundida é a de **cooperativas**. Neste caso, os trabalhadores formam uma cooperativa que obtém reconhecimento legal e solicita a expropriação dos bens da empresa anterior, que passam a seu poder. A direção da cooperativa é exercida por um Conselho de Administração, votado pela assembléia dos trabalhadores associados e cujos membros, em geral, cumprem seu turno de trabalho como o resto de seus companheiros. É o caso da metalúrgica IMPA, que integra o MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas), na qual trabalham uns 150 trabalhadores. IMPA é uma das primeiras experiências, uma das mais consolidadas comercialmente e, atualmente, está incorporando novos trabalhadores. Sua média salarial é em torno de \$ 700 (uns 230 dólares).

Outra experiência é a de **autogestão operária**. Vem ocorrendo fábrica de cerâmica Zanón e ocorreu na fábrica de roupas Brukman. Neste caso, a situação legal da propriedade está em litígio judicial: os juízes outorgaram uma “custódia temporária” dos bens aos trabalhadores, mas a antiga patronal reclama sua restituição, o que ocasiona permanentes ameaças de despejo. Neste caso, a direção do processo de produção se combina com os organismos sindicais (comissão interna e delegados), mas a assembléia dos trabalhadores tem a última decisão. Zanón encontra-se em pleno funcionamento e, inclusive, aumentou seu quadro inicial de 258 a 307 trabalhadores, incorporando desempregados da região. O salário é de 800 pesos (265 dólares).

A experiência da Brukman sofreu um revés em abril passado, quando, depois de a polícia cercar a fábrica e reprimir violentamente os trabalhadores, a patronal recuperou o controle sobre o patrimônio. Mas é importante conhecer a história dessa experiência de controle operário da produção. A situação dos 60 trabalhadores da Brukman foi mais complicada que a da Zanón. Por um lado, tiveram de recuperar e reparar as instalações básicas do edifício, muito deterioradas por anos de abandono pela patronal.

Por outro lado, não consolidaram seu circuito comercial e as vendas foram irregulares. Por isso, os ganhos dos trabalhadores variavam entre 40 e 50 dólares semanais. Em ambos os casos, Zanón e Brukman, os trabalhadores reivindicaram que o Estado expropriasse, sem indenização, as empresas, para que continuassem produzindo sob seu controle.

Recentemente, uma alternativa diferente começou a desenvolver-se na fábrica de farinha de peixe Confluencia, na cidade de Caleta Olivia, na província de Santa Cruz, na Patagônia.* Neste caso, a patronal continua na empresa, mas esta funciona sob controle operário. Este fato se dá em meio a um enfrentamento com as grandes empresas pesqueiras espanholas que compram permissão de pesca e exportação, fecham as fábricas e processam o pescado diretamente nos barcos. Por isso, a fábrica estava fechada há um ano por falta de autorização das autoridades para reabrir, com somente seis trabalhadores realizando tarefas de manutenção. A CTD (Coordenadora de Trabalhadores Desempregados) de Comodoro Rivadavia e Caleta Olivia, com apoio de diversos setores políticos e sindicais, exige a reabertura da fábrica, e logo, a ocupação para pô-la em funcionamento. Hoje trabalham 20 companheiros, cujos salários vão de 265 a 400 dólares mensais. Os trabalhadores controlam as entradas e os gastos através de um delegado, a patronal deve mostrar sua contabilidade diante da assembléia operária e não pode contratar e nem despedir sem acordo dos trabalhadores. O plano é aumentar o quadro a 40 operários. O processo começa a estender-se agora a outra planta da mesma patronal, com capacidade para mais de 100 trabalhadores. Ainda que esta experiência é pequena e se dá longe dos grandes centros urbanos, é muito importante já que o mecanismo de controle operário é, possivelmente, o mais factível de aplicar nas grandes empresas industriais.

Uma experiência progressiva

A experiência das empresas recuperadas é muito progressiva, por várias razões. Em primeiro lugar, porque, frente à criminosa passivi-

dade da maioria da burocracia sindical, é uma clara alternativa para muitos que os trabalhadores defendam seus postos de trabalho e seu caráter de trabalhadores empregados.

Mas, o mais importante, é que são **demonstrações práticas de que a burguesia não é necessária e que os trabalhadores são perfeitamente capazes de garantir, por si mesmos, a produção.** Nesta afirmação não fazemos mais que seguir a opinião que, diante de fenômenos similares, expressaram Marx, Engels, Lênin e Trotsky. E os trabalhadores destas empresas começam a sacar a mesma conclusão: “*estamos mostrando que não precisamos de patrões*”, declara um operário de uma fábrica metalúrgica na revista do MNER.

Os trabalhadores estão realizando uma riquíssima experiência de planificar e organizar a produção, analisar custos e processos, definir prioridades de investimentos, distribuir mercadorias, etc. Em outras palavras, uma pequena escola do que será, mais adiante, ter seu próprio Estado.

Interessa-me destacar dois aspectos. O primeiro, é que, naquelas empresas que têm um funcionamento pleno, **os salários estão um pouco acima da média geral do país** (60% dos trabalhadores argentinos recebem menos de 160 dólares mensais e muitos apenas 100). Isto é assim porque uma parte da mais valia que antes apropriavam os patrões, agora se integra ao salário. Por exemplo, os salários representam 24% dos custos da IMPA, enquanto que a média geral da indústria é de 10%. O segundo, é que **todas estas empresas destinam o resto dos lucros para reparar e recuperar edifícios, instalações e maquinarias**, mostrando assim que são os trabalhadores os únicos que garantem o pleno aproveitamento do capital produtivo, enquanto a patronal o deixa ocioso ou, diretamente, o destrói.

Pontos de referência

Outro aspecto importante é que, em muitos casos, as empresas recuperadas transformaram-se em verdadeiros pontos de referência em sua zona ou região. Os trabalhadores de Zanón, por exemplo, encabeçam a Coordenadora do Alto Vale, integrada por organizações de desempregados e correntes sindicais de Neuquén e Rio Negro. Ao redor de Brukman, reúnem-se várias assembléias populares e organizações de direitos humanos.

No IMPA, funciona o centro cultural “La Fabrica” (*) e suas instalações estão abertas para os trabalhadores e o povo, e inclusive para as diferentes correntes políticas, sem qualquer tipo de sectarismo. No supermercado Tigre, de Rosário, também funciona um centro cultural e ali se tem realizado reuniões de diversas correntes políticas.

Além disso, impulsionam a solidariedade operária e popular. O projeto de recuperação do Supermercado Tigre é o funcionamento de um restaurante para os estudantes da cidade e a abertura de um centro comunitário para baratear os preços dos produtos básicos. Zanón doou cerâmicas a escolas e hospitais públicos da zona. Uma clínica da Capital propõe um plano médico, a preço de custo, para os trabalhadores de empresas recuperadas que não tenham cobertura. E os trabalhadores da fábrica de farinha de peixe Confluência conseguiram que a obra social do sindicato atenda gratuitamente a um desempregado por cada dez trabalhadores empregados.



(*) Leia artigo neste Dossiê.

As organizações

Já vimos que a experiência das empresas recuperadas inclui modalidades diversas. Isto se expressa também na existência de distintas correntes ou movimentos em que se organizam. O mais importante é o MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas), encabeçado pelo IMPA, que agrupa umas 100 empresas de todo o país. O MNER impulsiona a modalidade de cooperativa de trabalhadores. Seus promotores provêm do peronismo e editam uma revista com as notícias das diferentes empresas.

Outra corrente é que encabeçam Zanón, Brukman e o Supermercado Tigre, que realizou em 15 de março seu segundo encontro em

Rosário, do qual também participaram o Moínho Confluência. Sofre influência de partidos e organizações de esquerda, desenvolve a autogestão e propõem a estatização com controle operário. Editam o jornal *Nuestra Lucha*. Por outro lado, muitas empresas não participam de nenhum movimento.

Neste sentido, é muito positiva a **formação de um só movimento ou coordenação que unifique todo o processo**. Isto permitirá não só fortalecer cada empresa no apoio do conjunto e no intercâmbio de experiências, mas criar um pólo de referência mais forte para o conjunto dos trabalhadores empregados e desempregados. ●

CARTA ABERTA DAS TRABALHADORAS DA BRUKMAN

A todos os companheiros e companheiras que nos apoiaram desde o primeiro momento e a todos os que foram se unindo a nós durante este ano e sete meses que estamos lutando para recuperar nossa fonte de trabalho, e três meses acampadas, a todas as pessoas do mundo inteiro de onde nos chegam cartas de solidariedade, e seus fundos de greve, não temos palavras, porque não existem, para expressar toda a nossa gratidão. Só podemos dizer OBRIGADA, MUITO OBRIGADA!

Agora queremos contar um pouco como está a nossa luta. O deputado Enrique Rodríguez apresentou um projeto de lei de expropriação definitiva das máquinas, marca e patente, transitória por dois anos do imóvel e para poder recebê-lo formamos uma cooperativa e apresentamos um projeto de viabilidade, além de entregar documentos sobre todas as irregularidades e dívidas da patronal com o Estado e com

os trabalhadores. Que fique bem claro que esta fábrica é praticamente do Estado e não temos que esperar que vá à falência como eles dizem para poder recuperar. Por isso, fizemos uma marcha no dia 17 de julho passado, às 13 horas, do acampamento à Assembléia Legislativa para cercá-lo e exigir que o processo seja aprovado imediatamente.

Por isso, pedimos que continuem nos apoiando com sua presença, suas cartas e suas contribuições ao nosso fundo de greve, para que possamos continuar lutando.

Um grande abraço fraterno para todos.

Fundo de Luta da Brukman
Banco Nación Suc. 0086
Caja de Ahorro en Pesos 0210604030
Titular: Edelmira Durán y otros.
Numero de identificación internacional:
NACN-AR-BA

O CASO DA FÁBRICA DE FARINHA CONFLUÊNCIA E O CONTROLE OPERÁRIO

MARCELO GARCÍA

Jornalista e militante da FOS Frente Operária Socialista (Argentina)

Tradução: Helena Alegre

A Fábrica de Farinha Confluência é uma das únicas experiências de controle operário que existem na Argentina e, além disso, é a fábrica mais importante do gênero. Vinte trabalhadores do setor pesqueiro da localidade de Caleta Olivia – província de Santa Cruz – vêm dando um exemplo importante de como os operários podem se colocar à frente de uma empresa para controlar sua administração, produção e economia. A experiência destes trabalhadores já dura quase um ano desde que eles recuperaram através da luta a fábrica e agora já recebem os salários mais altos do setor, além de terem contratado oito desempregados. Também fundaram um novo sindicato chamado Associação de Trabalhadores da Indústria Pesqueira.

“Nós não pretendemos ser uma gestão operária, queremos continuar dirigindo a fábrica para depois pedir a estatização sob o nosso controle”, assim resumiu Hugo Iglesias – operário da Farinheira Confluência – o futuro que estão planejando para uma das experiências operárias mais significativas da Argentina.

O caso da Farinheira Confluência é um dos mais significativos dos últimos tempos na Patagônia Argentina. A pequena fábrica de farinha de resíduos de peixe é a única do gênero na província de Santa Cruz – região que foi governada pelo atual presidente justicialista Néstor Kirchner. Situa-se na localidade de Caleta Olivia – no norte da província – e até há pouco menos de um ano estava fechada.

A partir da luta iniciada por um grupo de trabalhadores desempregados da cidade vizinha de Comodoro Rivadavia e dos operários parados da farinha, a manufatura começou a produzir a um bom ritmo e o quadro de 12 empregados que teve ao longo de sua história hoje conta com 20 pessoas, oito das quais eram desempregados. Seus salários mínimos são de 800 pesos mensais (275 dólares), chegando inclusive a 1.500 pesos (520 dólares).

A fábrica transformou-se num exemplo de luta e organização da classe operária patagônica, que está marcada a fogo pela história dos *peones* rurais – patagônicos e estrangeiros – que, na década de 1920, realizaram uma das greves operárias mais transcendentais da Argentina, na busca de melhores condições de

trabalho como a redução das horas de trabalho e a tradução para o espanhol das instruções dos medicamentos de emergência (*), e que terminou com o trágico saldo de centenas de grevistas fuzilados pelo tenente-coronel Varela, que agiu sob as ordens do então presidente Hipólito Irigoyen.

A luta contra a “escravidão”

O que atualmente está ocorrendo em Caleta Olivia não se pode compreender se antes não se analisa a realidade dos trabalhadores do setor pesqueiro da região. No momento em que escrevamos esta nota, os operários da pesca conseguiam uma importante vitória contra um dos maiores patrões multinacionais da região.

O conflito surgido entre os *fileteros* de algumas pequenas cooperativas iniciou-se aparentemente pelo atraso no pagamento dos salários quinzenais, mas na verdade as motivações concretas estavam na grave realidade que os trabalhadores estavam vivendo. Em Caleta Olivia, como em muitos outros pontos do país, os operários do setor pesqueiro trabalham em condições verdadeiramente infra-humanas e em alguns casos beiram a escravidão trabalhista.

“O tema dos maus-tratos tem a ver com o fato de que os patrões se dirigem aos trabalhadores como se fossem reis, com muita soberba. Estes tipos se aproveitam da falta de emprego e nos tratam como escravos. A eles só falta o chicote”, revelou Patricia, uma das operárias que dirigiu o recente conflito que reivindicava a melhoria das condições de trabalho e aumento salarial.

A operária da cooperativa *El Delfin Azul* acrescentou que muitos dos trabalhadores têm de comer nos banheiros, sem tempo para se alimentar decentemente; as operárias devem suportar todo tipo de humilhação por parte dos administradores e chefes, mas o que é ainda pior é o critério de pagamento por produção. Tal como ocorria no princípio do século passado, os trabalhadores da pesca devem produzir durante 10 ou 12 horas diárias para receber salários que mal chegam a 600 ou 700 pesos (200 ou 240 dólares mensais).

Essas condições de trabalho, que propicia-

ram uma das mais valiosas vitórias dos últimos tempos, têm um correlato direto na luta dos trabalhadores da farinha, que foram artífices de mudanças profundas no regime de trabalho da Confluência e agora decidem, junto com o patrão, como e de que maneira empregar os lucros.

As origens e a recuperação

A recuperação por parte dos trabalhadores da Farinha Confluencia está intimamente ligada à Coordenadora de Trabalhadores Desempregados (CTD) de Comodoro Rivadavia, que faz parte do Bloco Piqueteiro Nacional – um dos setores mais combativos e com conteúdo programático dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho argentino – e também ao FOS (Frente Operária Socialista).

A CTD vinha lutando há quase dois anos por trabalho “digno”, não por subsídios de 150 pesos, mas por postos de trabalho estáveis e com salários mais altos. Foi assim que, em agosto de 2002, os desempregados ocuparam as instalações da distribuidora de combustível de Repsol-YPF. O que eles reivindicavam era que a maior empresa petroleira da região e do país disponibilizasse os fundos para a geração de trabalho “digno”. E assim se deu, a petroleira contratou quase cem desempregados.

Este fato fez com que o proprietário da Farinha Confluencia (V́ctor Trocki) entrasse em contato com os membros da CTD e lhes propusesse que “juntos” tentassem reativar a fábrica para que ela voltasse a produzir.

Daniel Guaman, um dos desempregados comodorenses e membro do FOS, que interveio nas negociações com Trocki, relatou que “ante a proposta de recuperar a fábrica, estabelecemos como meta fazê-lo com os operários que haviam trabalhado ali, embora a proposta nos tenha suscitado muitas dúvidas porque é muito raro que um patrão tome atitudes como esta, mas a verdade é que começamos a pensar no que íamos fazer e como íamos dirigir a fábrica, porque não íamos muita experiência nesse tipo de ação”.

Fazia quase dois anos que a farinha estava absolutamente parada e embargada pelos credores, já que possuía uma dívida de quase

90.000 pesos, fundamentalmente de impostos não pagos.

Em setembro de 2002, começaram os protestos de operários da fábrica e de um grupo de desempregados de Comodoro Rivadavia. Com queima de cobertores, cortes de rua e mobilizações diante da Câmara de Vereadores de Caleta Olivia – que, diga-se de passagem, se colocaram absolutamente contra a reabertura da farinha –, os trabalhadores conseguiram reverter as medidas judiciais. Os manifestantes assinaram um acordo com a Justiça, com a Câmara de Vereadores e com o patrão para o parcelamento da dívida e reabriram as portas da Confluencia.

Depois da assinatura dos acordos e da reabertura da fábrica, uns dezessete operários começaram a pôr em funcionamento a farinha. No final de 2002, ela já estava novamente em movimento e seus trabalhadores puderam levar para casa o primeiro salário.

Paralelamente, um setor dos trabalhadores da Confluencia criou um novo sindicato, afastado da estrutura burocrática. A Associação de Trabalhadores da Indústria Pesqueira (ATIP) estabeleceu como meta agrupar todos os trabalhadores da pesca sem distinguir a função que desempenham e, depois do conflito trabalhista suscitado em junho deste ano, conseguiu dar um grande salto, já que se filiaram mais de 200 operários do setor.

A partir desta nova estrutura sindical, os operários da Confluencia difundem esta experiência entre todos os trabalhadores da pesca e demais setores produtivos da região.

O controle operário

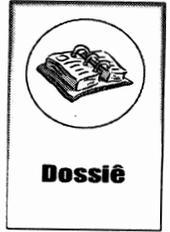
Hugo Iglesias é um dos operários mais inexperientes da farinha. Antes de dedicar-se ao processamento da farinha de peixe, foi professor de literatura. Iglesias nem bem aprendeu sua tarefa na fábrica e, de certo modo, já se transformou no porta-voz desse grupo de trabalhadores, que já começa a romper o anonimato de sua experiência.

“Todas as fábricas recuperadas têm como característica em comum o fato de que os trabalhadores e não os patrões colocaram-nas em funcionamento. Esta fábrica é diferente das demais do país, porque aqui não há gestão operária, nós ainda hoje convivemos com o patrão. O que existe em nossa fábrica é controle dos trabalhadores e isso é o que nos diferencia das outras”, resumiu Iglesias.

O conceito de controle dos trabalhadores está relacionado ao fato de que são justamente os operários que intervêm de maneira direta nas decisões da fábrica, sem que isso signifique que se convertam em donos. Isto significa que, cada vez que a patronal adota alguma medida nos aspectos produtivos, administrativos, econômicos ou trabalhistas, os operários se reúnem em assembléia e debatem sobre o objeto a decidir.

“Esta situação vivida na farinha é de duplo poder. Por um lado o patrão busca fazer seu negócio e por outro nós nos interpomos para não sermos dominados por ele. Isto gera um conflito permanente, que não se expressa de maneira manifesta”, observou Iglesias.

Os operários da Confluencia tiveram que aprender muito, não só a fabricar a farinha de peixe, mas também essencialmente a comandar uma fábrica. Em-



bora seja uma fábrica pequena, a tarefa não é simples porque tiveram que aprender a operar a contabilidade e ler os livros da economia fabril; projetar e desenhar esquemas de produção; procurar matéria-prima para fazer a empresa funcionar; montar o quadro de pessoal sem cair na incorporação excessiva de trabalhadores; discutir qual é o valor mais acertado para os salários numa realidade como a que vive a farinha na atualidade, etc.

Não foi fácil para os operários compreender que estavam levando adiante um controle operário. Entre esse conceito e o de gestão operária havia muita confusão. Mas, com o passar do tempo e com a experiência cotidiana, o dilema teórico foi-se resolvendo com a prática.

Para Iglesias, não se pode compreender esse processo da farinha de Caleta Olivia sem analisar-se o contexto nacional e o que veio ocorrendo no país, desde dezembro de 2001. “Na Argentina existe uma situação revolucionária, em que as massas começam a ver que o sistema não é capaz de resolver seus problemas. Num país onde estamos acostumados a ver que qualquer patrão fale a empresa, faz suas negociações e depois vão deixando todo mundo na rua, quando os trabalhadores recuperam a fábrica já não confiam nos patrões ou no sistema e por isso se colocam eles mesmos à frente da situação. Isto significa que os trabalhadores não fazem avanços teóricos sobre o controle operário, mas prático”.

O controle operário que os trabalhadores da Confluência vêm exercendo se dirige tanto para a patronal como também para os próprios assalariados que formam a farinha.

“Nós sabemos muito bem que não somente se deve controlar o patrão e que devemos decidir sobre o controle da fábrica, mas que cada um de nós deve cumprir um papel que é vital para a produção. Se isto não ocorre, nos reunimos em assembléia e às vezes somos mais duros que o patrão, porque se nós permitirmos que as decisões de assembléias não sejam cumpridas, nos prejudicamos todos”, disse o operário Gustavo Vera.

Do mesmo modo, os trabalhadores vêm sendo educados na metodologia da produção controlada. É certo que, em várias oportunidades, ocorreram casos em que trabalhadores cometeram faltas graves, mas, depois que se lhes mostrou a importância do ocorrido, essa situação se modificou.

Quando Gustavo Vera foi consultado sobre se a perspectiva é de que a Confluência venha a se transformar numa fábrica com autogestão dos trabalhadores, tomando-se como elemento central os conflitos internos de que falava Iglesias anteriormente, respondeu: “nós não queremos que a fábrica seja dos trabalhadores, lutamos para que ela seja uma empresa do Estado sob o controle dos trabalhadores. Queremos que todas as fábricas sejam estatais e que os trabalhadores as controlem”. Ao mesmo tempo, Iglesias acrescentou que “devemos ter muito claro que o futuro da farinha não depende exclusivamente do que façam os 20 trabalhadores, mas está diretamente relacionado ao destino que tenha a revolução argentina”. 

NOTAS

(*) Eram escritos em inglês.

1 Fábrica de processamento da farinha de resíduos de peixe, utilizada na alimentação animal. (Nota do Tradutor)

2 Para um estudo mais aprofundado sobre as greves operárias dos anos '20, consultar os livros elaborados pelo escritor e jornalista Osvaldo Bayer, entre os quais se destacam “A Patagônia Rebelde – Edição definitiva”. Editorial Planeta.

3 Trabalhadores que, nas indústrias pesqueiras, preparam o filé de peixe. (Nota do Tradutor)

4 Com a chegada das pesqueiras espanholas – como é o caso da Barillari e Abrumasa – foi sendo criada uma série de cooperativas operárias que trabalham com as grandes empresas pesqueiras como contratadas. Desta maneira, as pesqueiras deixam de ter uma ligação direta com os operários, contratando-os através das cooperativas e afastando assim a possibilidade de conflitos internos. Paralelamente, geram uma espécie de burocracia intermediária que faz o trabalho sujo com o grosso dos operários. Este esquema lhes possibilita pagar salários mais baixos à massa dos trabalhadores e, em muitos casos, escapar dos encargos sociais.

A MAGIA DA IMPA

ANA GILARDINI
Atriz e clown (Argentina)

Aqui publicamos dois depoimentos sobre a ligação entre a Cultura e o trabalho manual na fábrica IMPA, sob controle operário, que se desenvolve mediante a experiência do Centro Cultural que aí funciona.

Tradução: Luci Praun

A IMPA fica em Almagro, centro geográfico de Buenos Aires. Por trás das avenidas, numa rua de apenas cinco quarteirões, chamada Querandíes, que poucos taxistas conhecem, encontra-se um prédio de quatro andares que ocupa praticamente **todo o quarteirão**. Lá dentro, no terceiro andar, entre a agitação da produção de bandeijas de alumínio, um grupo de teatro ensaia seu próximo espetáculo. Entre uma das atrizes que se prepara, com seus apetrechos, um funcionário passa para despachar as caixas com os produtos prontos.

Bem-vindos à IMPA - A FÁBRICA CIDADE CULTURAL

Hoje, junho de 2003, funcionam trinta e cinco oficinas que abarcam distintas modalidades artísticas. O teatro, o circo, a dança, as artes plásticas, o audiovisual, a música, a literatura. Quem enfrenta a subida de quatro andares pela escadaria descobre, ao chegar ofegante, um mural. Mais adiante, uma galeria de artes plásticas. E do outro lado, um pequeno cinema. No caminho é possível ver um estúdio de gravação, a sala de ensaios, as três salas de teatro, os espaços das oficinas. Durante a semana, se alguém se der ao trabalho de parar em frente ao portão da fábrica, observará a afluência de pessoas jovens e adultas, provenientes de camadas sociais que provavelmente, - por motivos que vão desde os culturais, o trabalho e a educação-, nunca haviam entrado em uma metalúrgica antes, até que ali começasse a acontecer atividades culturais e/ou artísticas. O mesmo que ocorreu comigo no primeiro dia que entrei na IMPA (e diga-se de passagem, a primeira vez também que entrei numa fábrica em toda minha vida).

Se é que existe uma magia, talvez seja essa que a IMPA tem: a da possibilidade. A possibilidade de trabalho, de criação, do cruzamento de situações e histórias que pareciam «naturalmente» nascidas para não se encontrarem.

Talvez o maravilhoso não resida na quantidade, - categoria que estamos acostumados a utilizar para pensar em termos de êxitos ou fracassos e com a qual fomos educados a raciocinar -, mas em deixar que o tempo siga, que as

peças continuem se movendo e que sejam surpreendidas pelas idéias. A prática tem me mostrado que elas, as idéias, aparecem. E com uma força incomensurável.

Enquanto isso, o público continua chegando a cada noite de fim de semana para assistir aos recitais, aos espetáculos de teatro, circo e teatro infantil. Durante a semana, principalmente após as 18 horas, o público participa das oficinas que escolhe. Alguns escritores apresentam seus livros. Alguns cineastas seus vídeos. Grupos de teatro ensaiam suas peças. Equipes de filmagem utilizam o espaço da fábrica como locação. Grupos de universitários e movimentos sociais se reúnem no refeitório. Fotógrafos registram diferentes ângulos entre as máquinas e pesquisadores europeus e de universidades argentinas buscam analisar o «fenômeno».

Sei que fazem tentativas para compreender o que isso significa. Se chegam a conclusões, não sei. Estou aqui há quatro anos e quase todos os dias me questiono, sem conclusões.

Talvez **subam-subimos pelo elevador multicargas e começam-começamos a nos inundar** de diferentes mundos. Com o cheiro das máquinas e da produção (penetrantes para quem vem pela primeira vez, mas imperceptíveis para o visitante assíduo), respiramos, talvez respiramos, também a possibilidade de novos pensamentos. Lá está, esperando-nos latente, a possibilidade de algo. De um quadro, de uma palavra, de uma anotação, de uma imagem, de uma descoberta, de uma luta, de um encontro, de uma idéia que nos transforme e, conseqüentemente, transforme nossa maneira de entender o mundo e os homens.

Quero, frente a uma pergunta que constantemente sai de diversas bocas, e sabendo que não

passa de uma tentativa de resposta, dizer que fui descobrindo neste caminho que apenas começo a percorrer, que o saber do artista na luta do trabalhador influi tanto e/ou tão pouco como a luta do trabalhador na criação do artista. Porém, o que é importante e que realmente nos transforma, nos educa, nos aponta novas fronteiras para cruzarmos, não importa se a partir de um cenário ou de uma laminadora, é a relação entre as pessoas - e não estou me referindo somente ao diálogo cotidiano ou ao trabalho em equipe, mas a todas as maneiras pelas quais uma pessoa pode se relacionar com outras pessoas. Lá na frente, com resultados mais ou menos precisos, cada um traduzirá de diferentes formas o que o outro deixou impregnado em nossa sensibilidade. Alguns talvez não se dêem conta desse contágio. Outros, mais sensíveis, perceberão.

A história e a memória nos conta sobre homens e lutas que, em alguns momentos, conseguiram sínteses maravilhosas. Sei que na IMPA vários mundos convergem. O da luta, o do trabalho e o da cultura. Caminhando em cada um deles ou saltando de um para o outro, existem pessoas com diferentes histórias para contar. Sei que em cada uma dessas histórias se escondem metáforas que completam a história de outro personagem. É como as bonecas russas. É difícil dizer se o artesão começou a talhar pela menor ou pela maior. Mas o que teremos à nossa frente ao final é uma soma de unidades que alcançam o sentido real de sua existência na unidade da soma.

Há uma frase que conheço, de um jornalista uruguaio, Eduardo Galeano. Não sei se é de mais alguém, mas a essa altura, pouco importa. A frase diz assim: «Somos o que fazemos para transformar o que somos». 

A FÁBRICA CIDADE CULTURAL

MARTÍN COSSARINI
Artista Plástico (Argentina)

Tradução: Cecília Toledo

Como construir um projeto político cultural? Como fazer funcionar um espaço, um espaço cultural que nasce e se desenvolve dentro de uma fábrica reconstituída por seus trabalhadores? É evidente que se este depoimento que vai tentar falar de nós, mas que na verdade vai sendo escrito com os olhos daquele que o lê, começa com uma pergunta, longe está de colocar não sei quantas verdades. O que não significa que seja verdadeira.

Nos parece importante fazer o bom exercício de nos observar, sempre através da lente crítica, para perceber, na prática, o quê e quem somos, com todos os nossos erros, com tudo o que ainda não descobrimos e inventamos, e também com todos os nossos acertos, antes de començar a dizer o quê e quem queremos ser. Enfim, para, depois de nos ouvir, começar a fazer política.

IMPA A Fábrica Cidade Cultural é e vem sendo desde 1998 uma resposta à necessidade de entender, como homens, a exclusão à qual quiseram nos condenar (e ainda hoje querem) aqueles que não entendem e não buscam entender que o mundo e tudo o que existe nele não é só mercado.

A história da tentativa de fechamento da IMPA é figurinha repetida e poderia resumir-se da seguinte maneira: um grupo de homens (desses que pensam que o mundo e tudo o que há nele é só mercado), quando viram que a maquininha não deixava excedente suficiente para acalmar seus desejos incontroláveis, decidiram vendê-la e repartir entre eles um bolo que era de muitos. Claro, o pensamento tecnocrata do neoliberalismo não percebe as consequências humanas das contas feitas em suas calculadoras supervelozes. Mas isto não é o que importa, e sim a resposta que tiveram.

O que importa é este segundo de paralisia, esse discurso idiota, perdido em uma cara inundada pela consternação ao descobrir que os operários, além de compartilhar a exploração, podiam compartilhar idéias, podem compartilhar reivindicações e desejos, e, claro, puderam compartilhar a força.

IMPA explodiu

Veio o momento de ocupar a fábrica e resistir, de fazer andar essa engrenagem oxidada que era a solidariedade, veio a luta contra o frio, a fome e a doença de alguns companheiros. Veio a hora de enfrentar o poder abstracto das corporações, onde se diluem as responsabilidades, exigir o gás, a luz, a água. Era preciso conseguir matéria prima, e se conseguiu. A música das máquinas voltou

lentamente. Era preciso instalar-se na sociedade. IMPA explodiu maravilhosamente. E a partir da onda expansiva, surgiram novas ferramentas e transbordaram as fronteiras. Eis aqui o que foi um de nossos acertos: confiar na imaginação. O Centro Cultural nasce nesta efervescência, nasce estrategicamente com o objetivo de abrir o conflito operário para outros setores sociais e instalar nos meios de comunicação a luta que estava ocorrendo, para que as pessoas ficassem sabendo e não nos sentíssemos tão vulneráveis na hora de uma possível expulsão ou os enfrentamentos com o poder político. Nessa época havia uma metáfora que aparecia sempre para responder a ansiosa pergunta: como surgiu o centro cultural?, todas as vozes diziam: como um “guarda-chuva político”.

Timidamente, mas com grande convencimento, surgiu por entre as máquinas uma mistura de espetáculo de tango, mostra de artes plásticas e baile. Chamava-se “Tango en Zapatillas”. Depois, uma apresentação teatral, mais tarde alguém se dispôs a procurar um cantinho na imensidade da fábrica e ali montar uma oficina de joalheria. O joalheiro fez um anel. Sim, e depois outro, e uma correntinha também, e inevitavelmente se perguntou afirmando... isto não basta? Aí, hoje está, a coisa ficou linda. Então decidimos avançar sobre o fetiche do operário e o artista para construir uma relação profunda, capaz de nos ensinar que com o intercâmbio de saberes e realidades poderíamos todos nos refletir no espelho que estávamos buscando. O dos homens sensíveis. Obviamente, decidir foi muitíssimo mais fácil que sentir.

Talvez o mais importante para ampliar este exemplo de união entre uma fábrica e um centro cultural não esteja contido especificamente nas particularidades próprias de cada experiência, a operária e a cultural. Talvez, só talvez, o segredo esteja justamente aí. Não na tentativa de unir a arte e a política, mas em preparar o coração e deixar que se apure a sensibilidade até sentir que são inevitavelmente a mesma coisa. Quando perguntaram a Paco Urondo porque havia decidido entrar na guerrilha, ele respondeu: por causa da poesia; estava em busca

da palavra justa. Abrir os olhos criativamente para os distintos aspectos da luta, sejam eles centros culturais, propostas de saúde, reivindicações operárias ou estratégias de cozinha. Em fim, as perguntas continuaram perguntando.

Com o tempo e com a potência que surge da soma dos pensamentos múltiplos, a metáfora do “guarda-chuva político” foi ficando pequena, ou então nós é que fomos aumentando o guarda-chuva, e percebemos que se não queríamos nos molhar, ao invés de nos apertar, poderíamos respirar fundo e soprar todos juntos para dissipar as nuvens.

Hoje, a realidade de ontem também se expandiu, se inchou de esperança. A luta de IMPA impulsionou esta vontade impressionante de enfiar a mão na falsidade jurídica do alheio e recuperar o que é nosso, o que justamente sempre foi nosso. Hoje essa vontade se transformou em realidades como o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, a luta de Zanón e Bruckman e outras tantas experiências de recuperação e recolocação do trabalho e da dignidade. E é importante ver como esse crescimento maravilhoso, essa expansão do verdadeiro, é também um incremento de nossas responsabilidades, e não porque tal ou qual seja o eleito para salvar o mundo, mas sim por dar um passo adiante (e não para cima) para compreender que a transformação do mundo depende em grande parte de que todos e cada um de nós, e quando dizemos nós, estamos dizendo todos os que lutam, assumamos as pequenas e grandes batalhas da vida cotidiana como o melhor dos atos revolucionários.

Como disse há pouco um homem, em alguma escadaria de alguma faculdade, em cuja grande barba murmuram as vozes históricas da luta dos povos por sua liberação. Quando tivermos alcançado um mundo melhor, que é possível, temos de continuar repetindo: um mundo melhor é possível, e voltar a repetir depois: um mundo melhor é possível.

Não nos esqueçamos nunca de tentar.
Luta, Trabalho, Cultura.
Ocupar, Resistir, Produzir.



COOPERATIVISMO E CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO. O QUE DIZEM OS CLÁSSICOS

CECÍLIA TOLEDO

Jornalista e membro do PSTU (Brasil)

O debate que ocorre na Argentina entre aqueles que defendem a transformação em cooperativas das fábricas recuperadas pelos trabalhadores e os que defendem que elas sejam nacionalizadas com controle operário, sem dúvida, pode chegar a ser muito educativo para a vanguarda dos trabalhadores no mundo inteiro. O que seria realmente lamentável é que essas duas alternativas acabem provocando uma divisão e um enfrentamento (o que, de fato, já está ocorrendo) entre essas duas visões, debilitando o movimento de conjunto para enfrentar a patronal e o governo argentino.

Esse debate não é novo. Dele participaram alguns dos mais importantes dirigentes do marxismo e é preciso observar que a maioria deles reivindicou o papel das cooperativas de produção e também a nacionalização com controle operário, mas deixaram claramente estabelecido que tanto uma quanto a outra alternativa só podem ter êxito se estiverem inseridas na luta pelo poder estatal da classe trabalhadora, ou seja, da revolução proletária.

Sobre o cooperativismo

O cooperativismo como forma de transição entre a economia política da burguesia e a economia política do proletariado, como definia Marx, ou uma forma híbrida no seio do capitalismo, incapaz de atacar as bases do capital, como via Rosa Luxemburgo, é abordado aqui, do ponto de vista dos clássicos.

Engels: do socialismo utópico ao socialismo científico

Em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels faz referência ao conceito de cooperativismo ligado às idéias do socialismo utópico. Ele mostra a continuidade histórica do feudalismo ao modo de produção capitalista e como este engendra as sementes da economia socialista. Lembra que foi Robert Owen quem criou, em 1819, como medida de transição para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, as **cooperativas de consu-**

mo e de produção, que serviram para demonstrar praticamente que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis. Apesar de as idéias de Owen virem impregnadas de utopismo, e de o socialismo para ele e os outros socialistas utópicos como Fourier e Saint-Simon ser a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e bastava descobrir isso para que conquistasse o mundo, sua idéia de cooperativismo representou um grande passo no sentido de questionar as próprias bases da propriedade privada e da necessidade do próprio capitalista enquanto tal. E essa descoberta foi fundamental para a classe trabalhadora em seus embates contra a burguesia. A própria luta de classes encarregar-se-ia, logo, de demonstrar que a idéia da verdade absoluta, ao contrário do que pensavam os socialistas utópicos, está sujeita a condições de espaço e tempo, está condicionada ao desenvolvimento histórico da humanidade.

Marx: as cooperativas como forma de transição

Nem Engels nem Marx condenavam de antemão a idéia do cooperativismo entre os trabalhadores, mas apenas aquilo que representava uma deformação do cooperativismo. Eles não examinavam as cooperativas enquanto tais e por elas mesmas, mas sempre dentro da perspectiva geral da emancipação da classe trabalhadora. Por um lado, condenavam as cooperativas apoiadas pelo Estado e por outro, a sua defesa como organismos socialistas, como era feita por Lassalle.

Em 1864, na Prússia, quando o cooperativismo já estava bem estendido entre o operariado, representando uma primeira vitória da economia política da classe trabalhadora sobre a dos burgueses, Marx, em seu Discurso Inaugural (pronunciado em Londres no lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores) fixou as principais linhas de argumentação sobre o assunto de forma clara.

Os trabalhadores mostravam com fatos e não com palavras que os patrões não eram necessários para a produção. Por outro lado, Marx

ressaltava o fato inegável de que o cooperativismo jamais poderia derrotar os monopólios, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. Só a classe trabalhadora tomando o poder político poderia fazer com que o cooperativismo escapasse do estreito círculo dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados.

Marx era consciente de que o capitalismo estava repleto de contradições, nem todas compatíveis com sua continuidade. Durante as décadas de 1860 e 1870 insistiu na possibilidade no comunismo, presente tanto na prática da classe operária quanto no seio da produção capitalista.

As fábricas transformadas em cooperativas pelos trabalhadores significavam uma relação profundamente dialética entre futuro e presente, interno e externo. Para Marx, essas fábricas “são, dentro da forma tradicional, a primeira brecha aberta nela, apesar de que, onde quer que existam, sua organização efetiva apresenta, naturalmente, todas as deficiências do sistema dominante. Mas dentro dessas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho, embora a princípio somente sob uma forma na qual os trabalhadores associados são seus próprios capitalistas, isto é, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Essas fábricas mostram como, ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento das forças materiais produzidas e das formas sociais de produção adequadas a elas, do seio de um regime de produção nasce e se desenvolve naturalmente outro novo. Sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista não haveria fábricas cooperativas, e muito menos sem o sistema de crédito que surgiu do mesmo modo de produção. O sistema de crédito, base fundamental para a transformação gradual das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, é também o meio para a ampliação gradual das empresas cooperativas em uma escala mais ou menos nacional. A empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o modo de produção dos produtores associados; a única diferença é que em

um caso o antagonismo é resolvido negativamente, enquanto que no outro caso é resolvido em sentido positivo” (*O Capital*, vol. III, cap. XXVII).

Rosa Luxemburgo: os limites do cooperativismo

As cooperativas de produção e de consumo tiveram uma grande penetração e popularidade no seio da classe trabalhadora. Tanto muitos autores tentaram ver no desenvolvimento gradual das cooperativas uma via para chegar ao socialismo, sem a necessidade da revolução socialista

Respondendo a essa concepção, Rosa Luxemburgo insistiu, em diversas ocasiões, nos limites do sistema cooperativista. Em seu livro *Reforma ou Revolução*, ela diz:

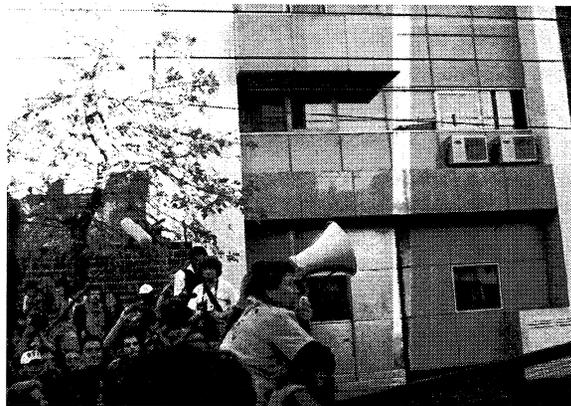
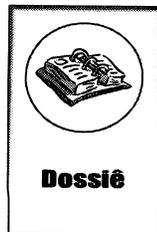
“As cooperativas, sobretudo as de produção, são uma forma híbrida no seio do capitalismo. Podem ser descritas como pequenas unidades de produção socializada dentro do intercâmbio capitalista.

“Mas na economia capitalista o intercâmbio domina a produção (ou seja, a produção depende em grande parte das possibilidades do mercado). Como fruto da concorrência, a dominação total do processo de produção pelos interesses do capitalismo – ou seja, a exploração impiedosa – se converte em fator de sobrevivência para cada empresa. A dominação do processo de produção pelo capital se expressa de várias maneiras. O trabalho se intensifica. A jornada de trabalho se reduz ou amplia segundo a situação do mercado. E, segundo as imposições do mercado, a mão-de-obra é empregada ou lançada de nova à rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem à empresa fazer frente a seus concorrentes no mercado. Os operários que formam uma cooperativa de produção se vêem assim na necessidade de governar-se com o máximo absolutismo. Se vêem obrigados a assumir eles mesmos o papel do empresário capitalista, contradição responsável pelo fracasso das cooperativas de produção que se convertem em empresas puramente capitalistas, e se continuam predominando os interesses operários, acabam por dissolver-se”.

Rosa via as cooperativas, no seio do capitalismo, em permanente contradição com o sistema dominante por causa das leis do mercado. “As cooperativas de produção podem sobreviver no marco da economia capitalista só se conseguem suprimir, mediante algum ardil, a contradição capitalista entre o modo de produção e o modo de intercâmbio. E o podem fazer somente se evitam artificialmente a influência das leis da livre concorrência. E só podem chegar a isso quando se asseguram de antemão um círculo fixo de consumidores, ou seja, um mercado constante.”

Nesse sentido, ela levanta o papel das cooperativas de consumo como únicas parceiras possíveis além de sustentáculo necessário das cooperativas de produção:

“As que podem prestar esse serviço a suas irmãs no campo da produção são as cooperativas de consumo. Aqui – e não a distinção traçada por Oppenheimer entre cooperativas



que compram e cooperativas que vendem – está o segredo que Bernstein busca: a explicação para o fracasso das cooperativas de produção com funcionamento independente e sua sobrevivência quando são respaldadas por cooperativas de consumo”.

Por isso, Rosa vê uma limitação muito grande nas possibilidades de sobrevivência do cooperativismo, em especial nos setores de ponta do sistema capitalista:

“Se é verdade que as possibilidades de existência das cooperativas de produção dentro do capitalismo estão ligadas às possibilidades de existência das cooperativas de consumo, então o alcance das primeiras se vê limitado, no melhor dos casos, ao pequeno mercado local e à manufatura de artigos que satisfaçam necessidades imediatas, sobretudo de produtos alimentícios. As cooperativas de consumo e, portanto, também as de produção, ficam excluídas dos ramos mais importantes da produção de capital: as indústria têxtil, mineira, metalúrgica e petroléira, e de construção de maquinarias, locomotivas e barcos. Por essa única razão (deixando momentaneamente de lado seu caráter híbrido), não se pode considerar seriamente as cooperativas de produção como instrumento para a realização de uma transformação social geral.” Rosa Luxemburgo, *Obras Escolhidas*, Tomo I, Editorial Pluma)

Trotsky: as cooperativas e as condições prévias para o socialismo

Reivindicando as cooperativas, Trotsky também polemizou com aqueles que, idealizando-as, as viam como um passo prévio e linear em direção ao socialismo.

No estudo intitulado *Resultados e Perspectivas* (1919), Trotsky refere-se à produção cooperativa quando polemiza com N. Roskov sobre as condições prévias para o socialismo. Para Roskov, o predomínio da produção cooperativa era um sintoma da maturidade de um país para o socialismo. Por isso, Roskov não via que a Rússia estava madura para o socialismo porque

as cooperativas não estavam à cabeça do desenvolvimento industrial.

Para Trotsky, essas considerações não tinham fundamento.

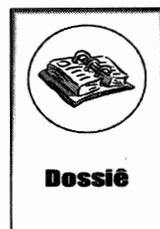
“As cooperativas não podem chegar à cabeça do desenvolvimento industrial não porque o desenvolvimento industrial ainda não progrediu suficientemente, mas porque o fez *demasiado*. O desenvolvimento econômico prepara, sem dúvida, o terreno para a produção cooperativa, mas para qual?: para a cooperação *capitalista* sobre a base do trabalho assalariado; qualquer fábrica nos pode servir como mostra dessa cooperação capitalista.”

E reivindicando a necessidade da revolução socialista como única forma de alcançar a vitória do cooperativismo, Trotsky acrescenta: “Com o desenvolvimento técnico aumenta também a importância dessa cooperação. Mas, como a evolução do capitalismo poderia permitir que as empresas cooperativas chegassem ‘à cabeça da indústria’? Está claro que, nesse caso, as cooperativas teriam de expropriar automaticamente todas as empresas capitalistas, e então só restaria reduzir a jornada de trabalho até o ponto em que todos os cidadãos tivessem trabalho, regulando o volume de produção dos diversos ramos para evitar as crises. Assim estaria construído o socialismo, nos seus aspectos fundamentais.”

Com isso, Trotsky demonstra que o raciocínio de Roskov leva a subestimar a necessidade da revolução e da ditadura do proletariado para a construção do socialismo.

Lenin : revolucionários e reformistas frente as cooperativas

Para Lenin, as cooperativas de produção e de consumo não eram em si mesmas nem progressivas, nem regressivas. Tudo dependia da orientação que elas tivessem. Por isso, analisando o projeto de programa do Partido Socialista Francês, em 1910, Lenin dizia que esse programa era um híbrido porque nele estavam incluídas as duas visões: a reformista que, ele questionava, e a revolucionária, que ele reivindicava. Para Lenin,



“Está perfeitamente claro que aqui se esboçam duas linhas fundamentais: uma, a linha de classe do proletariado, o reconhecimento do valor que as cooperativas têm como um instrumento dessa luta, como um de seus meios auxiliares, e a definição das condições nas quais as cooperativas cumpririam, realmente, esse papel, ao invés de serem simples empresas comerciais. A outra linha é a pequeno-burguesa, que oculta o problema do papel das cooperativas na luta de classe do proletariado, lhes atribui um significado que vai além dessa luta (ou seja, confunde as opiniões proletárias e as dos patrões sobre as cooperativas), e define seus objetivos com frases gerais que também podem ser aceitáveis para o reformista burguês, esse ideólogo dos grande e pequenos patrões progressistas.

Para resolver esse problema, Lenin propôs duas emendas ao projeto de Programa:

“Em primeiro lugar, substituir as palavras: “(as cooperativas) ajudam os operários a preparar a democratização e a socialização da produção e troca”, por “(as cooperativas) ajudam até certo ponto a preparar o funcionamento da produção e da troca depois da expropriação da classe capitalista”.

E o próprio Lenin explica:

“O sentido desta emenda (...) não consistia em que as cooperativas *não* podem ajudar os operários agora, mas em que o funcionamento da futura produção e da futura troca, que as cooperativas *preparam* já agora, pode começar *só depois* da expropriação dos capitalistas.

Essa polêmica é muito instrutiva, e está desenvolvida por Lenin no texto “O problema das cooperativas no Congresso Socialista Internacional de Copenhague” (Lenin, Obras Completas, Tomo 19, Ed. Progreso, Moscou, p.362-371).

Sobre o controle operário da produção na Rússia, em 1917

Tomado o poder na Rússia, um dos primeiros decretos do governo revolucionário, escrito por Lenin em 27 de outubro de 1917, foi o Projeto de Decreto sobre o controle operário, que reproduzimos aqui:

1. Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias primas, em toda as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas etc. que contem com pelo menos cinco operários e empregados (de conjunto), ou cujo lucro anual não seja inferior a 10 mil rublos.

2. O controle operário será exercido por todos os operários e empregados da empresa, de forma direta, se a empresa for pequena, ou por meio de seus representantes, cuja eleição terá feita imediatamente em assembléia geral, registrada em ata, e os nomes devem ser comunicados ao Governo e aos Soviets locais de deputados operários, soldados e camponeses.

3. Fica absolutamente proibida a interrupção do trabalho de uma empresa ou indústria de importância nacional, assim como



toda modificação em seu funcionamento, sem autorização dos representantes eleitos pelos operários e empregados.

4. Todos os livros de contabilidade e documentos, sem exceção, assim como todos os armazéns e depósitos de materiais, ferramentas e produtos, se exceção alguma, devem estar abertos aos representantes eleitos pelos operários e empregados.

5. As decisões dos representantes eleitos pelos operários e empregados são obrigatórias para os proprietários das empresas e não podem ser anuladas, a não ser pelos sindicatos e pelos congressos sindicais.

6. Em todas as empresas de importância nacional, todos os proprietários e todos os representantes eleitos pelos operários e empregados para exercer o controle operário são responsáveis frente ao Estado pela rigorosa manutenção da ordem, da disciplina e da conservação dos bens. Os culpados de fraude, de ocultação de estoques, balanços etc serão castigados com o confisco de todos os seus bens e com pena de prisão de até 5 anos.

7. São empresas de importância nacional todas as que trabalham para a defesa ou estão de alguma forma relacionadas com a produção de artigos necessários para a subsistência das massas da população.

8. Os Soviets locais de deputados operários, as conferências de representantes de comitês de fábrica e as de comitês de empregados colocarão, em assembléias gerais de seus representantes, normas mais detalhadas do funcionamento do controle operário. (Lenin, Obras Escolhidas, vol. II, p. 500, Ed. Progreso)

No entanto, o controle operário da produção não é uma medida a ser defendida apenas após a tomada do poder pelo proletariado. No Programa de Transição (ponto 7), Trotsky menciona o controle operário como uma das formas de suprimir o “segredo comercial” imposto pelo capital.

“As primeiras tarefas do controle operário consistem em esclarecer quais são as receitas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isolada, em determinar a verdadeira parte

do capitalismo individual e de todos os exploradores em conjunto, no rendimento nacional; em revelar as combinações de bastidores e as vigarices dos bancos e dos trusts; em revelar finalmente, a toda a sociedade, o desperdício terrível de trabalho humano que é o resultado da anarquia capitalista e da pura caça ao lucro”.

O controle operário das fábricas também é visto por Trotsky como forma de luta do proletariado contra o desemprego.

“A luta contra o desemprego é inconcebível sem uma grande e ousada organização de grandes trabalhos públicos. Mas esses não terão uma importância duradoura e progressiva para a sociedade e os próprios desempregados se não fizerem parte de um plano geral, concebido para um longo período. Dentro deles os operários reivindicarão o retorno ao trabalho, por conta da sociedade, nas empresas privadas, fechadas por causa da crise. O controle operário dará lugar, assim, a uma administração direta por parte dos operários”.

O controle operário também é condição para a elaboração de um plano econômico dos trabalhadores. Diz Trotsky, no Programa de Transição:

“A elaboração de um plano econômico, por mais elementar que seja – do ponto de vista dos interesses dos explorados e não dos exploradores – é inconcebível sem controle operário, sem a intervenção da vigilância operária sobre todas as atividades visíveis e ocultas da economia capitalista”.

O fundamental em relação ao controle operário é sua caracterização, na visão de Trotsky, como medida transicional, ou seja, seu potencial socialista. Voltando ao Programa de Transição:

“Os comitês das diversas empresas devem eleger, nas respectivas reuniões, representantes para comitês de trusts, de ramo de indústria, de regiões econômicas, enfim, de toda a indústria nacional no seu conjunto. Assim, o controle operário se torna a Escola da Economia Planificada. Pela experiência do controle, o proletariado se prepara para dirigir diretamente a indústria nacionalizada, quando a hora soar. (...) Se a abolição do segredo comercial é a condição neces-

sária do controle operário, este controle é o primeiro passado na via da direção socialista da economia”.

Em uma entrevista concedida no dia 9 de março de 1918, apenas alguns meses após a tomada do poder na Rússia, ao jornal americano *The Independent*, Trotsky esclarece de maneira contundente o que os revolucionários bolcheviques entendiam por controle operário da produção. Aqui reproduzimos alguns trechos dessa interessante entrevista:

The Independent - “A intenção de seu partido é expropriar os proprietários das indústrias na Rússia?”

Trotsky - “Não. Ainda não estamos preparados para assumir toda a indústria. Isso virá com o tempo, mas ninguém pode dizer quando. Por agora, esperamos pagar-lhes entre 5 e 6% anuais dos lucros de uma fábrica ao proprietário sobre seu investimento atual. O que visamos agora é ao controle, mais do que à propriedade.”

The Independent - “O que o senhor quer dizer com “controle”?”

Trotsky - “Quero dizer que controlaremos que a fábrica esteja dirigida não do ponto de vista do lucro particular, mas do ponto de vista do bem-estar social democraticamente entendido. Por exemplo, não permitiremos que o capitalista feche sua fábrica para matar de fome os seus trabalhadores ou porque ela não está dando lucro. Se está fabricando um produto economicamente necessário, deve manter-se em funcionamento. Se o capitalista a abandona, a perderá, e será indicada uma direção eleita pelos trabalhadores.”

Na entrevista, Trotsky lembra também que o termo “controle” tem outras implicações:

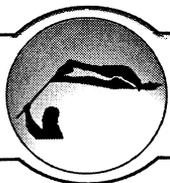
Trotsky - “Controle também implica em que os livros e a correspondência da companhia serão abertos ao público, de modo que, daí em diante, não haverá segredos industriais. Se essa companhia tem êxito por um processo ou dispositivo técnico melhores, isso será comunicado a todas as outras companhias do ramo, de modo que o público extraia o máximo de benefício possível dessa descoberta. Neste momento, isso é escondido de outras empresas com o objetivo de aumentar os lucros, e por muitos anos um produto pode ficar escasso e caro para o público consumidor, sem necessidade. Controle também significa que os requisitos primários, em quantidade limitada, como carvão, petróleo, ferro, aço etc, serão distribuídos às diversas plantas fabris, segundo a sua utilidade social. Sobre um estoque limitado de materiais de produção, as empresas que produzem bens de luxo podem exigir muito menos do que as que produzem bens de primeira necessidade.”

E Trotsky faz questão de esclarecer:

“Não me interprete mal. Não somos ascéticos. Os bens de luxo também serão produzidos, quando haja suficiente combustível e materiais para todas as fábricas”. 



Luta de Classes



 RAED EL ARABI

"Mapa do Caminho" ou Caminho do Mapa:
a nova proposta imperialista 81

 YOUNGSU WON

A ofensiva imperialista na Coréia peninsular 85

 MARTIN RALPH

Na Escócia, novos inícios 91



“MAPA DO CAMINHO” OU CAMINHO DO MAPA: A NOVA PROPOSTA IMPERIALISTA

RAED EL ARABI

Membro da UJAAL - União da Juventude Árabe para América Latina

A proposta imperialista para a paz entre o Estado Sionista de Israel e o novo governo da Autoridade Nacional Palestina (ANP) faz parte do grande plano imperialista para o Oriente Médio, e visa estabelecer uma nova ordem para consolidar seus interesses na região junto aos interesses do sionismo.

Em 1991, os governos capitalistas inspirados pela política do Estado Sionista de Israel, que protege seus interesses no mundo árabe, conseguiram reunir sionistas e representantes palestinos da Organização para Libertação da Palestina (OLP)¹, em Oslo 1993, para negociarem um acordo de paz. Nesse acordo ficou estabelecida a criação de um Estado autônomo Palestino governado pela ANP, sob o controle do governo do Estado sionista de Israel. A OLP alegava que procurava, com a criação de seu Estado, uma nova estratégia no caminho da luta para a libertação, aceitando pequena parte de seu território – Gaza e Cisjordânia – e com isso reconhecendo o estabelecimento de outro Estado – sionista de Israel - sobre seu solo pátrio.

A OLP, desde 1973, vem se afastando da luta histórica revolucionária pela libertação de sua pátria, após os seguidos acontecimentos que teriam sido a principal motivação para a mudança de sua estratégia: em 1968-69 no Líbano houve enfrentamentos entre falangistas² pró-Israel e palestinos da Fatah³, quando estes começaram a interferir nas questões nacionais e assim ameaçaram militarmente o partido falangista; depois, em 1970, o governo da Jordânia promoveu o massacre que deixou mais de 3 mil palestinos mortos entre civis e guerrilheiros, ação que ficou conhecida como *Setembro Negro*; e em abril de 1973, um comando do exército de Israel assassinou no Líbano três dos principais líderes da Fatah, no episódio conhecido como *Massacre do Al Fardan*^{*}. Esses eram líderes que permaneciam fiéis à luta do povo palestino, que acreditavam na luta armada como única forma de libertação do território palestino ocupado.

Após esses acontecimentos, a Fatah, liderada por Yasser Arafat, enviou a todos os governantes árabes cartas atribuindo-lhes a responsabilidade pelos massacres. E convocou a OLP para uma reunião extraordinária, onde foi decidida a criação de uma ANP no território ocupado, visando que esta fosse reconhecida, e com isso pudesse retomar a luta a partir de seu território. Tal posicionamento acabou sendo revogado com o Acordo de Oslo, quando a OLP reconheceu o Estado Sionista de Israel e renunciou à luta armada.

* - Um comando sionista assassina no Fardan, um bairro de Beirute, em abril de 1973, três dos principais dirigentes da Fatah: Kamal Edwan, Mohamad Yossef al Najjar e Kamal Nasser.

Nesse contexto, para os sionistas, a paz significa trégua, já que em 1948, quando os exércitos árabes invadiram a Palestina para derrotar o recém-criado Estado artificial de Israel, horas após sua declaração, conseguindo chegar até Tel Aviv, acabaram aceitando o pedido de trégua dos sionistas. Essa paz durou três semanas, e permitiu à organização sionista mundial agrupar grande volume de armamentos vindos dos países europeus e também da Rússia stalinista, obtendo assim a derrota histórica dos exércitos árabes, que até então não conheciam a política expansionista do sionismo.

O conhecido exército “invencível” sionista, que não consegue freiar a resistência do povo palestino, firme na luta pela sua autodeterminação, via no Acordo de Oslo uma nova trégua histórica como a única maneira para deter essa resistência. Com isso, esperavam alcançar um fortalecimento político, econômico e militar para reiniciar seu plano histórico de dominação do Nilo ao Eufrates, segundo o mapa do plano sionista. O erro histórico dos governantes árabes de 1948, que permitiu a concretização do plano sionista e o massacre do povo palestino, hoje se repete pelos posicionamentos da OLP, que acabaram no massacre do restante do povo palestino que sobreviveu à invasão de 1948.

A nova proposta

Para sair de sua profunda crise econômica, o imperialismo norte-americano reinicia outra fase de guerras contra os povos. Com invasões genocidas ao Afeganistão e ao Iraque, ficou clara a necessidade da determinação imperialista de uma nova ordem mundial para controlar diretamente as riquezas naturais da região – petróleo e gás natural. Além disso, busca remodelar um novo mapa para o Oriente Médio – novo Sykes-Picot – buscando novos aliados estratégicos na região, ao lado do aliado histórico, o Estado sionista de Israel, que seriam Jordânia e Turquia. Hoje vemos minada a estrutura de alianças entre os norte-americanos e seus velhos aliados, Egito e Arábia Saudita; e, por fim, paralisar a heróica Intifada, que representa a mais alta expressão de luta do povo palestino-árabe,

que serve de inspiração a todos os revolucionários do mundo.

A Intifada entra em uma fase da sua luta histórica num rumo avançado contra a opressão sionista, ameaçando a estabilidade na região, os interesses imperialistas, a própria existência do Estado sionista de Israel e a estabilidade na região, representada pelo alinhamento dos governantes árabes traidores. A Intifada hoje extrapola as fronteiras do território palestino, expandindo-se para os países vizinhos e promovendo um avanço histórico na luta dos movimentos populares e revolucionários árabes.

Perante esses novos e importantes acontecimentos, o imperialismo determinou um necessário acordo de paz na região, representado por sua nova proposta “Road Map” que faz parte do seu plano para a tão desejada recolonização do mundo árabe. Essa proposta inicia-se com objetivo de que, acabando com a Intifada e levantando todos os assentamentos instalados na gestão de Sharon, representasse um avanço para a concretização da “paz” pretendida pelo governo sionista.

Devemos mencionar que quando foi apresentada ao novo primeiro ministro do “governo” da ANP, Abu Mazen, esta proposta foi aceita na sua totalidade, sem sequer contestar nenhum de seus pontos. No entanto, o premiê sionista de Israel, o fascista Sharon, mesmo se dispondo a retomar as negociações, rechaçou vários pontos, e anotou a princípio mais de cem modificações do conteúdo da proposta. Assim, estava protegendo sua posição fascista e radical dentro do contexto sionista, que traduz a paz com uma nova trégua histórica que serviria como avanço para iniciar posteriormente o seu plano sionista para ampliar suas fronteiras, e realizar o domínio sionista histórica sob os países árabes, segundo a proposta do T. Herzl no primeiro Congresso Sionista, em 1897.

Entre os Acordos de Oslo e a nova proposta “o caminho do mapa”, não há nenhuma diferença em relação ao conteúdo. A diferença se resume na maneira de expor as ordens. Ambos servem como método pacífico para cessar a questão palestina, após a amarga experiência do

exército israelense no Sul do Líbano e sua histórica derrota. Junto com isso, os resultados da resistência palestina, representando 55 anos de luta permanente e sem vacilação contra o inimigo e produziu a Intifada, que não foi detida com os primeiros acordos de paz e as várias intervenções diplomáticas dos governos capitalistas. Portanto, houve necessidade de mudanças interessantes na articulação do governo da ANP, que permitirão, segundo os norte-americanos, os sionistas e os membros da ANP opositores da Intifada, a consolidação desse plano, dividindo as tarefas impostas pelo imperialismo entre Abu Mazen e Yasser Arafat, com o primeiro atuando politicamente e negociando com o inimigo sionista, e o segundo como chefe da segurança, facilitando as intervenções do exército sionista em Gaza e Cisjordânia para eliminar os líderes da Intifada como primeiro passo para sua destruição total.



Quem dará o primeiro passo para a implantação da nova proposta?

Para ambos os lados, a resposta é difícil. Foi o que vimos desde o primeiro encontro entre os dois lados até hoje. Por um lado, os sionistas negociam da posição mais forte no balanço. Mesmo assim, Sharon não pode renunciar muito, dando o primeiro passo na abertura dos princípios, já que ele mesmo, quando era o ministro da Defesa durante a invasão ao Líbano, assistiu ao repúdio que sofreu Menahim Begin quando assinou o acordo de Camp David, onde num dos seus itens se falava sobre a autonomia palestina limitada, e quase foi derrotado dentro do parlamento sionista. Isso fez com que surgisse um movimento sem precedentes de oposição dentro do Estado sionista de Israel, que hoje pode cobrar de Sharon muito mais ainda, pela presente situação da segurança no fundo dos territórios ocupados ameaçada pelos ataques heróicos da Intifada.

Por outro lado, o recém-formado governo da ANP, que ainda está em prova, tampouco poderia dar esse passo. Por dois motivos. Primeiro, porque Abu Mazen sabe muito bem que o povo palestino hoje não vê solução na paz com o inimigo, e está dando total apoio à Intifada, principalmente após os ataques qualitativos que, de uma forma ou de outra, são vitórias traduzidas no crescimento do movimento da resistência popular, que cada vez crê mais na luta armada como a única solução para devolver os territórios ocupados. Segundo, porque Abu Mazen fortalece indiretamente sua posição pelos resultados dos ataques heróicos da Intifada e a situação intensa que produzem dentro do Estado sionista de Israel.

Quanto ao velho Yasser Arafat que ainda – mesmo castigado – cumpre com a tarefa imposta, aceitou assumir a responsabilidade do fracasso dos Acordos de Oslo, para assim anular a importância que jogou o papel da intifada nesse sentido. Talvez nos próximos meses veremos Abu Mazen ocupando o mesmo lugar de Arafat após o inevitável fracasso na sua tarefa.



Mapa do Caminho!!!

Ou Caminho do Mapa? A nova proposta imperialista para a “paz” se apresenta desta vez com um título muito claro e simples, para não confundir as idéias dos pequenos cérebros que não conseguiram enxergar até o momento os massacres, a fome e a miséria gerados pela política do sistema capitalista ao longo da história da humanidade, e que ainda crêem na paz - de um ponto de vista imperialista - com solução.

Realmente, a proposta no seu contexto significa o caminho para remodelar um novo mapa para o Oriente Médio, um avanço para realizar o plano expansionista do sionismo na região, que visa ampliar as fronteiras para estender seu domínio, segundo a teoria de Herzl, desde o Nilo, no Egito, até o rio Eufrates, no Iraque.

Desde 1948, passando pelos acordos de Camp David, em 1978, e até hoje, o inimigo sionista ainda não aprendeu que a resistência de 55 anos do povo palestino não cessará, e que a luta continuará pela libertação de todo o território ocupado da Palestina. Pois nem Abu Mazen, nem Bush e nem Sharon conseguirão compreender que a Intifada é apenas uma forma da luta histórica do povo palestino.

A resposta da Intifada e a trégua

A direção revolucionária da Intifada, ao analisar a situação política palestina, a conjuntura mundial e a guerra de informações manipulada pelo sionismo contra o conceito e o caráter da luta do povo palestino, resolveu dar uma “trégua”. Em primeiro lugar, para evitar uma provável guerra civil entre palestinos e as matanças dos líderes da Intifada. Em segundo lugar, para tentar dar a imagem verdadeira desta luta - uma paz pela autodeterminação - ao mesmo tempo

que Sharon apostava que a direção da Intifada não aceitaria trégua alguma. Essa decisão estratégica pretende demonstrar aos governos cúmplices do massacre contra o povo palestino que só a Intifada joga o papel político mais importante hoje na Palestina, e que governo sionista de Sharon não respeitará nenhuma trégua e continuará no seu plano expansionista. 🌐

NOTAS

1- Fundada em 1964 em Jerusalém durante o 2º congresso dos membros do governo palestino - articulado pelas nações árabes em agosto de 1948 - onde foi eleito Ahmad Al Shukairi seu primeiro presidente. Aí também foi determinado articular um exército palestino e outros grupos de *fidayen* (guerrilheiros) e que a luta armada era o único caminho para a libertação do território palestino ocupado. Foi reconhecida pelas nações árabes.

2- Partido nazista-fascista e pro-sionista, fundado no Líbano por Pear Jmaiel. Governou no Líbano por três gestões. Cumpriu um papel importante na promoção da guerra civil no Líbano em 1975, articulando uma fração do exército libanês para iniciar os ataques contra os movimentos populares e revolucionários que reclamavam os salários dos pescadores na cidade de Sayda. Promoveu massacres contra os palestinos e tentou dar um caráter religioso à guerra. No início da guerra civil, foi protegido pelo exército sírio e colaborou na invasão sionista do Líbano em 1982. Participou dos massacres de Sabra e Shatila, mas foi derrotado militarmente pelas forças revolucionárias libanesas em 1985, após a derrota do exército sionista e sua primeira retirada de grande parte do território libanês.

3- Movimento revolucionário palestino fundado por Khalil al Wazir (Abu Jihad) no Kuwait em 1958, com a ajuda de Yasser Arafat e Salah Khalaf. Durante o 5º congresso da OLP, Yasser Arafat foi eleito seu presidente, e desde então Fatah domina a OLP. Jogou papel importante, seja positiva ou negativamente, no processo da luta histórica do povo palestino contra a ocupação sionista do seu território, e dentro dos movimentos revolucionários árabes.

A OFENSIVA IMPERIALISTA NA CORÉIA PENINSULAR

YOUNG SU WON

Membro do PWC (Poder da Classe Trabalhadora) da Coréia do Sul (*)

Tradução Luci Praun

No início de 2002, um enviado especial norte-americano fez uma visita a Pyongyang, capital da Coréia do Norte, para uma conversa. Porém, imediatamente ficou clara a intenção da delegação. Duas semanas mais tarde o Departamento de Estado norte-americano emitia um comunicado especial para a imprensa cujo conteúdo afirmava que a Coréia do Norte tinha um programa de desenvolvimento nuclear e exigia que o interrompesse imediatamente. Rapidamente os meios de comunicação fizeram ecoar a mensagem, atraindo a atenção mundial sobre o tema.

No entanto, a atitude do governo da Coréia do Norte ainda é pouco clara em relação à posse de armas nucleares, e tem sido assim durante a última década. Sua resposta foi dúbia: por um lado, anunciou uma série de duras críticas ao imperialismo norte-americano e sua intenção de contra-atacar, ao mesmo tempo que aceitava propostas de negociação para a resolução do conflito EUA - Coréia do Norte.

Outra fonte mostrou uma forte intenção de diálogo. Don Oberdoff, especialista norte-americano sobre Oriente Médio, disse em um artigo para o *Washington Post* que dirigentes norte-coreanos estavam dispostos a conversar com seus oponentes norte-americanos. Segundo ele, a afirmação sobre a bomba nuclear norte-coreana era muito mais uma questão de interpretação.

Mas essa história ficou de lado. No lugar dela, os dois lados se mostravam em choque. Por um lado, a Coréia do Norte declarou o fim da inspeção da IAEA (Agência Internacional de Energia Atômica) e colocou em funcionamento os reatores nucleares em Youngbyun. Por outro, os Estados Unidos, em resposta, pararam o fornecimento de petróleo e seqüestraram um navio norte-coreano no Oceano Índico, alegando que o mesmo estava envolvido no contrabando de armas.

Realmente, no decorrer de um duro confronto, Bush e companhia acertaram ao tomarem a iniciativa no extremo oriente da Ásia. Isto é o que ele e seus anões neo-conservadores queriam implementar para desestabilizar a península coreana e a Coréia do Norte, como parte do “eixo do mal”. Desde o 11 de setembro a Administração Bush definiu que a Coréia do Norte era sua inimiga e só precisava de um pretexto para pressioná-la. Porém, a situação política da península tornava bastante difícil uma intervenção, já que a política Luz do Sol do governo sul-

(*) O PWC (Poder da Classe Trabalhadora) é um grupo marxista revolucionário da Coréia do Sul. Foi fundado em 1999, por líderes sindicais, ativistas dos movimentos sociais e intelectuais de esquerda, unidos a partir de um projeto de unidade da esquerda. Representa uma corrente de militantes de esquerda do movimento operário e está ativamente comprometido com diversas lutas sociais. Neste momento o PWC está voltado para a próxima fase do projeto de unidade da esquerda e na luta anti-globalização, baseado numa perspectiva internacional. Tem boa relação com grupos e correntes de esquerda internacionais.

coreano vinha obtendo êxitos e o ponto alto da relação norte-sul, em junho de 2000, havia alcançado uma certa distensão, bloqueando, dessa forma, a intervenção norte-americana e reduzindo sua influência. Até mesmo a China e o Japão apoiaram o movimento dos governos coreanos do norte e do sul em função de seu impacto positivo sobre as nações vizinhas.

Porém, no decorrer do conflito entre a Coréia do Norte e os Estados Unidos, o governo sul-coreano envolveu-se em uma situação complicada. Apesar de sua posição oficial, de dar continuidade à política Luz do Sol, não podia opor-se ao esforço de Bush de isolar a Coréia do Norte. Quando o governo de Koisumi a retirou devido ao seqüestro de cidadãos japoneses por parte da Coréia do Norte, a margem de manobra para o governo sul-coreano foi ficando muito mais limitada. Além disso, o assassinato de duas crianças estudantes por um veículo do exército dos Estados Unidos e a absolvição dos soldados norte-americanos pelo Tribunal Marcial ateou fogo na indignação de milhões de sul-coreanos contra o imperialismo norte-americano.

No decorrer do caminho, a administração norte-americana começou a invasão ao Iraque de Saddam Hussein e o assunto Coréia do Norte foi posto de lado temporariamente. Porém, após o inesperado fim da agressão, o imperialismo americano se voltou contra a Síria, Irã e Coréia do Norte. O recente diálogo entre a Coréia do Norte e os Estados Unidos em Beijing (Pequim) falhou, sem nenhum resultado positivo. Já as conversas entre Bush, o presidente sul-coreano e o primeiro ministro japonês foram utilizadas para pressionar ainda mais a Coréia do Norte. Assim, o longo conflito conduzido pelo imperialismo norte-americano põe a paz e a vida do povo coreano, do norte e do sul, em perigo, empurrando as escuras nuvens da guerra para cima da península coreana.

A essência da política

“Luz do Sol”

O antigo governo que teve à sua frente Kim Dae-Jung concebeu a política “Luz do Sol” to-

mando emprestado as fábulas de Esopo. A forte convicção do presidente Kim - um especialista declarado no tema da reunificação nacional - consistia em que o cerco suave à Coréia do Norte, e não o confronto, era a única maneira de dismantelar o regime daquele país a longo prazo. Esse enfoque, em essência, baseava-se na confiança da oligarquia dominante da Coréia do Sul no regime da Coréia do Norte.

Com o rápido desenvolvimento do capitalismo na Coréia do Sul e as recentes calamidades sofridas pelos norte-coreanos devido a uma série de desastres naturais e escassez de alimentos, a relação entre o norte e o sul mudou. Durante os anos 50 e 60, a sociedade “socialista” norte-coreana estava em melhor situação, contando com uma industrialização mais avançada e uma distribuição mais homogênea de recursos. No entanto, o caminho rumo a uma crescente militarização voltada para autodefesa e, finalmente, o colapso dos regimes do Leste, levaram a que um tipo de economia autárquica como a da Coréia do Norte viesse abaixo, tendo de encarar a incapacidade do regime em proporcionar alimento básico para o povo, e dessa maneira, produzindo centenas de milhares de famintos refugiados vagando ao redor do norte da China.

A política Luz do Sol desfrutou de um apoio quase unânime por parte dos sul-coreanos, com exceção do posicionamento dos ultra-conservadores anticomunistas, em função de ter como enfoque a reunificação nacional e o intercâmbio humanitário. A diferença variava entre a cega oposição contra a Coréia do Norte e o cerco gradual a longo prazo, induzindo a Coréia do Norte a se abrir à economia de mercado e causando um colapso no regime daquele país.

No entanto, esse modestíssimo cerco à Coréia do Norte foi freiado pela eleição de Bush, que juntamente com seus conselheiros neo-conservadores preferiram a linha da confrontação com a Coréia do Norte, por meio de pressões e sanções.

Assim, o processo de reunificação nacional e coexistência pacífica foi ameaçado pelas ofensas do imperialismo norte-americano e o gover-

no da Coreia do Sul foi forçado a fazer sua escolha: ou a volta da aliança militar com os Estados Unidos, e o abandono da política de Luz do Sol, ou a manutenção de sua política, arcando com a crescente pressão da administração Bush.

Basicamente, ainda que os governos coreanos de Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun tenham jurado sua adesão à política Luz do Sol, não podiam escapar do marco imperialista-colonial. Isso ficou provado repetidamente pela atitude servil dos presidentes em relação a Bush, e pelo medo do ataque dos anti-comunistas nos meios de comunicação e de frações reacionárias. Portanto, o máximo que se pode esperar do bloco dominante liberal com características populistas é o dualismo hipócrita. Não tem nenhuma capacidade, nem nenhuma intenção, de entrar em confronto com o imperialismo e dar andamento à reunificação nacional.



Movimento Popular: libertação nacional contra a luta de classes

Em 1945, a libertação do imperialismo japonês não resultou na construção de um Estado independente, mas na ocupação das forças imperialistas, na guerra da Coreia e, conseqüentemente, na divisão nacional permanente. A guerra da Coreia, que foi ao mesmo tempo uma guerra civil e internacional, destruiu a capacidade revolucionária no sul. Como resultado, ocorreu um vazio ideológico na sociedade sul-coreana. Uma série de ditaduras anti-comunistas suprimiram sistematicamente qualquer resistência à corrupção e aos regimes antidemocráticos. Apesar disso, a severa ditadura não conseguiu impedir que o movimento popular crescesse na nova geração. Mais tarde, dessa oposição liberal derivariam uma ala liberal e outra de esquerda.

Nos anos 70, o movimento estudantil e o movimento operário se desenvolveram nas lutas contra o regime militar fascista e, depois do levante de Kwangju, em 1980, ocorreu uma radicalização em massa do movimento estudantil, além de um giro para o setor industrial encabeçado por essa nova geração de ativistas. Assim, na década de 80 assistimos à emergência do movimento de esquerda revolucionária.

Apesar disso, no que dizia respeito à estratégia e tática, o movimento estava dividido em dois campos, especialmente sob a influência dos norte-coreanos: o da tendência da libertação nacional e o da democracia popular. O primeiro reconhecia a direção do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte, que enfatizava a luta anti-imperialista e a reunificação nacional. O segundo rejeitava o reconhecimento dessa direção, substituindo-a por um caminho independente voltado para a revolução e enfatizando a perspectiva da luta de classes.

Nos revolucionários anos 80, a



Coréia do Norte definia a Coréia do Sul como uma sociedade colonial semi-feudal, que mantinha os olhos fechados diante do incontestável desenvolvimento do capitalismo e da classe operária que recém surgia. Isto porque a tendência à esquerda da luta de classes rechaçou a direção norte-coreana durante o debate com as correntes nacionalistas. Além disso, o pensamento Juche, o Kim II-sungismo, era uma versão vulgarizada e distorcida do stalinismo, combinada ao culto à personalidade. Ou seja, algo além do que a maioria da esquerda radical internacional caracteriza como stalinismo.

Nos anos seguintes, essa corrente de libertação nacional lutou pela autodenominada aliança estratégica com a “burguesia nacional”, que quase não existia politicamente sob a particularidade da situação coreana. A consequência dessa política foi que se converteram em ardentes seguidores de Kim Dae-jung, sob o disfarce de “apoiadores críticos”, e muitos dos líderes dessa corrente se transformaram em seus lacaios em diversas conjunturas políticas.

Apesar da deserção contínua rumo ao liberalismo, a tendência pela libertação nacional, ou pró-norte, ainda é majoritária dentro do movimento popular, com exceção no movimento operário que explodiu desde o Verão Quente de 1987, justamente após o levante de junho, e quase derrubou a ditadura militar.

O desenvolvimento do movimento operário nas duas últimas décadas foi a demonstração mais clara do marxismo revolucionário, apesar de, comparativamente, ter ocorrido um fraco desenvolvimento da corrente de esquerda. A classe operária recém emersa se manteve em sua luta sob o impacto do colapso do socialismo real. Naturalmente, recentemente se percebe uma grande tendência à burocratização da direção sindical, assim como seu giro político de aproximação à social-democracia. Um exemplo dessa situação é o apoio da KCTU (Confederação de Sindicatos Coreanos) ao DLP (Partido Trabalhista Democrático) que tem à sua frente uma incômoda mescla de centristas sindicalistas, líderes social-democratas e gente da corrente pela libertação nacional.

Outro importante fenômeno nos anos 90, especialmente depois do final da Guerra Fria, é o da proliferação de ONG's e movimentos civis (utilizando aqui a maneira como se auto-denominam). Este movimento de ONG's ocupou o espaço recém formado para a reforma política, sendo hegemônicos no movimento popular, mantendo conexões e laços com as políticas institucionais. Apesar de serem bastante críticas em relação aos movimentos populares e à esquerda política, as ONG's se converteram em outro bloco de poder. Mas incapazes de mobilizar suas próprias massas, o movimento civil sempre tentou atrair a direção sindical para sua causa. Assim, os militantes da classe trabalhadora e os ativistas da esquerda radical estão diante de duas frentes: contra os nacionalistas e contra a sociedade civil.

Para onde vai a Coréia do Norte?

Basicamente, a Coréia do Norte não está livre dos equívocos e falsificações históricas do stalinismo, e seu Jucheísmo oficial é uma das piores versões do stalinismo distorcido, que pode ser comparada ao Hoxhaísmo albanês.

Historicamente, a Coréia do Norte costumava representar as diversas correntes da luta anti-imperialista, esquerda política e guerrilhas armadas, e a trégua na guerra da Coréia significou o fracasso da guerra/revolução de libertação nacional. Após a guerra, em contraste com os corruptos e incompetentes regimes da Coréia do Sul, a Coréia do Norte levou adiante, com êxito, a reconstrução, perseguindo o caminho do socialismo. No entanto, a sobrecarga do orçamento militar e a equivocada estratégia de desenvolvimento econômico, junto com uma distorção tal como o culto à personalidade e a asfixia interna do partido e do Estado, levaram à estagnação da economia e do regime da Coréia do Norte.

A segregação completa do Sul em relação ao Norte manteve os regimes permanentemente separados, exceto por meio de contatos oficiais esporádicos entre dirigentes. Por outro lado, a ditadura da Coréia do Sul conduziu sua incorporação ao mercado mundial às custas dos esforços e sacrifícios da classe trabalhadora, unin-

do-se às fileiras das economias que recém emergiam na Ásia Oriental.

Em especial, o colapso do socialismo existente piorou ainda mais a situação na Coreia do Norte, sendo afinal a menor ameaça para sua disputa de regimes, excepto por seu extraordinariamente alto grau de militarização. O socialismo, como dizem os norte-coreanos, já não é válido. Inclusive o descrevem como um socialismo feudal, onde falta o conceito de modernidade.

Com a morte de Kim II-sung, em 1994, e a ascensão de seu filho, Kim-Jong-il, o regime norte-coreano começou a apresentar algumas fissuras. A mais visível se expressa na deserção em massa de refugiados do Norte para a China em busca de alimentos.

Até este momento, o regime mantém o controle sobre as forças armadas e o aparato partidário. Porém, nas áreas de fronteira, o controle tem se tornado mais frouxo. A desintegração, a longo prazo, do regime norte-coreano é inegável. Apesar disso, os sintomas imediatos são de difícil percepção em função do controle das informações pelas autoridades locais, contrariando as esperanças dos falcões neoconservadores norte-americanos.

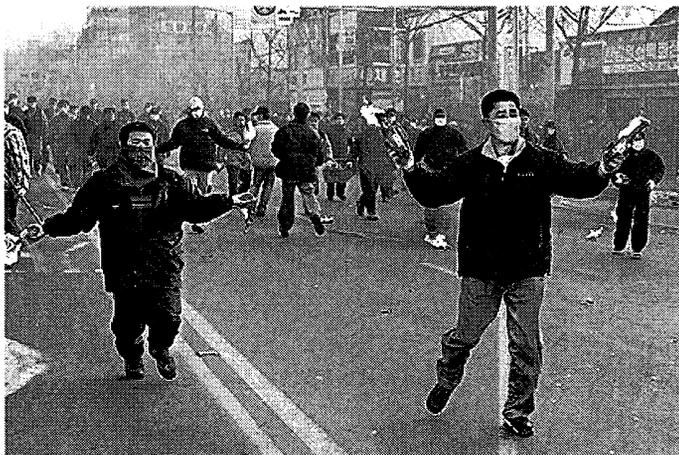
O que fazer?

A doutrina Bush (*National Security Strategy*, setembro/2000) formulou a ideologia militar do império: ataque preventivo para manter o processo de globalização. Não apenas no Oriente Médio, mas também no Extremo Oriente, o estado de guerra permanente é o objetivo estratégico do imperialismo norte-americano.

O debate de Negri e Hardt sobre o *Império* tornou-se obsoleto em função do esforço de guerra disfarçado de “guerra ao terrorismo”, de Bush. Não as multidões, mas os movimentos e militantes organizaram as lutas contra as intenções de guerra de Bush-Blair. O movimento anti-guerra sem precedentes foi descrito como a outra superpotência pelo *The New York Times*, o mesmo jornal que disse adeus ao movimento antiglobalização logo após o ataque terrorista de 11 de setembro.

A amplitude e a intensidade sem precedentes do movimento anti-guerra foi possibilitada pela mobilização incessante dos movimentos antiglobalização, particularmente após a batalha de Seattle, em novembro de 1999. A luta contra a OMC foi tão ampla e profunda que gradativamente se transformou numa luta contra o conjunto do capitalismo. Dessa forma, o movimento anti-guerra e antiglobalização estão intimamente ligados e as lutas que daí derivam expressam uma luta anti-imperialista que, em essência, são lutas anti-capitalistas bastante fortes.

Apesar da luta heróica, o movimento anti-guerra não conseguiu deter a invasão. No entanto, a luta não



terminou. Qualquer outra mobilização sobre a guerra se unificará inevitavelmente com uma luta anti-guerra e anti-imperialista ainda mais forte.

Na Coreia do Sul, a morte das duas alunas detonou uma mobilização sem precedentes durante o mês de dezembro passado. Em resposta à crescente escala de vigílias noturnas com velas, os meios de comunicação conservadores começaram a atacar as mobilizações dizendo que os organizadores instigavam o anti-americanismo. Nesse momento, a direção mostrou uma posição bastante defensiva, perdendo a oportunidade de expandir a mobilização no sentido de unificá-la com o crescente movimento internacional anti-guerra. Assim, a promessa do candidato à presidência, Roh, de representar a vontade das vigílias, fez com que a mobilização fosse perdendo seu impulso e se convertesse em um protesto simbólico.

Em fevereiro, os movimentos da Coreia do Sul organizaram uma série de mobilizações contra a guerra, apesar de sua pequena escala, levando-se em conta sua militância e capacidade.

É estranho ter de dizer que este foi praticamente o primeiro movimento anti-guerra na Coreia do Sul, especialmente por ter ocorrido de maneira coordenada à ação internacional. Isto só mostra a debilidade política e ideológica do movimento popular coreano, além de uma situação histórica paradoxal: em função da memória coletiva da guerra, todo mundo está contra a guerra, porém poucos associam essa opinião a uma ação concreta.

Em todo caso, a crise que chegou à península da Coreia não pode se limitar à questão nacional, na qual só os coreanos estão envolvidos. Neste contexto político, a luta anti-imperialista da classe operária e das massas populares na Coreia do Sul deveria estender sua solidariedade não somente à aliança dos movimentos populares de toda a Ásia Oriental, mas também aos ativistas e movimentos anti-guerra, anti-globalização, anti-imperialistas e anti-capitalistas numa escala internacional, visando derrotar a intervenção do imperialismo norte-americano na península da Coreia. ●

NA ESCÓCIA, NOVOS INÍCIOS

MARTIN RALPH

Membro da direção da ISL (International Socialist League), da Inglaterra

Tradução Maria Rita T. Gordin

O maior avanço eleitoral da esquerda britânica contra o Novo Trabalhismo este ano aconteceu na Escócia. O Partido Socialista Escocês obteve 128.026 votos nas eleições regionais, 7,68% dos votos, e aumentou de 1 para 6 o número de membros no Parlamento. Entre os eleitos estão um dirigente de um sindicato local que dirigiu várias greves vitoriosas em campanhas salariais (a mais recente envolveu 300 trabalhadores precários contra a multinacional francesa Sodhexo), um ambientalista que liderou uma luta contra os planos de extensão e ampliação das auto-estradas, contra a emissão de gases tóxicos e o uso de sementes transgênicas e um ativista engajado em ocupações para impedir o fechamento de uma escola.

As primeiras eleições para o recém-formado Parlamento Escocês aconteceram em 1999, e o Partido Socialista Escocês obteve 46.635 votos nas eleições regionais, 1,99% do total, conseguindo eleger um representante, Tommy Sheridan. Com poderes limitados, o Parlamento Escocês tem atualmente 129 membros, dos quais 17 são vermelhos, verdes e independentes. Os que não pertencem ao PSE são Dennis Caravan, candidato independente, que foi **destituído** pelo Partido Laborista antes da eleição do primeiro Parlamento Escocês e que agora venceu por ampla maioria da Escócia, a nacionalista Margo McDonald; Jean Turner, ativista da luta contra o fechamento de hospitais, e John Swinburne do Partido Escocês de Pensionistas, que luta por uma pensão de 150 libras por semana.

De acordo com Alan McCombes, do PSE: “Todos se opuseram à guerra contra o Iraque e apoiaram pelo menos uma das reivindicações políticas contidas no manifesto do PSE”.

O Manifesto do PSE contém seis pontos políticos tipo “fast track” que são: 35 horas por semana para os servidores públicos, obstrução e oposição a qualquer guerra pelo petróleo, salário mínimo, fim das privatizações (*Iniciativa de Financiamento pelo Setor Privado*), refeições gratuitas nas escolas e um novo imposto municipal baseado na renda pessoal. O manifesto diz que o PSE objetiva: —**Convencer o povo Escocês a se libertar do Reino Unido e criar uma Escócia Livre, Independente e Socialista.**—

Nas eleições para os conselhos locais na Grã-Bretanha, o Partido Laborista foi massacrado e perdeu 833 cadeiras, tendo reduzida sua representação em 30%. Muitos dos que se opuseram à guerra não votaram neles.



O SSP concorreu a 323 postos em conselhos municipais e locais por toda a Escócia, dois dos quais foram vitoriosos.

Avanços

As eleições na Escócia ocorreram em meio a um processo de direitização do Novo Partido Laborista que decepcionou milhões pessoas, sobretudo entre a juventude e os mais pobres. Seumas Milne, do *Guardian*, sintetizou parte do processo: “um milhão de postos de trabalho foram perdidos desde 1997, e o governo tem resistido a conceder os *information and consultation rights* (NT – refere-se ao direito democrático de se obter informação do governo e debater suas propostas), além de recusar-se a cortar os lucros das corporações, impondo uma desigualdade ainda maior que durante Thatcher e Major”.

“Para muitos ativistas sindicais [e milhões de outros – MR] este é agora um governo de privatizadores e belicistas, que abandonou as mais modestas reformas social-democratas, como um aumento no teto do imposto para as altas fortunas.”

O avanço da luta de classes na Escócia vem ocorrendo já desde o governo Margaret Thatcher. As raízes do SSP se remetem a esse período. Ele se originou da Aliança Socialista Escocesa (ASE) que surgiu antes da Aliança Socialista na Inglaterra e País de Gales e a Aliança escocesa cresceu mais rapidamente que no restante da Grã-Bretanha (ambas as alianças reuniram tendências de esquerda e revolucionárias). A ASE tinha uma história mais diretamente vinculada ao movimento anti-Poll Tax. Tommy Sheridan, dirigente da corrente Militant naquele momento, tornou-se um agitador bem conhecido na Escócia contra a Poll Tax e foi preso por vários meses. Glasgow foi o principal centro.

Em Glasgow e na região centro oeste existe uma grande concentração da classe operária. A população escocesa chega a cerca de 5 milhões; a população de Glasgow é de aproximadamente 650 mil. A cidade sofreu um profundo declínio em sua economia, mas ainda é a quarta maior base industrial da Grã-Bretanha, agora concen-

trada em maquinaria, gráfica, alimentação, bebidas e vestuário. Na medida em que a Escócia rejeitava o thatcherismo, sofreu crescentes ataques por parte do governo britânico. Mais notavelmente a Poll Tax (introduzida na Escócia em 1989), uma taxa local por cabeça que resultou em um grande sacrifício financeiro para muitos, especialmente para as residências de trabalhadores (“Poll” é uma velha palavra inglesa, que significa “cabeça”). A taxa funcionava de modo tal que quanto maior a família, maior a taxa; por exemplo, duas pessoas vivendo em uma mansão pagariam muito menos que uma família operária de 7 pessoas. Esse foi um ataque evidente às camadas de menor poder aquisitivo da sociedade.

O movimento em repúdio à taxa na Escócia serviu de exemplo para os ingleses, que chegaram a fazer manifestações de 200 mil pessoas em Londres e 50 mil em Glasgow em 1990. Treze milhões em toda a Grã-Bretanha se recusaram a pagar a taxa, num movimento que se tornou um fator importante na queda de M.Thatcher.

Sindicatos

Estão também acontecendo mudanças à esquerda nos sindicatos britânicos. Em 2 de julho, o *Guardian*, comentando a conferência nacional do Sindicato dos Transportes Ferroviários, que aconteceu em Glasgow e aprovou inúmeras resoluções contra o governo, disse: “O Sindicato dos Transportes Ferroviários, em apoio à ultra esquerda socialista na Escócia (SSP, etc – nota MR), Plaid Cymru (nacionalistas galeses), Verdes, Ken Livingstone em Londres e até mesmo suspendeu o parlamentar trabalhista George Galloway (o mais conhecido parlamentar laborista contra a guerra do Iraque – MR) numa direta derrota para a liderança laborista. As contribuições anuais também foram cortadas pela metade, de 25.000 para 12.500 libras, sendo que um ano antes as contribuições haviam sido de 100 mil libras.

O artigo também destacou o discurso do Secretário Geral: “Mr. Crow, que descreveu o primeiro ministro e seus colegas como ‘crimino-

sos de guerra' num discurso duro disse: 'Eles não gostam de nós e eles não querem que os sindicatos tenham qualquer poder. Eles preferem manter o partido como um partido de patrões. É como um casamento que chega ao fim, algumas vezes é melhor que aconteça o divórcio. Eu não estou exigindo o divórcio mas, até quando vamos recuar e dar apoio a um partido político que foi mais longe do que o Partido Conservador?'”.

Esta crescente crise no Novo Laborismo fez com que sua força caísse de 400 mil membros em 1997 para 250 mil hoje. A crise também se aprofundou porque os membros do Sindicato dos Bombeiros estão chamando à desfiliação do Partido Laborista após a dura disputa sobre a contribuição. A conferência do sindicato dos trabalhadores da TV *BECTU* decidiu fazer uma votação entre seus membros para romper o vínculo com o Partido Laborista. O *ASLEF* (sindicato dos motoristas de trens) também decidiu apoiar Ken Livingstone, atual prefeito de Londres que rompeu com o Partido Laborista, contra o candidato trabalhista na próxima eleição para prefeito.

A crise do Novo Laborismo assume formas ainda mais agudas na Escócia. Aí, oposição ao thatcherismo tem uma longa história. Mesmo no auge do governo de Margareth Thatcher, em 1983, o Partido Laborista conquistou a maioria das cadeiras no Parlamento Escocês. Por volta de 1997 não havia um único parlamentar conservador na Escócia; essa era uma zona livre de conservadores (Tory).

Mais recentemente ocorreu uma série de lutas sindicais na Escócia. Os primeiros sinais da ação organizada da classe trabalhadora contra a guerra no Iraque ocorreram quando dois condutores de trens da Motherwell (os quais pertenciam ao sindicato *ASLEF*) se recusaram a conduzir um trem de munições sendo que faziam parte de um grupo de condutores de trem que lhes davam apoio. Tal foi a amplitude do apoio que receberam que a burocracia do sindicato não tomou nenhuma atitude contra eles e nem mesmo os patrões o fizeram (este serviço é privatizado).

Apesar da Escócia ter rejeitado o thatcherismo, eles sofreram o mesmo programa de Thatcher pelas mãos do *New Labor*. O *New Labor* organizou uma ofensiva privatizadora mas encontrou uma resistência ainda maior na Escócia:

“O assunto da PFI/PPP foi possivelmente mais conflitivo na Escócia do que o foi ao sul da fronteira. Isso se deve a duas razões.” Os sindicatos haviam lutado contra a direção do Partido Laborista para mudar a política e em segundo lugar devido as fortes campanhas políticas. O *SSP* foi construindo relações crescentes com este processo.

O desenvolvimento do Partido Socialista Escocês (SSP)

A luta anti-Poll Tax e as lutas da câmara municipal na década de 1980 resultaram na expansão da corrente *Militant* (seção britânica do Comitê por uma Internacional Operária) e nos anos 80 ela se tornou a maior organização trotskista na Grã-Bretanha. Seus principais centros eram Liverpool e Glasgow. Naquele momento *Militant* estava dentro do Partido Laborista.

O crescimento de *Militant* se deu graças à sua orientação



ao Partido Laborista e ocupou o espaço que foi deixado pelo aprofundamento nos anos 70 do sectarismo do Workers Revolutionary Party (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), que havia sido a maior organização trotskista na Inglaterra.

Uma luta aguda se desenvolveu dentro do Militant com relação à sua orientação tática no final dos anos 80: permanecer no Partido Laborista ou sair e formar um partido revolucionário independente na Grã-Bretanha.

A ruptura da tendência The Militant com o Partido Laborista ocorreu primeiro em Glasgow em 1992, um ano antes da Inglaterra. Nessa ocasião foi formado o Scottish Militant Labour (SML) como um partido revolucionário aberto e separado.

“No início dos anos 90 começaram os Fóruns Socialistas, com reuniões anuais organizadas conjuntamente pelo Movimento Socialista (SSM, esquerda do Laborismo), a corrente Liberation (esquerda dos nacionalistas do SNP) e o Partido Comunista da Escócia (um dos fragmentos oriundos da explosão do CPGB). Em 1994, pela primeira vez, representantes do SML participaram. Depois, aceitaram a oferta para organizar conjuntamente o fórum de 1995. Alan McCombes, em nome do SML, publicamente lançou a idéia de um bloco eleitoral, uma Aliança Socialista, para concorrer às primeiras eleições para o Parlamento Escocês, uma perspectiva que estava ganhando crescente prestígio devido a vitória amplamente esperada do Partido laborista nas eleições legislativas seguintes.”

Isso refletiu um processo que estava acontecendo em toda a Inglaterra desde o período da Poll Tax, e que demonstrava a necessidade de um novo Partido de Trabalhadores. A necessidade veio da experiência de extensas lutas contra as câmaras municipais controladas pelo Laborismo e contra dirigentes laboristas, como a mulher de Tony Blair, Cheri, por exemplo, uma advogada que ajudou a perseguir aqueles que não estavam pagando as taxas.

A experiência da *Aliança* na Escócia se desenvolveu mais rapidamente, com ligações mais profundas com as comunidades e os trabalha-

dores do que na Inglaterra. Aí, a *Aliança* pôde amenizar as graves rupturas que existiam na esquerda revolucionária.

A criação do Partido Socialista Escocês (SSP) em 1998 teve a total oposição de Peter Taaffe, dirigente do Comitê para uma Internacional Operária (CIO), tendência que havia sido criada pelo britânico Militant, “o partido mãe”. A resolução do Congresso Mundial do CIO de 1998 coloca especificamente em sua primeira sentença: “Este congresso mundial do CIO registra a maior oposição possível ao lançamento do Partido Socialista Escocês pelo SML”.

Depois do rompimento com o CIO, a maioria dos membros do SML, o Militant escocês deu apoio à facção de oposição, o Movimento Socialista Internacional, criado por ex-membros do Militant e que foi, de longe, a maior tendência do SSP.

Estava correto criar o Partido Socialista Escocês, da mesma forma que criar a Aliança Socialista Escocesa na Inglaterra e no País de Gales. A ISL (Liga Socialista Internacional) foi membro fundador da Aliança Socialista na Inglaterra. Significa lutar por um novo tipo de Partido Operário; as condições para que se desse a criação do SSP estavam mais avançadas na Escócia em 1999 do que estão hoje, na Inglaterra e no País de Gales. Não só devido ao avanço da luta de classes na Escócia, mas também por causa da falta de perspectiva de giro em direção à classe operária e de tarefas que garantam tal giro por parte da maioria das tendências na Aliança Socialista, como Trotsky advertiu em 1938.

Ao dar um importante passo para a criação do SSP e ao romper com um certo tipo de centralismo burocrático do CIO, o MSI também rompeu com aspectos importantes da estratégia e da tática de Trotsky.

Uma das declarações fundadoras do SSP e do MSI é um livro chamado *Imagine*. Este livro foi escrito por Tommy Sheridan e Alan McCombes e teve um importante papel na criação do SSP.

O que dizem a respeito de Trotsky é que seus ideais básicos – democracia socialista e internacionalismo operário – são ainda mais

importantes hoje; no entanto, quando se referem ao internacionalismo operário, querem dizer solidariedade ou uma Aliança Socialista Internacional, mas não um Partido Internacional como Trotsky o concebia.

É claro que deve haver alianças sindicais internacionais, como aquelas desenvolvidas durante a luta dos portuários de Liverpool, ou alianças internacionais entre partidos revolucionários ou entre partidos operários. Todos os partidos operários genuínos permitirão tendências internacionais, mas se mantêm a necessidade de unir partidos revolucionários e tendências sob uma única bandeira internacional.

O livro (*Imagine*) fala, em uma frase, sobre a necessidade de uma “internacional socialista”, mas em termos ainda mais vagos do que aqueles utilizados no Independent Labour Party (ILP) que foi criticado por Trotsky nos anos 30. Em *O ILP e a Quarta Internacional*, ele escreveu: “É necessário compreender, em primeiro lugar, que partidos operários realmente independentes – independentes não somente da burguesia, mas também de ambas as Internacionais em bancarrota – não podem ser construídos a não ser que exista um laço internacional estreito entre eles, sobre a base de princípios semelhantes, e com a garantia de que exista um vivo intercâmbio de experiências e controle vigilante mútuo. A noção de que partidos nacionais (quais partidos? sobre que bases?) devem ser estabelecidos em primeiro lugar, e fundidos somente mais tarde em uma nova Internacional (como então uma base principista comum será garantida?), é um eco caricatural da história da Segunda Internacional: a Primeira e a Terceira Internacionais foram construídas de forma diferente.”

Isto não significa que o SSP seja igual ao ILP, pois apareceu sob condições diferentes e a partir de diferentes tradições. Esta discussão é de fundamental importância e a LIT(QI) espera participar dela.

“Qualquer nova aliança socialista internacional será politicamente heterogênea. Portanto, é uma oportunidade para que as idéias do trotskismo, que o movimento socialista internacional representa, tenham um papel decisivo na conformação dessa Internacional, quando consigamos colocar estas idéias de forma criativa, construtiva e não sectária.” (Maioria do MSI – 17/01/01).

Construir essa Internacional significa estabelecer fortes laços internacionais nas bases expostas por Trotsky; não é possível esperar por acontecimentos que favoreçam isto. As tendências que querem construir uma Internacional Operária e Revolucionária não precisam e não deveriam esperar por uma data futura. Esta perspectiva serviria como referência e ajudaria o desenvolvimento proletário e internacionalista de novas e progressivas organizações, como a Aliança Socialista e o Partido Socialista Escocês.

Red Clyde

Vale a pena lembrar que a última vez que a classe operária escocesa tomou a direção foram nos dias do “Red Clyde” e John MacLean, entre 1915 e 1918, período que marca o começo da derrocada do Império Britânico.

Clyde é um rio que corre em Glasgow e, na área em volta dele ocorreu um desenvolvimento industrial a partir do século 19, com empresas de engenharia pesada, construção de barcos, docas e minas. O Red Clyde (rio Clyde Vermelho) ganhou esse nome e essa reputação durante a Primeira Guerra Mundial



por causa da militância comunista e das lutas aí travadas em 1915. Os trabalhadores lutaram nas fábricas e nas ruas e em 1915 houve greves em fábricas de munição e revoltas de inquilinos contra os aluguéis. Como em outras partes da Grã-Bretanha, surgiram comissões de fábricas com muito poder durante esse período.

Houve também considerável apoio para as chamadas “Regras da Casa”, como consequência da autonomia dada, pela direção laborista de Londres, ao Partido Laborista na Escócia. John MacLean foi o mais famoso dirigente daquele período, e se opôs à Primeira Guerra Mundial desde o início. O papel de MacLean é demonstrado na biografia escrita por Nan Milton, sua filha, relançada em 2002.

Na Introdução, ela cita Lenin: “A revolução mundial da classe trabalhadora começou com a ação de indivíduos, cuja indiscutível coragem representava tudo de honesto que restou do “socialismo” oficial decadente, que na realidade é chauvinismo social. Liebknecht na Alemanha, Adler na Áustria, MacLean na Grã-Bretanha – são alguns dos nomes de heróis isolados que cumpriram o árduo papel de precursores da revolução mundial.

O apoio a MacLean cresceu rapidamente, com a participação de importantes setores dos trabalhadores. A luta no Rio Clyde Vermelho foi contida pelo uso das forças armadas e prisões.

Nan Milton, ao explicar o papel das direções de origem escocesa ou irlandesa no movimento trabalhista britânico, citou Trotsky: “Os elementos mais radicais no Movimento Laborista Britânico contemporâneo são escoceses e irlandeses. A Escócia pegou a estrada do capitalismo mais tarde do que a Inglaterra e uma profunda mudança na vida das massas causa profunda mudança política.”

MacLean foi preso pela agitação que fez na classe trabalhadora escocesa e por ter apoiado a Revolução Russa. Ele se opôs à criação do Partido Comunista Britânico, deu continuidade à construção do Partido Republicano dos Trabalhadores Escoceses e nunca entrou no Partido Comunista Britânico antes de sua morte precoce em 1923, em parte causada por problemas

de saúde adquiridos durante a prisão. A história do Rio Clyde Vermelho e de seus líderes é importante para entender a situação atual.

Discussões importantes

Ainda estamos no começo de um novo movimento, cheio de contradições. As manifestações contra a guerra foram as maiores na história da Grã-Bretanha, mas as ações dos sindicatos classistas não foram tão fortes quanto na Itália, na Grécia e na Espanha e depois de fazerem discursos duros, a maior parte dos sindicatos de esquerda se retraiu e não organizou seus membros para a ação direta.

Parte da esquerda diz que quase derrotamos o New Labor com a guerra; esta não é a opinião do autor. O aumento e desenvolvimento das lutas fornecem bases firmes para a unidade de classe na Grã-Bretanha e prepara para defender o direito de autodeterminação e para uma luta conjunta contra o Parlamento Britânico e a sua liderança belicista, racista e privatizante.

Aqueles que estão envolvidos nos avanços ocorridos na Escócia deveriam procurar desenvolver uma união com a classe ao sul da fronteira, mas esta unidade precisa estar baseada no direito de autodeterminação e na luta para eliminar todas as formas de preconceitos e de opressão. O imperialismo britânico será derrotado na luta pelo socialismo e ao encontrar as formas corretas de unidade da classe operária britânica.

Há uma importante discussão no Partido Socialista Escocês e entre suas tendências, centrada na perspectiva do internacionalismo e do partido. Uma série de assuntos importantes estão sendo discutidos atualmente na Grã-Bretanha entre os revolucionários de esquerda e a classe trabalhadora mais avançada e que não podem ser abordados dentro dos limites deste artigo.

A turbulência existente dentro da classe e na esquerda esta crescendo e trata-se de outra oportunidade que a história esta dando para a vanguarda depois da greve mineira de 1984/85 e do movimento anti Poll Tax de 1988/90. Des-

ta vez as expressões mais poderosas se desenvolveram primeiramente em torno de uma questão internacional. Uma pergunta que estava sendo feita por muitas pessoas nas manifestações de massa de Londres em Fevereiro era: o que fazer a seguir, para deter a guerra? Muitos faziam esta pergunta porque perceberam que mais manifestações não iriam impedir Tony Blair de continuar com a guerra, era necessário algo alem. As velhas e novas camadas que entraram no movimento ainda estão discutindo a resposta para esta pergunta.

Mas existe simpatia com relação à idéia de que para deter o imperialismo norte-americano uma força maior deve ser organizada e esta força tem que ser internacional e organizada internacionalmente. Este é um ponto que abre toda uma discussão sobre estratégias e táticas para o trotskismo. ●

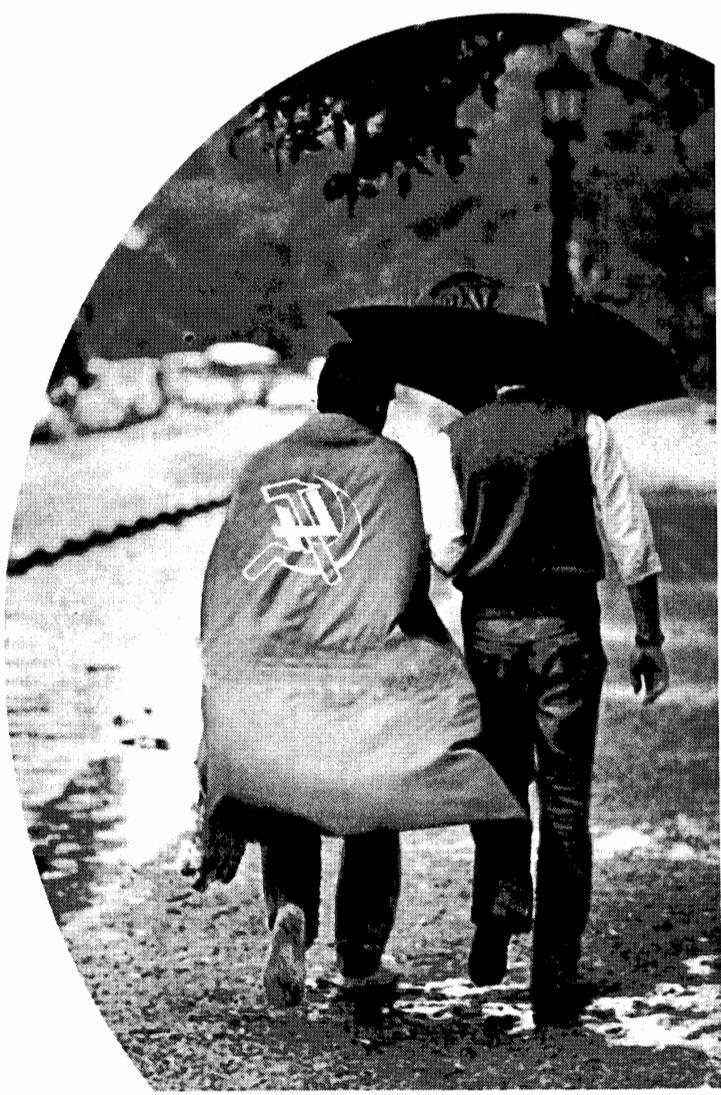


Pontos de Vista



 MARTÍN HERNÁNDEZ

A esquerda revolucionária e a Frente Popular 99



A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E A FRENTE POPULAR

MARTÍN HERNÁNDEZ

Membro da Direção da Liga Internacional dos Trabalhadores, Quarta Internacional (LIT-QI)

Tradução Raymundo Alves

Nos anos 1979 e 1980, uma onda de entusiasmo percorreu as fileiras de uma boa parte do movimento trotskista mundial. É que, depois de muitos anos de dispersão, havia a possibilidade de construir uma organização revolucionária de muito peso, a nível internacional.

Duas das mais importantes correntes do movimento trotskista internacional haviam iniciado um processo de unificação. A Fração Bolchevique, encabeçada por Nahuel Moreno, com uma importante implantação na América Latina, em especial na Argentina, onde o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) resistia à ditadura militar, e o CORQUI (Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional), encabeçado por Pierre Lambert, com um forte partido na França de mais de 3 mil militantes e com uma série de organizações em vários países do mundo. A estas duas organizações somava-se a Tendência Leninista Trotskista. Apesar de muito menor que as duas anteriores, tinha um importante significado, na medida em que era uma corrente interna do Secretariado Unificado, encabeçado por Mandel.

Entre estas três correntes internacionais iniciou-se uma série de atividades comuns e uma profunda discussão que permitiu ir superando a maioria das diferenças programáticas, políticas e organizativas. Com isso, no final de 1980 realizou-se o congresso de fundação de uma nova organização internacional, a QI (CI) – Quarta Internacional - Comitê Internacional, abrindo enormes possibilidades em vários países: Peru, Argentina, França, Venezuela, Argélia, Espanha, Polónia.

No Brasil, esse processo de unificação colocou na ordem do dia a construção de um partido revolucionário de mais de dois mil militantes a partir da fusão entre a corrente *O Trabalho* (que integrava o CORQUI), que nesse momento contava com aproximadamente mil militantes e a *Convergência Socialista* (da Fração Bolchevique) com um número similar de militantes. É importante frisar o impacto sobre a realidade brasileira que teria esta nova organização, já que ela nasceria no momento em que se estava começando a construir o PT (do qual estas duas correntes faziam parte) e pouco tempo antes de se construir a CUT.

Este artigo é o prólogo de um livro de Nahuel Moreno sobre Frente Popular, que está sendo publicado no Brasil.



No entanto, esse processo tão progressivo internacionalmente durou muito pouco. Quando, em vários países do mundo, incluindo o Brasil, estava se encaminhando os processos de unificação nacional, a QI (CI) explodiu.

O que aconteceu? Como foi possível uma organização construída com um método tão sério e paciente, sem ultimatoss e sem concessões, ter tão pouco tempo de vida? Como foi possível que um processo de unificação conduzido por dirigentes tão experientes como Moreno e Lambert frustrar-se de forma tão rápida, decepcionando os milhares de militantes que apostaram nessa nova organização?

Hoje, com a vantagem de analisar os fatos vinte anos depois de ocorridos, essas perguntas são mais fáceis de serem respondidas. O que ocorreu foi que na França triunfou a Frente Popular, encabeçada por Mitterrand e a OCI (Organização Comunista Internacional), dirigida por Lambert, capitulou ao novo governo burguês. Dentro da QI (CI) houve uma importante resistência a essa capitulação, mas a nova organização internacional não conseguiu reverter o curso da seção francesa. Em outras palavras, a QI (CI) desmoronou porque não suportou a pressão da Frente Popular.

Analisando esses acontecimentos vários anos depois de terem ocorrido, Nahuel Moreno assinalava: *“As diferenças entre nossa corrente e o lambertismo em torno da política na França não eram, como vimos, de menor importância. Havia uma questão programática: a estratégia trotskista diante dos governos de frente popular... no entanto, inclusive essa diferença abismal não tinha porque conduzir obrigatoriamente a uma luta fracional deplorável que culminou com a ruptura... A razão profunda da ruptura da QI (CI) foi esses métodos (burocráticos de Lambert) que impediram a discussão democrática das diferenças “existentes”.*

Sem dúvida, Moreno tinha razão ao assinalar o papel nefasto dos métodos de Lambert. De fato, eles impediram qualquer debate. No entanto, não nos parece que sejam esses métodos *“a razão profunda da ruptura da QI (CI)”*. Encontramos a razão profunda da ruptura justamente no que Moreno combateu: a capitulação

da OCI francesa ao governo frente-populista de Mitterrand.

A OCI não foi uma exceção

O Comitê Paritário, organismo de direção desse processo de aproximação, encarregou Nahuel Moreno de elaborar o programa para a nova organização internacional.

Até esse momento, o Comitê Paritário funcionava em base a acordos, mas na medida em que se resolveu avançar em direção à unificação das três correntes, fazia-se necessário abordar as divergências. Com base neste objetivo, Moreno elaborou um texto onde desenvolvia, em profundidade, todos os pontos onde havia, ou poderia chegar a haver, divergências. Assim, abordou a questão dos diferentes tipos de frentes, as tarefas democráticas, a bandeira de Assembléia Constituinte, as diferenças entre princípios, estratégia e tática e uma série de outros pontos. No entanto, nesse extenso texto, **o tema da frente popular nem sequer foi mencionado.**

Tempos depois da crise da QI (CI), Moreno faria uma autocrítica por ter cometido esse erro. Em sua opinião, ele errou porque nunca pensou que Lambert e a OCI poderiam chegar a capitular à Frente Popular francesa. O ponto fraco da corrente lambertista sempre estivera em seu sectarismo e não em suas tendências oportunistas.

Moreno tinha razão ao assinalar esse erro das *Teses*. No entanto, analisando historicamente o comportamento da esquerda revolucionária em relação aos governos de Frente Popular, é necessário chegar à conclusão de que o erro de Moreno ao elaborar o programa para a nova organização internacional tinha um alcance maior, já que o comportamento do lambertismo não fora uma exceção. Pelo contrário, a OCI francesa repetiu algo que se transformou quase em uma constante na história: **a capitulação da maioria das correntes da esquerda revolucionária aos diferentes governos de frente popular.**

A primeira experiência de governo de frente popular foi a do Governo Provisório russo, que



surgiu depois da Revolução de Fevereiro de 1917. Meses depois, em outubro, os bolcheviques encabeçaram a revolução que derrubou esse governo, dando origem ao primeiro estado operário da história. Essa atuação coroada de êxito dos revolucionários, com respeito a como enfrentar um governo de frente popular, não pode ocultar o fato de que após esse acontecimento, na maioria das oportunidades, a esquerda revolucionária tendeu a capitular aos governos desse tipo. Da mesma forma que tampouco se pode ocultar o fato de que os próprios bolcheviques, para enfrentar e derrotar o Governo Provisório de frente popular, tiveram de mudar radicalmente sua orientação original (por intermédio de Lenin) que era de capitulação aberta a esse governo. Bastaria recordar nesse sentido o manifesto editado pelos bolcheviques depois da vitória da Revolução de Fevereiro, no qual se chamava a apoiar o novo governo burguês. Nele se dizia que *“os operários das fábricas e das usinas, assim como as tropas sublevadas, devem, imediatamente, eleger seus representantes ao governo revolucionário provisório”* .

Analisando o caso da Revolução Russa, poderia se pensar que as posições equivocadas dos bolcheviques se deveram ao fato de que à frente do partido, nesse momento, estava uma jovem e inexperiente direção, que havia ocupado esse lugar a partir da prisão ou exílio dos principais dirigentes do partido. No entanto, essa jovem direção (encabeçada por Molotov) foi trocada, já no mês de março, pela velha direção de Stalin e Kamanev, que não só não corrigiu o rumo oportunista do partido, como o aprofundou.

Tampouco podemos falar de uma jovem e inexperiente direção no caso do POUM da Espanha. À frente desse partido estava Andrés Nin, um revolucionário que havia começado a militar em 1913 nas fileiras da CNT anarquista, que viveu e militou na Rússia de 1921 até 1930, foi deputado do Soviet de Moscou, integrou o secretariado da Internacional Sindical Vermelha e em 1930 foi designado para integrar o Bureau Internacional da Oposição de Esquerda (a organização que precedeu à IV Internacional dirigida por Leon Trotsky).

No entanto, apesar de toda essa experiência, a política de Nin para a Espanha foi oposta à de Lenin na Rússia, a tal ponto que Trotsky, que via em Nin um revolucionário honesto, assinalou que sua política e do POUM equivalia a uma traição.

Nas outras experiências de frente popular, a atuação das principais correntes da esquerda revolucionária não foi muito diferente. Foi o caso da Esquerda Revolucionária, dirigida por Pivert na França, em 1936, e algo similar podemos dizer do MIR chileno, que nunca deixou de fazer exigências e críticas à Frente Popular, encabeçada por Salvador Allende, mas nunca rompeu com ela, a tal ponto que a guarda pessoal do próprio Allende era composta por seus militantes.

A difícil tarefa de enfrentar os governos de Frente Popular

Tal como assinalava Trotsky, os governos de Frente Popular brindam às organizações revolucionárias grandes possibilidades de desenvolvimento, já que nesse tipo de governo as direções traidoras se vêem obrigadas a mostrar sua verdadeira cara.

No entanto, aproveitar estas oportunidades, na prática, tem se mostrado uma

tarefa muito difícil. Basta ver a enorme lista de oportunidades perdidas e de partidos revolucionários destruídos pelas frentes populares.

Mas como explicar tantos fracassos da esquerda revolucionária frente a este tipo de governo? A explicação está, por um lado, no próprio caráter desses governos burgueses e, por outro, na falta de consistência revolucionária das direções alternativas.

Os governos de frente popular têm várias características que os identificam, mas há uma que é central. Trata-se de **governos burgueses anormais** já que diferentemente dos governos **burgueses normais**, eles não estão integrados apenas pelos partidos burgueses, ou por representantes das forças armadas, mas por representantes dos partidos operários que, em muitos casos, são maioria nestes governos burgueses.

Isto é justamente o que lhes dá um caráter **anormal**, fazendo com que as massas considerem como seu um governo que tem, como principal objetivo, derrotar e desmoralizar a essas mesmas massas.

Nesse marco, a esquerda revolucionária se coloca frente a um dilema: **com as massas ou contra as massas?** A maioria das correntes resolve esse dilema, que na realidade é um falso dilema, optando pela primeira saída: **com as massas**, o que as leva, de qualquer maneira, a apoiar e a integrar a Frente Popular ou ser, no melhor dos casos, sua ala esquerda.

O dilema **com as massas ou contra as massas** é um falso dilema porque os marxistas revolucionários, ao contrário dos populistas e dos reformistas, sempre estão **com as massas e contra as massas**. Estão **com as massas** em suas lutas contra todos os setores privilegiados e estão **contra as massas** no que se refere à sua consciência, que normalmente é burguesa, mais ainda quando a frente popular chega ao poder. Nesses momentos, a consciência das massas sofre um retrocesso brutal, já que não apenas é burguesa mas, pela primeira vez, majoritariamente governamental.

Lenin, que enfrentou o primeiro governo de frente popular da história, mostrou outro caminho. Em seu regresso do exílio, encontrou

um Governo Provisório que era considerado pelas massas e pela direção dos soviets como seu governo. Mais ainda, seu partido estava completamente confuso e, em geral, capitulava ao governo. Nesse marco, Lenin analisou e denunciou, uma e outra vez, o caráter capitalista (e por isso reacionário) do Governo Provisório. Mais ainda, chamou seu partido a **enfrentar a consciência das massas**. *“Nada nos resta a não ser explicar pacientemente, perseverantemente, sistematicamente... Enquanto estivermos em minoria, faremos um trabalho de crítica, a fim de libertar as massas da impostura.*

Este foi o primeiro passo para, *a posteriori*, conduzir as massas contra o governo de frente popular, derrubá-lo e impor em seu lugar um governo e um Estado operários.

A esquerda e a Frente Popular hoje

Lenin resumiu sua atitude frente às massas que apoiavam o governo provisório em uma frase: ***Não ter medo de ficar em minoria! Não para sempre, mas temporariamente. A hora do bolchevismo chegará.***

Olhando para trás, podemos ver que sempre que a esquerda revolucionária fracassou, o fez porque não assumiu esse conselho. Por outro lado, agora vendo o presente, podemos constatar que a maioria da esquerda revolucionária atual não aprendeu a lição. Ela, hoje como ontem, e ao contrário do que dizia Lenin, **tem um enorme temor de ficar em minoria**. Basta ver a localização da maioria da esquerda revolucionária no Brasil: está completamente adaptada e integrada ao governo (com importantes cargos, inclusive no primeiro escalão) ou defende a utopia reacionária de tentar mudar a frente popular “por dentro”.

Nesse marco, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) não é uma exceção. Sua direção faz enormes esforços para apoiar o governo, mesmo que muitas vezes o faça encabeçando ocupações de terra para tentar conter suas bases que não estão dispostas a aceitar a trégua com o governo que sua direção tenta impor.

É certo que há alguns setores que enfrentam violentamente o governo e tendem a romper com ele e com o PT: são os chamados “radicais”. Mas a realidade é que eles são uma pequena minoria dentro da chamada “esquerda do PT”.

Quando os dirigentes dessas organizações se referem ao governo Lula como *nosso governo*, eles crêem estar com os trabalhadores, mas na verdade só estão com eles em sua confusão. Ao renunciar à tarefa mais elementar que é explicar “pacientemente” às massas que o governo de frente popular não é seu governo, mas seu inimigo, na realidade demonstram sua profunda desconfiança nos trabalhadores, em suas próprias posições e na revolução.

Mas seria uma análise parcial dizer que essa capitulação se deve pura e exclusivamente a seguir a consciência das massas. Se fosse assim, nesse momento a maioria da esquerda do PT estaria iniciando um processo de ruptura com o partido porque, depois de seis meses de governo, importantes setores do movimento de massas estão começando a fazê-lo. Mas não é isso que vem ocorrendo.

A esquerda do PT não está rompendo com o governo porque este é “seu governo” ao qual está integrada, profundamente, com de cargos de confiança e dos diferentes blocos parlamentares.

As diferentes correntes da esquerda do PT surgiram na luta do movimento estudantil e sindical contra a ditadura militar, mas essa esquerda sofreu uma grande transformação. Como parte do PT, essas correntes tiveram importantes êxitos eleitorais e se deslumbraram com esses êxitos, com seus deputados, assessores, gabinetes e altos salários. Assim, o que em seu momento era tático (participar das eleições) acabou se transformando em estratégico, e é a partir dessa realidade que essa esquerda estabelece sua relação com o governo e com o próprio PT. Aceitar ou não aceitar cargos, romper ou não romper com o PT, não é discutido pela maioria dessas correntes do ponto de vista das necessidades da luta de classes e muito menos dos princípios, mas em função da repercussão eleitoral de tal ou qual medida.

Esse processo que ocorre no Brasil está no marco de uma brutal crise ideológica de uma boa parte da esquerda revolucionária em todo o mundo. Recorde-se que uma boa parte dessas organizações “descobriu” nos últimos anos que a democracia capitalista tem “um valor universal” e que as tropas imperialistas da ONU são forças “de paz”.

Localizando o que ocorre atualmente no marco da história, poderíamos repetir a velha frase: “nada de novo sob o sol”, mas se dissermos isto estaremos sendo injustos com os que dirigiram o Partido Bolchevique até a chegada de Lenin, com o POUM, com a Esquerda Revolucionária francesa 1936 e com o próprio Lambert da década de 80. Porque a realidade é que o que hoje estamos vivendo é um profundo processo degenerativo na maioria das organizações da chamada “esquerda revolucionária”.



Andrés Nin, por exemplo, capitulou à Frente Popular, mas morreu sendo um revolucionário honesto, que nunca definiu sua política em função dos deputados ou cargos que poderia conseguir.

Para ver a decadência da maioria da esquerda revolucionária atual, basta ler com atenção o trabalho de Moreno que hoje está sendo publicado e que leva o feliz título de “A Traição da OCI”. O leitor poderá ver que Moreno, para justificar essa caracterização, foi obrigado a demonstrar, com muita perspicácia, que por trás do discurso trotskista de Lambert estava o apoio ao governo de frente popular de Mitterrand. Lambert capitulava à frente popular, fundamentalmente com o mecanismo de apoiar as chamadas “medidas progressivas” do governo. Mas nunca Lambert e a OCI disseram que o governo de Mitterrand era “seu governo”, nem chamaram a integrá-lo ou apoiá-lo.

Se hoje Moreno estivesse vivo e tentasse mostrar a relação entre a maioria da esquerda revolucionária (incluídos os lambertistas brasileiros) e o governo de Frente Popular de Lula, não precisaria ser tão agudo como foi há vinte anos. A traição é tão descarada que se demonstra por si só.

Que outra coisa podemos dizer da participação do senhor Rosetto, do SU (Secretariado Unificado) no ministério de Lula e de seus orgulhosos discursos mostrando como está pacificando a luta no campo? A propósito disso, é bom lembrar que nas fileiras do trotskismo só se recorda um antecedente desse tipo. Foi quando o Lanka Sama Samaja Party entrou no governo de frente popular do Ceilão. A IV Internacional não teve dúvidas em expulsar essa organização de suas fileiras.

Sem dúvida, “há muitas coisas novas sob o sol”. Talvez nada seja mais exemplar que a localização do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) hoje na luta de classes brasileira. Esse partido tem (junto com alguns pequenos grupos) o **triste privilégio** de ser a única organização da esquerda revolucionária que não faz parte, e que combate, a frente popular encabeçada por Lula.

O debate sobre a Frente Popular francesa e sua relação com o Brasil

Paralelamente ao debate que se deu em princípios da década de 80 no interior da QI (CI) sobre a frente popular francesa, deu-se outra discussão: sobre o Brasil.

Aparentemente essa discussão não estava vinculada com a outra, já que no Brasil não existia um governo de frente popular. No entanto, a relação entre ambas as discussões ficaria evidenciada mais de vinte anos depois.

No Brasil estava-se discutindo os documentos da nova organização que se tentava construir a partir da unificação das correntes *O Trabalho e Convergência Socialista* e, como parte dessa discussão, a questão da relação dos revolucionários com o PT aparecia em primeiro plano.

A *Convergência socialista*, orientada por Moreno, sustentava que com Lula só havia um acordo tático, que era construir um partido operário, mas que a partir daí existia uma diferença estratégica: Lula queria construir um partido operário para colaborar com a burguesia, enquanto os revolucionários deviam construir um partido operário para combatê-la.

Como conclusão política dessa caracterização, a *Convergência Socialista* defendia que a nova organização, que atuaria no interior do PT, teria que ter um perfil muito bem definido. Por um lado, devia ser a maior defensora e construtora do PT e, por outro lado, desenvolver uma oposição permanente à direção majoritária encabeçada por Lula.

A corrente *O Trabalho* estava completamente contra essa postura. Queriam ser os grandes construtores do PT, mas estavam contra que a nova organização se construísse como uma oposição permanente à direção lulista. Luís Favre, que nesse momento era o braço direito de Lambert, e que participou diretamente desses debates, em mais de uma oportunidade usou o seguinte argumento:

“*nós não podemos descartar a possibilidade de ganhar Lula para o trotskismo e a IV Internacional*”.

Os anos se passaram e os fatos da reali-

dade, como sempre acontece, acabaram resolvendo as polêmicas.

A *Convergência Socialista* se construiu no interior do PT em um combate sistemático à direção de Lula, até que foi expulsa do partido por impulsionar o movimento contra o presidente Collor. A partir daí, junto com outros setores revolucionários, construiu o PSTU, que hoje combate a frente popular encabeçada por Lula.

O *Trabalho* seguiu outro caminho. Depois da divisão da QI (CI), integrou-se aos 111, que era, neste momento, a corrente lulista no interior do PT e tempos depois Favre, mais conseqüente que Lambert, organizou uma ruptura na corrente O *Trabalho* com o objetivo de dissolver-se no PT.

No texto escrito por Moreno intitulado "*A Traição da OCI*" ele dizia que a política da organização francesa "...abandonava nos fatos a construção do partido revolucionário" e, para demonstrar isso, em cursos e palestras, Moreno dizia que na medida em que a OCI apoiava Mitterrand e o PS francês, era impossível que ela se construísse, e dava o seguinte exemplo: "*Imaginemos que haja dois cinemas, um ao lado do outro, onde passam o mesmo filme, e cobram o mesmo preço, mas um é moderno, com poltronas confortáveis e ar-condicionado, e o outro é um cinema antigo, com poltronas de madeira e sem ar-condicionado. Só um louco entraria no cinema antigo. Pois bem, o mesmo ocorre com a OCI e o PS francês. Por que uma pessoa vai entrar na OCI se esta tem a mesma política do PS? Se alguém quer militar, entra no OS, que é rico e está no governo.*"

Este exemplo de Moreno que, apesar sério, não deixava de ser uma piada, acabou transformando-se em um prognóstico.

Não sabemos se muitos dos que se aproximaram neste período da OCI acabaram se incorporando ao PS, mas sabemos que vários de seus mais importantes quadros o fizeram. Foi o caso de Cambadelis, seu mais importante dirigente estudantil, e também de Leonel Jospin, lambertista que fazia entrismo no PS e preferiu ficar no cinema moderno, com poltronas confortáveis e ar-condicionado.

No Brasil ocorreu o mesmo, só que de forma ampliada. A ruptura encabeçada por Favre, que se dissolveu no PT, agrupou a maioria dos militantes e dirigentes de O *Trabalho*.

Como se pode observar, a hipótese de Favre não se cumpriu. Lula não se fez trotskista, nem se somou à luta para reconstruir a IV Internacional. Mas seguindo aquele velho refrão que diz "*Se Maomé não vai à montanha...*" quem se fez lulista foi Luís Favre e a maioria dos dirigentes lambertistas.

Lula seguiu seu caminho e terminou na presidência do país, à frente de um governo de frente popular que, seja dito de passagem, é um dos governos mais anti-operários e pró-imperialista da história do Brasil. Favre aportou, e aporta, a esse governo toda sua colaboração e a de vários e importantes ministros e secretários saídos de sua corrente.

De sua parte, a corrente O *Trabalho* parece não haver aprendido a dura lição que a vida lhe impôs. A realidade mudou muito em todos estes anos, mas o lambertismo brasileiro continua fiel à sua política. Com um reduzido número de militantes (menos da quarta parte que tinha há vinte anos) ele continua atuando como parte da ala esquerda do partido. Claro que antes era a ala esquerda de um partido de oposição ao governo. Agora é a ala esquerda do partido do governo.



Já se passaram mais de vinte anos daqueles debates sobre a frente popular francesa, sobre sua relação com o Brasil, sobre Lula, sobre o destino do PT e hoje podemos constatar, parafraseando Trotsky, que **o que era um arranhão, transformou-se em gangrena.**

E no Brasil?

Como vimos, a esquerda revolucionária, na maioria dos casos, quando teve de enfrentar um governo de frente popular não esteve à altura de suas responsabilidades históricas. Ocorrerá o mesmo no Brasil?

Há tremendas pressões sociais para que isso ocorra. No entanto, é necessário ver que a nível mundial, e particularmente na América Latina, desenvolve-se um poderoso ascenso de massas que atua sobre a realidade brasileira, suas lutas e as organizações sociais.

No momento em que escrevemos estas linhas, uma parte dos funcionários públicos enfrenta, com uma greve, a maioria de suas direções e o “seu governo”. A maioria da chamada “esquerda do PT” mantém-se fiel ao governo de Frente Popular, o que lhe está custando um considerável desgaste junto aos setores em luta, os quais, em mais de uma oportunidade, colocam o dedo na cara de seus dirigentes e gritam, com muita justiça, “traidores”. Mas existe outro setor, também da esquerda do PT, os chamados “radicais”, que se colocam contra as reformas do governo e a favor dos grevistas, o que abre a possibilidade de um novo cenário político. Já há, por exemplo, uma discussão em curso: a neces-

sidade, frente à traição do PT, de construir um novo partido. Mas também já se insinua, como não podia ser de outra forma, um debate sobre o caráter desse novo partido. Existe uma forte pressão para que esse novo partido não se construa ou, se se constrói, para que não vá além de um mero projeto eleitoral. Mas existe outra pressão, que se fortalece com as greves contra o governo e as ocupações de terra que desbordam a direção do MST, que é construir um instrumento para acaudilhar as massas na luta revolucionária pela libertação nacional e social.

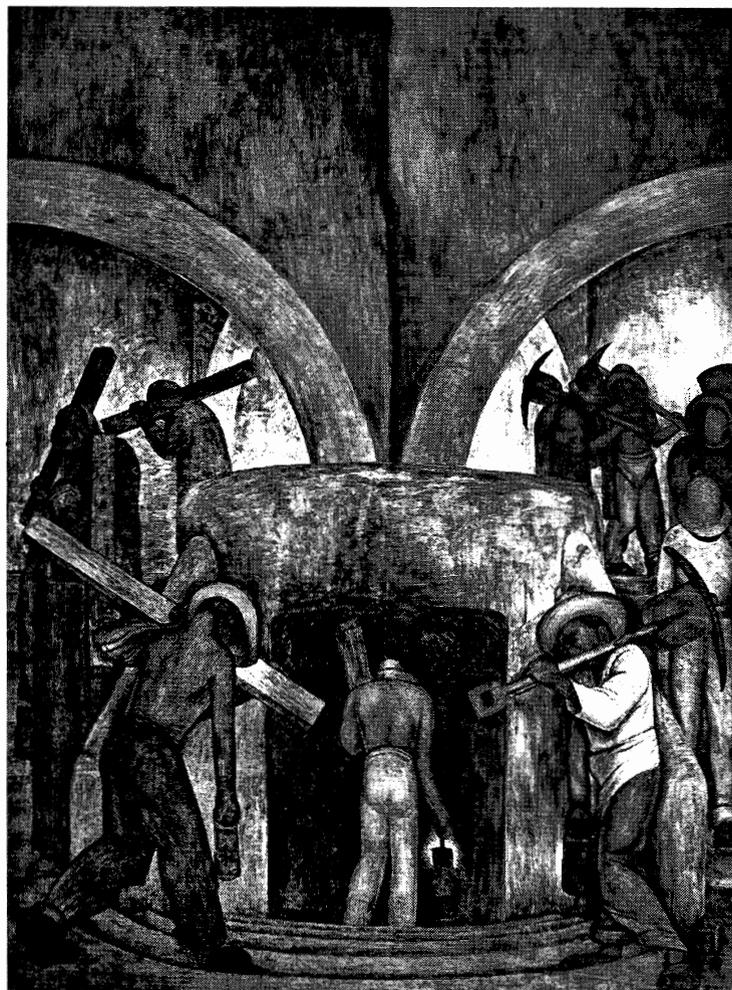
Na fase atual do processo brasileiro, esse debate é central e a “esquerda revolucionária”, merecerá ou não este título, a partir de como se localize nessa questão.

A crise da QI (CI) frustrou em seu momento milhares de militantes revolucionários. No entanto, toda crise tem seu lado positivo. A QI (CI) entrou em crise porque a OCI francesa capitulou ao governo frente populista de Mitterrand. Mas houve um importante setor que se negou a ser cúmplice dessa capitulação. Houve uma batalha. E à frente dela esteve Nahuel Moreno. Essa batalha está resumida nos dois importantes textos que agora são publicados no Brasil: *O governo de Mitterrand, suas perspectivas e nossa política* e *Traição da OCI*. Esses textos, em seu momento, foram polêmicos. Hoje continuam sendo, mas agora são, antes de tudo, **um guia para a ação** de todos aqueles setores que no Brasil e no restante da América Latina estão dispostos a orientar-se em um sentido revolucionário. 🇧🇷



 ANDRÉ BRETON E DIEGO RIVERA

Por uma arte revolucionária independente 108



Diego Rivera

POR UMA ARTE REVOLUCIONÁRIA INDEPENDENTE

ANDRÉ BRETON
E DIEGO RIVERA

Apresentação

Como deve atuar o partido revolucionário no que diz respeito à arte? Qual é a relação entre arte e política? Quais os vínculos entre a arte e a revolução socialista? A resposta a essas perguntas já foi motivo de acaloradas polêmicas entre os revolucionários no mundo inteiro e continua provocando grandes debates. A revista *Marxismo Vivo* apresenta aqui um texto clássico, que deve ser conhecido por todos os que se interessam por essa discussão. É o manifesto por uma *Arte Revolucionária Independente*, escrito em 1938 e assinado pelo poeta André Breton e pelo pintor Diego Rivera.

A redação desse documento, mais conhecido como Manifesto da Fiari (Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente), contou com a participação decisiva e entusiasta de Leon Trotsky, um dos dirigentes da Revolução Russa e fundador da IV Internacional. Sua inclusão nesta edição de nossa revista tem o objetivo de satisfazer a curiosidade da juventude e trazer uma contribuição à discussão sobre o papel da esquerda e do movimento pela busca da independência na arte.

Cecília Toledo

MANIFESTO DA FIARI (*)

Pode-se pretender sem exagero que nunca a civilização humana esteve ameaçada por tantos perigos quanto hoje. Os vândalos, com o auxílio de seus meios bárbaros, isto é, deveras precários, destruíram a civilização antiga num canto limitado da Europa. Atualmente, é toda a civilização mundial, na unidade de seu destino histórico, que vacila sob a ameaça das forças reacionárias armadas com toda a técnica moderna. Não temos somente em vista a guerra que se aproxima. Mesmo agora, em tempo de paz, a situação da ciência e da arte se tornou absolutamente intolerável.

Naquilo que ela conserva de individualidade em sua gênese, naquilo que aciona qualidades subjetivas para extrair um certo fato que leva a um enriquecimento objetivo, uma descoberta filosófica, sociológica, científica ou artística aparece como o fruto de um *acaso* precioso, quer dizer, como uma manifestação mais ou menos espontânea da *necessidade*. Não se poderia desprezar uma tal contribuição, tanto do ponto de vista do conhecimento geral (que tende a que a interpretação do mundo continue), quanto do ponto de vista revolucionário (que, para chegar à transformação do mundo, exige que tenhamos uma idéia exata das leis que regem seu movimento). Mais particularmente, não seria possível desinteressar-se das condições mentais nas quais essa contribuição continua a

(*) Texto extraído do livro *Breton-Trotsky*, organizado por Valentim Facioli e publicado pela editora Paz e Terra em 1985.

produzir-se e, para isso, zelar para que seja garantido o respeito às leis específicas a que está sujeita a criação intelectual.

Ora, o mundo atual nos obriga a constatar a violação cada vez mais geral dessas leis, violação à qual corresponde necessariamente um aviltamento cada vez mais patente, não somente da obra de arte, mas também da personalidade “artística”. O fascismo hitlerista, depois de ter eliminado da Alemanha todos os artistas que expressaram em alguma medida o amor pela liberdade, fosse ela apenas formal, obrigou aqueles que ainda podiam consentir em manejar uma pena ou um pincel a se tornarem os lacaios do regime e a celebrá-lo de encomenda, nos limites exteriores do pior convencionalismo. Exceto quanto à propaganda, a mesma coisa aconteceu na URSS durante o período de furiosa reação que agora atingiu seu apogeu.

É evidente que não nos solidarizamos por um instante sequer, seja qual for seu sucesso atual, com a palavra de ordem: “Nem fascismo, nem comunismo”, que corresponde à natureza do filisteu conservador e atemorizado, que se aferra aos vestígios do passado “democrático”. A arte verdadeira, a que não se contenta com variações sobre modelos prontos, mas se esforça por dar uma expressão às necessidades e interesses do homem de hoje, tem que ser revolucionária, tem que aspirar a uma reconstrução completa e radical da sociedade, mesmo que fosse apenas para libertar a criação intelectual das cadeias que a bloqueiam e permitir a toda a humanidade elevar-se a alturas que só os gênios isolados atingiram no passado. Ao mesmo tempo, reconhecemos que só a revolução social pode abrir a via para uma nova cultura. Se, no entanto, rejeitamos qualquer solidariedade com a casta atualmente dirigente na URSS, é precisamente porque no nosso entender ela não representa o comunismo, mas é o seu inimigo mais pérfido e mais perigoso.

Sob a influência do regime totalitário da URSS e por intermédio dos organismos ditos “culturais” que ela controla nos outros países, baixou no mundo todo um profundo crepúsculo hostil à emergência de qualquer espécie de valor espiritual. Crepúsculo de abjeção e de sangue no qual, disfarçados de intelectuais é de artistas, chafurdam homens que fizeram do servilismo um trampolim, da apostasia um jogo perverso, do falso testemunho venal um hábito e da apologia do crime um prazer. A arte oficial da época stalinista reflete com uma crueldade sem exemplo na história os esforços irrisórios desses homens para enganar e mascarar seu verdadeiro papel mercenário.

A surda reprovação suscitada no mundo artístico por essa negação desavergonhada dos princípios aos quais a arte sempre obedeceu, e que até Estados instituídos sobre a escravidão não tiveram a audácia de contestar tão totalmente, deve dar lugar a uma condenação implacável. A *oposição* artística é hoje uma das forças que podem com eficácia contribuir para o descrédito e ruína dos regimes que destroem, ao mesmo tempo, o direito da classe explorada de aspirar a um mundo melhor e todo sentimento da grandeza e mesmo da dignidade humana.



Diego Rivera



A revolução comunista não teme a arte. Ela sabe que ao cabo das pesquisas que se podem fazer sobre a formação da vocação artística na sociedade capitalista que desmorona, a determinação dessa vocação não pode ocorrer senão como o resultado de uma colisão entre o homem e um certo número de formas sociais que lhe são adversas. Essa única conjuntura, a não ser pelo grau de consciência que resta adquirir, converte o artista em seu aliado potencial. O mecanismo de *sublimação*, que intervém em tal caso, e que a psicanálise pôs em evidência, tem por objeto restabelecer o equilíbrio rompido entre o “ego” coerente e os elementos recalçados. Esse restabelecimento se opera em proveito do “ideal do ego” que ergue contra a realidade presente, insuportável, os poderes do mundo interior, do “id”, *comuns a todôs os homens* e constantemente em via de desenvolvimento no futuro. A necessidade de emancipação do espírito só tem que seguir seu curso natural para ser levada a fundir-se e a revigorar-se nessa necessidade primordial: a necessidade de emancipação do homem.

Segue-se que a arte não pode consentir sem degradação em curvar-se a qualquer diretiva estrangeira e a vir docilmente preencher as funções que alguns julgam poder atribuir-lhe, para fins pragmáticos, extremamente estreitos. Melhor será confiar no dom de prefiguração que é o apanágio de todo artista autêntico, que implica um começo de resolução (virtual) das contradições mais graves de sua época e orienta o pensamento de seus contemporâneos para a urgência do estabelecimento de uma nova ordem.

A idéia que o jovem Marx tinha do papel do escritor exige, em nossos dias, uma retomada vigorosa. É claro que essa idéia deve abranger também, no plano artístico e científico, as diversas categorias de produtores e pesquisadores. “O escritor, diz ele, deve naturalmente ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas não deve em nenhum caso viver e escrever para ganhar dinheiro... O escritor não considera de forma alguma seus trabalhos como um *meio*. Eles são *objetivos em si*. Tampouco são um meio para si mesmo e para os outros que sacrifica, se necessário, sua própria existência à existência de seus

trabalhos... *A primeira condição da liberdade de imprensa consiste em não ser um ofício*. Mais do que nunca é oportuno agora brandir essa declaração contra aqueles que pretendem sujeitar a atividade intelectual a fins exteriores a si mesma e, desprezando todas as determinações históricas que lhe são próprias, dirigir, em função de pretensas razões de Estado, os temas da arte. A livre escolha desses temas e a não-restrição absoluta no que se refere ao campo de sua exploração constituem para o artista um bem que ele tem o direito de reivindicar como inalienável. Em matéria de criação artística, importa essencialmente que a imaginação escape a qualquer coação, não se deixe sob nenhum pretexto impor qualquer figurino. Àqueles que nos pressionarem, hoje ou amanhã, para consentir que a arte seja submetida a uma disciplina que consideramos radicalmente incompatível com seus meios, opomos uma recusa inapelável e nossa vontade deliberada de nos apegarmos à fórmula: *toda licença em arte*.

Reconhecemos, é claro, ao Estado revolucionário o direito de defender-se contra a reação burguesa agressiva, mesmo quando se cobre com a bandeira da ciência ou da arte. Mas entre essas medidas impostas e temporárias de auto-defesa revolucionária e a pretensão de exercer um comando sobre a criação intelectual da sociedade, há um abismo. Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais, cabe à revolução erigir um regime *socialista* de plano centralizado, para a criação intelectual ela deve, já desde o começo, estabelecer e assegurar um regime *anarquista* de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma coação, nem o menor traço de comando! As diversas associações de cientistas e os grupos coletivos de artistas que trabalharão para resolver tarefas nunca antes tão grandiosas unicamente podem surgir e desenvolver um trabalho fecundo na base de uma livre amizade criadora, sem a menor coação externa.

Do que ficou dito decorre claramente que ao defender a liberdade de criação, não pretendemos absolutamente justificar o indiferentismo político e longe está de nosso pensamento querer ressuscitar uma arte dita “pura” que de or-

dinário serve aos objetivos mais do que impuros da reação. Não, nós temos um conceito muito elevado da função da arte para negar sua influência sobre o destino da sociedade. Consideramos que a tarefa suprema da arte em nossa época é participar consciente e ativamente da preparação da revolução. No entanto, o artista só pode servir à luta emancipadora quando está compenetrado subjetivamente de seu conteúdo social e individual, quando faz passar por seus nervos o sentido e o drama dessa luta e quando procura livremente dar uma encarnação artística a seu mundo interior.

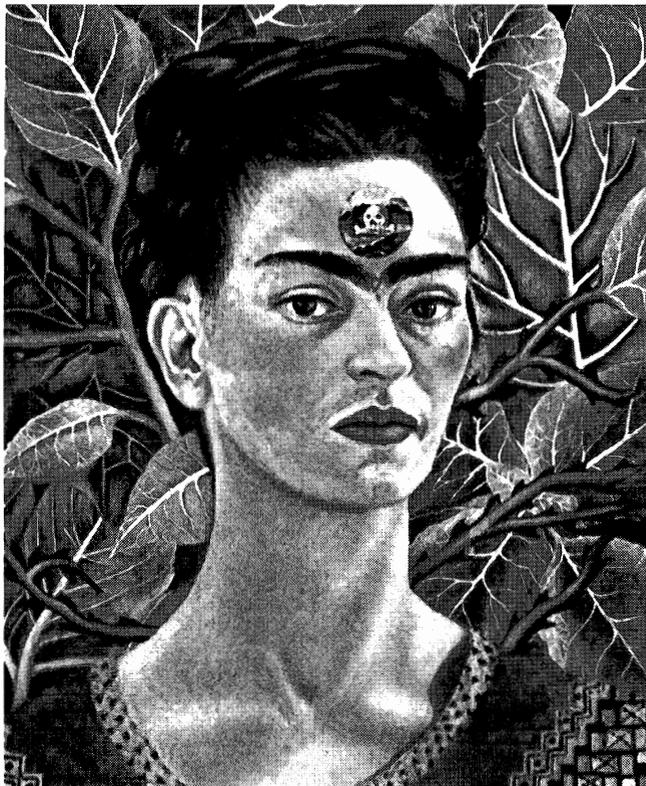
Na época atual, caracterizada pela agonia do capitalismo, tanto democrático quanto fascista, o artista, sem ter sequer necessidade de dar à sua dissidência social uma forma manifesta, vê-se ameaçado da privação do direito de viver e de continuar sua obra pelo bloqueio de todos os meios de difusão. É natural que se volte então para as organizações stalinistas que lhe oferecem a possibilidade de escapar a seu isolamento. Mas sua renúncia a tudo o que pode constituir sua mensagem própria e as complacências terrivelmente degradantes que essas organizações exigem dele em troca de certas vantagens materiais lhe proibem manter-se nelas, por menos que a desmoralização seja impotente para vencer seu caráter. É necessário, desde este instante, que ele compreenda que seu lugar está além, não entre aqueles que traem a causa da revolução e ao mesmo tempo, necessariamente, a causa do homem, mas entre aqueles que dão provas de sua fidelidade inabalável aos princípios dessa revolução, entre aqueles que, por isso, permanecem como os únicos qualificados para ajudá-la a realizar-se e para assegurar por ela a livre expressão ulterior de todas as manifestações do gênio humano.

O objetivo do presente apelo é encontrar um terreno para reunir todos os defensores revolucionários da arte, para servir à revolução pelos métodos da arte e defender a própria liberdade da arte contra os usurpadores da revolução. Estamos profundamente convencidos de que o encontro nesse terreno é possível para os representantes de tendências estéticas, filosóficas e políticas razoavelmente divergentes. Os marxistas podem caminhar aqui de mãos dadas com os anarquistas, com a condição que uns e outros rompam implacavelmente com o espírito policial reacionário, quer seja representado por Josef Stalin ou por seu vassalo Garcia Oliver.

Milhares e milhares de pensadores e de artistas isolados, cuja voz é coberta pelo tumulto odioso dos falsificadores arregimentados, estão atualmente dispersos pelo mundo. Numerosas pequenas revistas locais tentam agrupar à



Frida Kahlo



sua volta forças jovens, que procuram vias novas e não subvenções. Toda tendência progressiva na arte é difamada pelo fascismo como uma degenerescência. Toda criação livre é declarada fascista pelos stalinistas. A arte revolucionária independente deve unir-se para a luta contra as perseguições reacionárias e proclamar bem alto seu direito à existência. Uma tal união é o objetivo da Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente (FIARI) que julgamos necessário criar.

Não temos absolutamente a intenção de impor cada uma das idéias contidas neste apelo, que nós mesmos consideramos apenas um primeiro passo na nova via. A todos os representantes da arte, a todos os seus amigos e defensores que não podem deixar de compreender a necessidade do presente apelo, pedimos que ergam a voz imediatamente. Endereçamos o mes-

mo apelo a todas as publicações independentes de esquerda que estão prontas a tomar parte na criação da Federação Internacional e no exame de suas tarefas e métodos de ação.

Quando um primeiro contato internacional tiver sido estabelecido pela imprensa e pela correspondência, procederemos à organização de modestos congressos locais e nacionais. Na etapa seguinte deverá reunir-se um congresso mundial que consagrará oficialmente a fundação da Federação Internacional.

O que queremos:

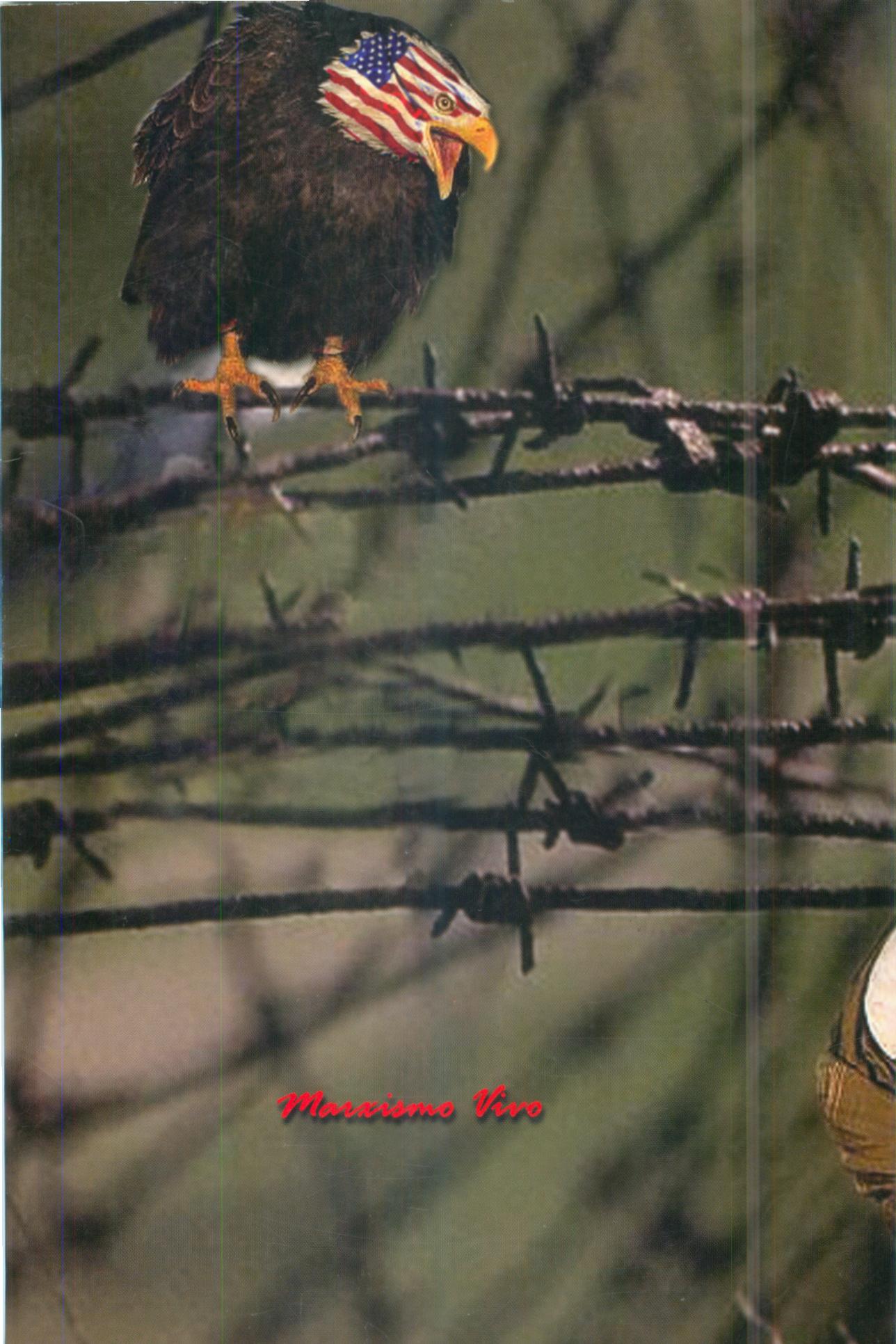
A independência da arte para a revolução.

A revolução para a liberdade definitiva da arte.

André Breton e Diego Rivera
México, 25 de julho de 1938



Salvador Dalí



Marxismo Vivo